Digitized by the Internet Archive
in 2017 with funding from
Getty Research Institute

https://archive.org/details/monumentosnacion00leal

MONUMENTOS NACIONAES

BASILICA DE SANTA MARIA MAIOR

[SÉ DE LISBOA]

MONUMENTOS NACIONAES

MONUMENTOS
NACIONAES

TEXTO

POR

J. DA S. MENDES-LEAL

Socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
Da Real Sociedade dos Antiquarios do Norte, de Copenhague
Das sociedades Geographicas de Londres e Paris. Etc

PHOTOGRAPHIAS

POR

Henrique Nunes

Photographo de Suas Magestades
Premiado na Exposição Internacional Portugueza.

LISBOA
TYPOGRAPHIA FRANCO-PORTUGUEZA
6, Rua do Thesouro Velho, 6
1868

Que não dirão elles? Esquecer-se-hão apenas de dizer onde estão os seus titulos de habilitação e capacidade. Mas isso tambem para que? Ha accaso precisão de dar contas de similhante insignificancia? *Ego sum qui sum.* Sam quem sam, e basta.

E basta com effeito. Já lá dizia d'estes zangãos de todos os tempos o bem conhecido poeta:

> ..... .promptos contendem,
> Promptos decidem no que nada entendem!

Não é pois admiração que tantos por ahi andem os critiqueiros damninhos, e tão poucos sejam os productores uteis! As cearas dam trabalho; os urticaes propagam espontaneos.

Assim vai muita cousa, e com assim ir bem se póde já prognosticar o rapido desparecer. Que remedio, se os muitos que deviam olhar pelas conveniencias de casa — que seria olharem por si — fecham olhos e ouvidos em fatal indifferença, senão fatalissima illusão, hoje descuidosos, ao diante mas já tarde arrependidos!

Quos vult perdere Jupiter dementat. Ninguem desperta dormentes obstinados. Ninguem convence incredulos voluntarios.

Mas embora. Quando a tempestade ameaça, e á vista surgem os parceis, e o naufragio parece eminente e inevitavel, mais apertado corre, para os que veem o perigo, o dever de empenhar o derradeiro esforço em salvar, quando não o baixel que se não salva contra vontade dos tripulantes, ao menos o precioso da patria — as suas reliquias!

Fevereiro 18 — 1868.

CASTELLO D'ALMOUROL.

O CASTELLO D'ALMOUROL

I

Vedes esse venerando recinto amuralhado, com as suas grossas quadrellas fendidas, com os seus cubellos estroncados, com os restos das ameias vestidos de musgo e enramados de hera, com a sua elevada torre central, antiga sentinella do Tejo, ou antes spectro de sentinella que a morte colheu de subito no posto, deixando-a immobilisada na attitude vigillante? Vedes como, na volta do rio, o austero vulto parece repentinamente surgir do seio das aguas sobre o seu pedestal de rochas amontoadas e indestructivelmente equilibradas? Vedes que feridas profundas lhe rasgaram os seculos e as tormentas, sem todavia nem tormentas nem seculos terem ainda podido derribar o velho solitario?

É esse um dos typos mais valentes da architectura militar dos primeiros seculos da monarchia — dos mais valentes e dos mais formosos tambem! No curioso e pictoresco póde competir com os melhores das affamadas margens do Rheno. Viveu ahi a historia e passou a lenda. Nobre é a sua origem e poetica a sua tradic-

ção Atrahe ao enlevo com a melancholia da saudade; inspira a meditação com os arrebatamentos da phantasia.

É a um tempo licção archeologica e realce da paysagem; memoria visivel dos tempos obscuros, toque severo n'um quadro ameno.

Com tudo isto, e por tudo isto, se ha-de reputar convidativo assumpto de boa ensinação e util recreio, digno de figurar nas collecçoens, que entre os povos presadores da sua cultura e honradores das suas glorias costumam ser timbre e desvello.

D'este consideravel monumento, menos conhecido do que merece, poucas e deficientes sam as noticias. A viagem do duque du Chatelet [1] edictada por Bourgoing nem o menciona; o inglez Murphy, [2] tam minucioso em particularidades de inferior valia, faz o mesmo; Balbi, [3] com dar um capitulo ás Bellas-artes em Portugal, imita os antecedentes; o sr. Ferdinand Denis, [4] apesar de ser em França o melhor e mais consciencioso investigador das nossas cousas, parece não ter tido conhecimento de tam notavel *specimen;* o proprio conde de Raczinski, [5] familliar com o paiz por ter n'elle vivido largo tempo percorrendo-o em diversas direcçoens, e esclarecido collector como provou nos dois livros não sem valor em que enthesourou muitas observações dignas de apreço, apenas accidentalmente e muito por alto se refere áquelle caracteristico padrão.

Se tal ommissão se póde lamentar em escriptores tam competentes, e que se nos mostram dos mais inclinados

[1] Paris, 1799, 2 vol.

[2] *Travels in Portugal,* 1789 a 1790.

[3] *Essai statistique du royaume de Portugal, suivi d'un coup d'œil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux arts parmi les portugais des deux hémisphères, Paris,* 1822.

[4] *L'univers pittoresque, Portugal,* Edic. Firmin Didot, Paris, 1846.

[5] *Les arts en Portugal,* Paris, 1846; *Dictionnaire historico-artistique,* Paris, 1847.

e benevolos, está o exemplo advertindo como ao zello dos nacionaes importa investigar cuidadosamente as nossas memorias, para que não passemos por mais indigentes n'este ramo do que em verdade somos. Quando em tal empenho sejamos remissos, mal poderemos arguir a injustiça ou indifferença de extranhos, que não tem maior obrigação do que nós.

II

Duas descripçoens existem do castello d'Almourol. A primeira do fallecido e muito illustrado general, o sr. conde de Mello, publicada no n.° 5.° do *Jornal de Bellas-Artes*, em 1844, seguida d'uma gravura estampada no n.° 6.°, em 1846, acompanhando a sequencia do artigo, em que termina um pequeno romance referido ao monumento. A segunda, que reproduz a gravura, e summariamente o essencial da parte descriptiva da primeira, appareceu em 1858 no n.° 31.° do *Archivo Pictoresco*, semanario variado e instructivo, que se mantem, com o efficaz concurso dos nossos irmãos do Brasil, pelo illustrado esforço e zello dos srs. Castros, intelligentissimos typographos e honradissimos industriaes.

Transcrevemos aqui o principal da segunda, por que resume a antecedente. D'este modo se poderá melhor avaliar a differença entre o anterior e o actual estado do monumento:

«Olhando do occidente para o castello, descobrem-se-«lhe na cerca exterior das muralhas quatro torres cir-«culares, collocadas a distancias eguaes, e mais ou me-«nos derrocadas, sobrepujando a cortina que entre si «as liga.»

«No meio d'esta e entre a segunda e a terceira torre «depara-se com a primitiva porta do castello, hoje in-

«util, [1] a qual é de fórma gothica, terminando em ogiva «e de pequenas dimensoens. Superiormente a esta porta, «e embutida na parede, vê-se uma grande lapida, em «que se destinguem alguns caracteres; mas a escriptu- «ra está em geral tam sumida e apagada, que é im- «possivel decifral-a. No meio do recinto ergue-se a torre «de menagem, coroada de ameias, em parte bem con- «servadas. Seguindo pelo lado que deita para o sul, «encontra-se um pedaço de muralha, dando mostra de «que outr'ora ali existira uma casa.»

«Da parte do oriente as ruinas apresentam um aspe- «cto mais formoso e variado. Continua a cerca exterior, «mostrando agora cinco novas torres da mesma fórma «que as quatro primeiras, sendo ao todo nove as que «abraçam e deffendem o recinto exterior. A par da «torre de menagem que d'este lado tem duas janellas «se eleva outra torre quadrada, e depois o primeiro «recinto da fortaleza, que tambem d'ahi se descobre, «porque a muralha levanta-se a grande altura, tornean- «do a torre de menagem; mas sem regularidade nos «lanços, pois os sugeitaram n'esta parte ás sinuosidades «do terreno.»

«No ilhéo desembarca-se do lado do norte, e d'esta «parte está elle coberto de choupos e salgueiros. Aqui «havia um caminho regular para o castello; mas esse «caminho acha-se obstruido de pedras, e é forçoso, que- «rendo-se penetrar no edificio, aproveitar uma abertura «que existe entre a terceira e a quarta torre.»

«Entrando-se de feito por aqui, encontra-se o obser- «vador em um pateo interior do castello; uma porta «que deita para este pateo, e communicava indubita- «velmente com os aposentos dos andares superiores, está «murada; provavelmente por terem desabado ou estarem «ameaçando ruina aquelles. Sobre esta porta, que tam-

[1] «Intransitavel» diz o texto do sr. Conde de Mello.

«bem termina em ogiva, vê-se um escudo de pedra, «um pouco mais branca que o resto do edificio.»

«Por algumas fendas que existem nas paredes, e pe- «las poucas e esguias janellas que deitam para esta «área, se póde conhecer que os aposentos rematavam «em abobada, e pelo que d'ellas resta se vê egualmente «que deviam ser ornadas de ricas laçarias, nenhuma «porém se conserva inteira n'este plano.»

Tal era, segundo aquellas relaçoens, o monumento ha 24 annos. Graves alteraçoens lhe occasionou naturalmente o tempo decorrido, que nem a fidelidade photographica, nem as notas que tenho, condizem já inteiramente com a memoria escripta.

Dos nove cubellos que fortaleciam o circuito trez unicamente sobresahem. O vão interior fez-se todo um matagal. Choupos, se os houve, não existem já. Em logar d'elles, cerrados de urzes, de zambujos e de aroeiras ou lentiscos abraçam as pedras que os lichens revestem. A hera porém rompe cada vez mais forte e vivaz dos maneis partidos e dos miradouros desconjunctados, arqueando-se em festoens que o vento balouça. Do lado do norte debruça-se ainda para o rio um pequeno sinceiral. Os cactos silvestres,[1] melancholicos soberanos d'estas ruinas, tem-se tornado troncos robustos e attingido proporções desuzadas. Alteando o fuste acinzeirado, dam á emaranhada vegetação parasita do ilhéo um quê de apparencia africana.

Conservam-se, quasi ao poente, os vestigios da muralha banhada do rio, que na relação acima as conjecturas suppoem cáes. A indole e destino de taes fortalezas inculcam porém antes restos de barbacan, sobreposta immediatamente á linha d'agua, como se vê ainda a

[1] Nopáleas, provavelmente. Mais provavelmente ainda a *Opuncia brazilica*; figueira da India ou figueira do inferno, como vulgarmente se lhe chama.

cada passo em monumentos analogos. Abona este parecer, já de si plausivel, o desenho do castello, que, junctamente com os de outros principaes do reino, se vê na orla da *Carta Geographica da provincia da Extremadura*, levantada pelo Sargento-Mór Engenheiro, José Monteiro de Carvalho, e offerecida á Senhora Rainha D. Maria I por fins do seculo passado, no qual desenho vem ainda a barbacan innegavelmente clara, e se mostra em excellente estado de conservação. A sua mais rapida deterioração depois de total abandono explica-se pela acção não combatida das cheias do Tejo, que não chegam á cerca superior existente, ou quando cheguem é de certo com muito menor violencia. Cumpre accrescentar que na época mais que provavel da fundação do castello não costumavam os constructores neutralisar, senão aproveitar accrescentando-os, os naturaes obstaculos, isolando quanto possivel estes formidaveis ninhos de abutres. Nem faltavam então engenhosos artefícios e combinações para mobilisar os aparelhos de ingresso, por forma que d'elles só podessem dispor os de dentro.

O ilhéo, de forma elliptica, mede uns 130 metros de comprido sobre 70 de largo. Não passa de uma chapada de penedia, á qual as correntes e as revessas tem agregado um breve pontal d'areia variavel, olhando a norte á beira de pequeno tracto cultivado.

O castello é tambem oblongo. A cerca amuralhada segue o contorno exterior do rochedo, aproximando-se de ovoide nas suas linhas geraes. Para o sul, onde hoje se chama «o Jogo da bola», a fortificação forma como um septangulo desegual. Da banda do Oriente a muralha arremessa-se a consideravel altura, entranhando de arte os pegoens e botaréus pela rocha viva, que bem se comprehende a longa solidez e duração do todo. O granito engasta-se no granito, como se a fabrica humana d'ali brotára, inabalavel como elle.

Vae o bracejar irresistivel das plantas bravas alluindo, e pouco a pouco despegando, e successivamente lascando a cimeira e armadura do gigante caduco; mas as raizes pedrenaes estam ainda para seculos.

Fica o ilhéo muito mais perto da margem direita que da margem esquerda, sem todavia se poder entrar n'elle senão por agua. O braço que do lado do norte o circumda terá uns 20 a 25 metros de largura, e é todo estrellado de corôas de areia. Do lado do sul a distancia á margem anda por 100 a 120 metros.

Esta circumstancia provavelmente deu logar a supporem alguns que em tempos remotos o castello avultava á orla da terra firme, não existindo então o caneiro que as aguas só ulteriormente abriram. Esta é porém mera supposição, muito pouco admissivel, por que nenhum indicio, nem architectural nem geologico, a fundamenta ou authorisa.

Demora ao sul o famoso pego, ou fundão piscoso, que motivou a doação do Sr. Rei D. João I, de que ao diante se tractará. Ainda hoje é esta paragem frequentada por pescadores, que nos seus frageis bateis em fórma de maceira, construidos de 6 taboas mal cozidas, ali affluem das povoaçoens marginaes, principalmente na estação em que abundam os saveis. N'aquelle ponto as mais longas varas dos barqueiros (10 a 12 metros) não acham fundo.

Tôa bem esse arriscado e silencioso trafegar com as solemnes tristezas do esqueleto da fortaleza, que a vida febril das idades heroicas animou outr'ora, e hoje é muda testimunha de angustias e procellas!

III

A origem e fundação do castello d'Almourol, fóra do

que ordinariamente succede com os legados das épocas rudes e violentas, póde ser plausivelmente indicada. Attestam-n'a documentos graves, que os caracteres architectonicos do monumento não contrariam.

Uma breve nota, inserta na relação do sr. conde de Mello, referindo-se á succinta informação dada no *Anno historico*, pag. 484, tomo 1.°, diz: «este castello foi edi-«ficado, ou talvez reedificado, e dado á ordem dos Tem-«plarios, por D. Gualdim Paes, que foi o 1.° Mestre «d'esta ordem em Portugal, e que morreu a 17 de abril «de 1295.»

A relação do *Archivo Pictoresco* seguiu fielmente estas indicaçoens. Com effeito, no *Anno historico*, especie de ephemerides dos principios do seculo 18.°, que deixou imperfeitamente elaboradas o padre Fr. Francisco de Santa Maria, acha-se textualmente o seguinte: «D. Gualdim «Paes fundou os castellos de Thomar, Pombal, e *Almou-«rel*,[1] e Idanha, e Monsanto, e outras nobres povoações. «Morreu n'este dia (17 de abril) de 1295.»

N'esta data da morte de D. Gualdim, data que por tal modo póde singularmente influir na apreciação da verdadeira época da fundação, ha visivel engano. O *Jornal de Bellas Artes* e o *Archivo* copiaram o *Anno historico* sem reparar nas probabilidades de um erro de imprensa. Assim se propagam e generalisam falsas noções por meros equivocos.

Se o fundador do castello tivesse fallecido em 1295 esta fundação seria necessariamente do seculo XIII, por quanto não a poderia ter elle intentado antes de homem feito, nem consequentemente a data d'ella ir além, quando muito, dos meiados do mesmo seculo. Ainda

[1] Não faça duvida esta pequena variante. Todos os praticos sabem quanto ellas sam frequentes em nomes que successivamente degeneram, bem como na incorrecção dos antigos documentos, e como d'ahi se introduziram nos traslados dos escriptores que os consultaram.

suppondo que no livro se allega o anno de 1295 contado da era de Cesar, sendo apenas de 38 annos a differença entre esta e a computação do nascimento de Christo geralmente adoptada desde o principio do seculo XV, viria a morte do Mestre D. Gualdim a cahir em 1257.

A esta supposição repugna ainda positivamente o exame dos factos averiguados.

Cumpre antes de tudo rectificar a proposição, não menos erronea e demasiadamente absoluta, em que se affirma ter sido D. Gualdim, ou Galdim, o 1.° Mestre do Templo em Portugal. Muitos escriptores de boa nota assim effectivamente o asseveraram, copiando-se uns aos outros como repetidas vezes succede. Outros disputaram o ponto, fundando-se na diversidade dos titulos de *Procurator* e de *Magister*, e época em que o ultimo apparece e predomina.

Não advertiram esses—que taes titulos, e ainda os de *Commendator, Maior, Preceptor, Præpositus e Prior* foram indistincta, e ás vezes commulativamente, uzados pelos prelados provinciaes das ordens militares em Portugal, como designativo igual da respectiva delegação e authoridade. Cumpre ao mesmo passo ponderar que, acerca do de *Magister*, inevitavelmente havia de ter sido grande a hesitação nos primeiros tempos — já porque a ordem do Templo, estabelecida de facto em varias partes antes de acceita no concilio Trecense e reconhecida pelo summo padre Honorio II nos annos de 1128, não tinha ainda a bem dizer normas certas,[1] — já porque o termo de que se tracta mais parecia então significar superioridade abstracta do que officio com funcçoens definidas, e só por direito consuetudinario, proveniente de reiteradas uzurpaçoens, veio a tornar-se em dignidade reconhecida, como inculcam as doutas con-

[1] Dr. Alexandre Ferreira, *Memorias dos templarios*, Tom. 1.°, 1735. Campomanes; *Historia da Ordem e Cavallaria dos Templarios*, 1747.

troversias que a este respeito se escreveram com larga copia de citaçoens contradictorias.

Sejam quaes forem porém as verdadeiras razoens d'essa variedade de titulos, que menos importa aqui averiguar, e não sam para causar extranheza n'uma sociedade rudimental, incerta e balbuciante, o que hoje se tem por fóra de duvida é que D. Gualdim Paes não foi effectivamente o 1.º prelado do Templo em Portugal. O 4.º seria, no parecer do freire de Christo, fr. Bernardo da Costa, [1] chronista d'esta ultima ordem successora da dos Templarios; o 6.º, segundo fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, no cathalogo ou relação que insere no artigo *Tempreiros*. [2]

Costa faz antecessores de D. Gualdim na prelazia os Mestres ou Procuradores D. Guilherme Ricardo, [3] D. Ugo Martins, e D. Pedro Arnaldo, allegando o testimunho das numerosas escripturas, cartas e doaçoens que tinha á sua disposição nos archivos de Thomar. Viterbo, alterando esta ordem e accrescentando a lista, conta por Mestres, antes de D. Gualdim, a D. Guilherme Ricardo, sobre o qual ha ainda as duvidas anteriormente notadas, a D. Raimundo Bernardo, a D. Pedro Froylaz, a D. Ugo de Martonio ou Martoniense (o Martins, de Costa) e a D. Pedro Arnaldo. Bem que Viterbo nem sempre dê provas da mais escrupulosa fidelidade e segura hermeneutica, tem o seu voto aqui mais peso, não só porque o trabalho que apresenta é posterior ao de Costa

[1] *Historia da Militar Ordem de N. S. Jesus Christo*, 1771.

[2] *Elucidario das palavras, termos e phrases que em Portugal se uzaram etc.*, 1798.

[3] O doutissimo José Anastacio de Figueiredo, authoridade das mais seguras n'estes assumptos, bem que escriptor diffuso e obscuro no modo de expor, é de opinião, como se vê no 1.º vol. da sua *Malta Portugueza* (edicção de 1800), que por falta de boa interpretação Costa unira indevidamente os nomes de Guilherme e Ricardo, os quaes em verdade representavam pessoas distinctas, vindo n'este caso a dever-se contar mais um no cathalogo dos prelados antecessores de D. Gualdim.

e feito já sobre os elementos que este colligira, mas porque examinou maior copia de documentos e se mostra mais familiar com elles. Ambos porém, como Figueiredo e ainda como Ferreira, concordam em pôr antes de 1128, que é aqui o essencial, o governo do primeiro chefe ou cabeça da Ordem, introduzida no reino com a aurora d'elle. Deduzindo d'esta base a successão dos prelados, Viterbo faz começar em Junho de 1157 o mestrado de D. Gualdim Paes; e Costa não vai longe d'esta opinião.

O proprio *Anno historico* não chama a D. Gualdim primeiro mestre, mas unicamente «um dos fundadores da ordem,» asserção ainda assim inexactissima, pois que na época da instituição da mesma Ordem (1119) estava aquelle necessariamente na infancia, como abaixo se verá. O que naturalmente deu logar a diffundir-se e firmar-se a opinião, que por muito tempo attribuiu a D. Gualdim a primazia no mestrado, foi o achar-se vinculado o seu nome ás principaes fundaçoens e documentos da Ordem, circumstancia esta que provem da sua longa gerencia, ou antes repetida eleição para o cargo, que é a versão mais provavel, e que mais concilia todas as duvidas relativas a documentos posteriores á data fixada.

Temos pois que pelos annos de 1157 ou 58 D. Gualdim era indubitavelmente mestre da Ordem do Templo em Portugal. Impossivel é por tanto admittir para o seu fallecimento a data de 1295, nem ainda a de 1257, 188 annos ou quando menos um seculo depois.

A data que se lê no *Anno historico* deve pois, como já se ponderou, considerar-se filha de equivoco manifesto no algarismo das centenas, e corrigir-se substituindo-lhe a de 1195, que é a que se conforma com as melhores authoridades, memorias coévas, escripturas e inscripçoens.

O já referido chronista Fr. Bernardo da Costa, reportando-se aos documentos manuscriptos da casa de Thomar, põe o nascimento de D. Gualdim no anno de Christo (expresso) 1118, o que affasta, confirmando quanto fica atraz indicado, toda a possibilidade de ter sido elle um dos fundadores da Ordem pois que teria então um anno, e ainda mais patente e visivel torna o engano do algarismo na data da morte.

Viera ao mundo o affamado Mestre no povo de Marecos (hoje Amares) nas immediações de Braga, d'onde lhe derivou o appelido de Marecos; e procedia de stirpe illustre continuada em preclara descendencia.[1] Era filho de D. Gontrade Soares e de Payo Ramires, vindo por seu pae a ser bisneto de Ayres Carpinteiro, homem esclarecido e de grande nomeada no seu tempo. Fôra criado com o principe D. Affonso Henriques e este por sua mão o armára cavalleiro na campanha de Ourique (1139). Tal é o seu resumo biographico nos annos anteriores á profissão.[2]

Segundo Costa, existia por cima da porta da casa que se chamava «a sachristia velha» (no convento de Thomar provavelmente), uma inscripção de que o mesmo author insere e publica o *fac-simile*. Diz summariamente essa inscripção: «que na era de 1208 (anno de Christo 1170) vivia em Portugal o Mestre Gualdim, de nobre geração, natural de Braga, o qual fôra cavalleiro secular, armado por el-rei D. Affonso I; que se alistára na milicia do Templo, e cinco annos se andara na Palestina em guerra contra os infieis, tendo-se distinguido em muitas batalhas, e nomeadamente na expugnação de Ascalona e assedio de Antiochia; e que, volvendo ao reino e n'elle feito procurador da Ordem, edificára os castellos de Thomar, Pombal, Zezere, Almourol, Idanha e Monsanto.»

[1] Conde D. Pedro, *Nobiliario;* Marquez de Monte-Bello, *Annot.*
[2] Costa; Viterbo.

N'este documento epigrafico, abonando o que acima se deixa exposto, apparecem cumulativamente, na mesma data, e com applicação ao mesmo individuo e cargo, os dois qualificativos *Procurator* e *Magister*. O theor d'elle resume e authentica os feitos principaes da pessoa que memora. Assim D. Gualdim, quando nomeado ou eleito Mestre, havia já sido cavalleiro no seculo, e militára cinco annos na Terra Santa depois de tomar o habito da Ordem. Comparando-se as datas apuradas, quer para o nascimento quer para a investidura na prelazia, vê-se que ao tempo d'esta investidura devia ter D. Gualdim 39 a 40 annos, o que não repugna aos factos inscriptos na lapida.

Essencial é esta aproximação, porque ella verdadeiramente dá valor a tal testimunho, sabido como é quanto os d'essa natureza podem por diversos modos e rasões induzir facilmente em erro.

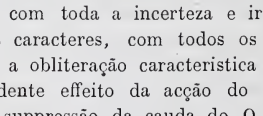
O mesmo Fr. Bernardo da Costa traslada o *fac-simile* de outra inscripção, collocada «sobre a porta *principal* do proprio castello de Almourol», diz textualmente o chronista. Similhante indicio merece particular investigação.

Esta porta principal não póde ser a pequena entrada por onde se transpoem a cerca exterior; é evidentemente a que na photographia se vê, tendo por cima a lapida cuja alvura sobresahe no tom uniformemente carregado do monumento. Por ali era a communicação para os lanços interiores da fortaleza. A côr menos escura da lapida, tomada na relação do sr. conde de Mello como prova cabal de ter sido ahi posta essa lapida em época muito posterior á primitiva fabrica, é sufficientemente explicada pelo author da chronica onde diz: [1] «a pedra em que está gravado (o letreiro ou inscripção «referida) é de jaspe alvissimo, e as lettras na mesma «fórma que fielmente copiamos por mão propria.»

[1] Pag. 142.

Effectivamente a diversa qualidade da pedra desfaz a objecção da differença na côr. Conservou-se mais alva por ser mais fina. E deve notar-se que outras duas inscripçoens, citadas pelo mesmo historiographo, e ambas em fundaçoens do Mestre D. Gualdim, são igualmente abertas em jaspe, vendo-se todas tres coroadas pela cruz orbicular dos Templarios. Indica esta identidade o ter-se expressamente empregado pedra mais resistente, com o obvio fim de melhor perpetuar aquellas memorias.

Que o illustre general, author da relação de 1844, não deu maior attenção a esta parte do monumento, e só de longe a observou, claramente se deprehende de não citar a inscripção allegada por Costa. Esta inscripção todavia não podia então deixar de ali existir, pois que effectivamente ainda lá se encontra, condizendo, salva uma só variante digna de reparo, com o *facsimile* publicado pelo mesmo Costa. É ella como n'este logar se reproduz, escrupulosamente copiada da propria lapida descripta, com toda a incerteza e irregularidade originaria dos caracteres, com todos os accidentes actuaes, até com a obliteração caracteristica dos traços mais tenues, evidente effeito da acção do tempo, segundo attesta a suppressão da cauda do Q em *quæ*, o desapparecimento da linha transversal em quasi todos os AA, etc. :



A epigraphe, que parece do typo romanò-gothico, lê-se do seguinte modo: «*Era. MCCVIIII. Magister Gaudinus Bracara, quæ est caput Galletiæ, ortus, ædificavit hoc castrum Almoirel cum fratribus suis.*» Em vulgar: «Na era «de 1209 (anno de Christo 1171) o Mestre D. Gualdim, «natural de Braga, metropole da Galiza, com os seus «irmãos do Templo edificou esta fortaleza de Almoi-«rel.»

A differença importante acima notada está justamente na data. No *fac-simile* de Costa vê-se claramente: Era. M. CCIII (1165). Deve-se porém advertir que na versão que elle mesmo dá, tanto em latim como em vulgar, duas vezes repete 1208. Parece portanto que ou na cópia de sua mão esqueceu o V correspondente ao algarismo 5, ou o esqueceu o gravador como é mais provavel. Em qualquer das hypotheses, o facto de haver escripto e repetido a data 1208 é visivel indicio de que esta fôra a que effectivamente achára, e por isso lhe andava no sentido. Nem é para admirar que assim deixasse correr equivoco tal, quando n'esta mesma inscripção se mostra não dos mais esmerados ou versados. Sem maior attenção leu elle *Algiorcel* onde está innegavelmente *Almoirel* no seu proprio *fac-simile*. O M oncial que precede o O não é ahi tam claro como no nosso, e por isso talvez o transformasse em G; mas a anteposição do I incluso, contraria á pratica, e o addiccionamento de um C, que nem lhe apparece no traslado, sam alteraçoens que mal se comprehendem, sobretudo affastando ellas tam consideravelmente da sua ordinaria orthographia palavra ali de tanto valor. Só erro de copista ou de typographia, dos quaes muito cumpre acautellar em assumpto em que não ha miudeza indifferente quando se quer chamar á luz o que tantas sombras involvem!

O numeral romano V, que no *fac-simile* acima inserido faz parte da data, a existir já assim, tanto mais devia dar

nos olhos quanto offerece a singularidade da duplicatura em fórma quasi de W, que os peritos reconhecem desusada, e do que não acho typo ou menção nem em Viterbo [1], nem em João Pedro Ribeiro [2], authoridade de primeira ordem em taes materias.

É possivel que tal duplicatura seja accidental e casual, proveniente de fendas, infiltraçoens, etc., mais faceis de apparecer onde a pedra se acha já cavada, e produzidas posteriormente á transcripção de Costa, como as falsas projecçoens perpendiculares, que no *fac-simile* actual por duas vezes se notam, dando á letra que não póde ser senão V (com valor de U) uma illusoria apparencia de N. Na data porém a symetria do segundo V com o primeiro e a fórma angular, tornam esta supposição menos admissivel do que nos dois exemplos indicados.

Em todo o caso o V, singello ou duplo, innegavelmente existente na lapida, deve lêr-se como equivalente ao numeral arabigo 5, ficando assim a data, exactamente como aqui foi transcripta—1209 (era de Cesar), ou 1171 (annó de Christo)—mais conforme com a versão escripta da propria chronica do que o *fac-simile* n'ella incluido. As mesmas causas acima expostas para explicar a alteração superveniente no V do corpo da inscripção podem ter aggregado ao numeral romano III, informemente gravado, um traço apparente, que facilmente engana os olhos, e só de perto e com trabalho se poderá descriminar. É isto o provavel attendendo ao desusado da formula. Não vale porém a pena ir mais longe na analyse, porque a differença de um anno pouco influe na apreciação de que se tracta, e a época provavel da fundação do monumento, tal como as suas ruinas o mostram, não fica melhor

[1] *Elucidario*, artigo «algarismo», e taboas no fim do 1.º vol.
[2] *Dissertaçoens Chronologicas*, Dissertação 6.ª, «arte de verificar as datas nos documentos e monumentos.»

nem peior determinada admittindo uma ou outra de datas tam proximas.

Ou seja pois a data aqui analysada 1170 ou 1171, concorda ella sem esforço com a do letreiro de Thomar, e não menos se ajusta ás outras provas deduzidas.

IV

O aspecto e feição d'estas curiosas ruinas, como opportunamente se ponderou, em tudo confirmam as averiguaçoens documentaes.

Até á invenção da polvora, ou melhor até ao aperfeiçoamento da artilheria, a arte da fortificação consistia na imitação mais ou menos feliz das tradiçoens romanas. Os monumentos militares d'esta origem, numerosos nas Gallias, serviram geralmente de typo. A mudança porém de instituiçoens e costumes introduziu differenças que importa levar em conta. A cidadella antiga distingue-se pela uniformidade nas disposiçoens, pela construcção regular e methodica. Vê-se que passou ali o vasto systema da centralisação imperial. A fortaleza da Meia-Edade emprega em geral os mesmos meios de deffesa; mas o isolamento, a rudesa, a variedade, a phantasia no plano e execução attestam a independencia e a propensão para o individualismo, singular caracteristico da sociedade engendrada pelas idéas feudaes.[1]

Serviam ordinariamente as fortificaçoens romanas para segurar e proteger grandes centros de população, em quanto o castello, nucleo ás vezes do burgo humilde que se lhe abrigava á sombra, muitas outras ermava desconfiado e solitario semeando em roda o terror.

Os acampamentos permanentes, dispostos por modo

[1] Prosper Merimée, *Architecture militaire*, 1851; Dureau de Lamalle, *Poliorcetique des anciens*, 1819; Lupicini, *Architettura militare*, 1582.

especial, (*castrum* ou *castra* conforme a sua extensão) que se destinavam a abrigar as legioens nos territorios occupados, acampamentos de que ainda hoje apparecem vestigios, tinham um caracter tam diverso que impossivel é confundir tal classe de obras com as construcçoens d'est'outro genero.

Até ao 8.º seculo a região da Europa em que menor numero de castellos se via era indubitavelmente a peninsula hispanica. Do romano herdara o godo o simples castro, ou arrayal, que geralmente assentava n'um cabeço. Prevalecera com o seu dominio o systema municipal, e este nem necessitava nem favorecia o desenvolvimento de construcçoens, que facilmente passavam da deffesa á ameaça.

A invasão sarracena, tendo-se apoderado rapidamente das vastas provincias e antigas povoaçoens romano-visigothicas, tambem não precisou recorrer a essas fortalezas dispersas, salvos casos excepcionaes. [1]

D'este modo, a mais frequente edificação d'ellas começa com a dilatação da pequena monarchia cantabrica. É o modo pratico de supprír a inferioridade de numero, de recursos e de saber, por parte dos christãos. Dos paizes feudaes d'além dos Pyreneos vem a idéa de segurar successivamente o terreno conquistado, cobrindo-o de castellos, termo novo como a cousa, derivado, não já do *castrum* romano, senão do provençal *castel*, posto que o vocabulo *castrum* por força de costume appareça ainda applicado a estas fortalezas nos documentos coévos, que sam redigidos em latim.

Surgem assim por toda a parte cercas e bastioens, senhoreando o viso dos montes, a portella dos valles, o passo dos rios, e amiudam-se, e avançam ao passo que se alongam os recentes Estados, ganhos e susten-

[1] A. Herculano, *Antigos Castellos*, Panorama, 1844.

tados a ferro contra o expoliador arabe, a um tempo inimigo da patria e inimigo da crença.

Mas a mesma necessidade, que multiplicava estes edificios guerreiros, os fazia nos primeiros tempos da lucta rudimentos apenas do que vieram a ser. Não passavam as mais das vezes de fortificaçoens improvisas, parapeitos de traves cruzadas, cheios os vãos com pedra insossa ou barro, e em volta a carcova — o indispensavel para pelejar a cuberto. Nos seculos x e xi é frequente já a torre, ou alcaçova, de alvenaria, deffesa suprema; mas ainda o recinto exterior se compoe de marras orlando o fosso, ou vallados fortalecidos de tranqueiras, quando não apenas de espinhaes e sebe viva.

Só gradualmente pois se foram accrescentando e robustecendo estas construcçoens, augmentando-se os recintos, apertando-se os torreoens, engrossando as muralhas, e empregando-se a cantaria para resistir á escala, ao incendio, aos tiros das manganellas e das outras machinas de arremesso.

É justamente no seculo xii que a engenharia militar da Meia-Edade entra em pleno desenvolvimento. Na segunda metade d'elle procuravam já todos os chefes com avidez as obras dos antigos sobre a arte da guerra. Godofredo Plantagenète lia Vegécio em quanto estreitava o cerco a Montreuil-Bellay. De então data a maior parte dos grandes typos de castellos roqueiros na Europa.

Então tambem — seguramente em virtude das necessidades da expugnação — começam os arabes de Hespanha a assestar contra as fortificaçoens dos seus terriveis adversarios as poderosas forças mechanicas, que lhes grangearam a reputação de prodigiosos machinistas, [1] o que necessariamente devia forçar os christãos a proporcionarem os seus meios de resistencia ao vigor cada vez maior dos attaques.

[1] D. José Antonio Conde, *Hist. de la dominacion de los Arabes.*

Appliquemos agora estas summarias noçoens.

Os restos do castello de Almourol bem claramente mostram não pertencer elle á infancia d'aquelle genero de construcçoens, apesar de naturalmente limitada a sua área. Reparae. Nada lhe falta dos typos completos, nem couraça que liga a alcáçova á cerca amuralhada, nem largas quadrellas, nem altos miradouros, nem as lumieiras esguias, nem os cubellos reforçados, nem a funda carcova. Serve-lhe de invadiavel cinta o proprio rio, do seio do qual se levanta, inexpugnavel para aquelles tempos. Todas as condiçoens de força que lhe dá a posição insular estam aproveitadas. A irregularidade do contorno protesta contra a procedencia romana mais symetrica. A escolha do ermo está de accordo com as tendencias e necessidades em tal zona de paiz e na reciproca situação dos belligerantes em tal época. A provada solidez com que a fortaleza se abraça á rocha indica já uma arte adiantada. Finalmente, D. Gualdim, tendo vivido 5 annos na pratica das armas e no exercicio de assedios, em companhia dos mais accreditados capitaens, onde estes de todos os lados affluiam, devia conhecer a fundo os melhoramentos do seu tempo, e natural era empregal-os na linha de postos avançados, — a bem dizer colonias militares de uma nova e sempre disputada fronteira, — que o prudente D. Affonso I acertadamente confiára ao valor e experiencia dos aguerridos soldados do Templo.

Por tanto ainda por este lado combina tudo com a data encontrada.

Mais. Achamos que as duas portas teem a fórma ogival, e a relação do sr. conde de Mello, que de tal particularidade parece ter-se com rasão especialmente preoccupado, diz-nos — que se descobriam ainda as laçarias nos restos visiveis das abobadas.

Aqui póde a architectura civil concorrer com a mili-

tar para acabar de esclarecer o que sempre tam difficil é de evidenciar.

O systema ogival, impropriamente chamado gothico, filho predilecto da arte christan, aliança do occidente com o oriente, começa a constituir-se por meios d'este seculo XII, talvez o mais vigoroso, enthusiastico e fecundo da Meia-Edade. Se a Italia, educada nos modellos do paganismo, obstinando-se nas tradicçoens da arte grega, só no seculo XIII se resignou definitivamente á innovação, a Peninsula hispanica, meio goda, cavalleirosa, inspirada da religião do Evangelho como quem lhe consagrava o braço e a vida, havia de adoptar com ardor a fórma que mais se casava aos seus affectos, ás suas aspiraçoens e á sua indole.

O arco de ogiva apparece com effeito em Hispanha já na época de transição. A egreja dos templarios em Segovia, terminada em 1204, tem no seu conjuncto todo o aspecto septemptrional.[1] No mesmo caso está a cathedral de Santo Adrião, de 1156.

O que se dava em Hispanha dava-se em Portugal. Em quanto no Meio-Dia da Europa lentamente se effectuava a passagem do estyllo romão para o systema ogival,[2] a influencia dos modellos arabes, exauthoradas as antigas normas, contribuia naturalmente para acelerar aqui a transformação, predispondo os olhos e os espiritos a novas combinaçoens.[3]

A presença da ogiva tem pois n'esta edificação uma concludente importancia. É perfeitamente admissivel n'aquelle seculo, e difficilmente se póde ter por anterior. As laçarias das abobadas, a que se refere a descripção de 1844, sam evidentemente os artezoens acairellados ou ribetes *(nervures* dos francezes), não mero ornato,

[1] Alf. Michiels, *Architecture religieuse et civile au Moyen-Age*, 1851.
[2] Guilhabaud, *Architecture do V au XVI siècle.*
[3] Daniel Ramée, *Hist. générale de l'Architecture.*

mas util reforço; e fazendo parte do mesmo systema architectonico roboram tudo o que o arco ogival está indicando.

Muitas vezes as inferencias tiradas da feição especial de uma época sam ainda mais decisivas que o testimunho de documentos obscuros, falliveis por muitos modos. No presente caso porém os indicios de uma e outra ordem accordam-se por tal fórma que mutuamente se authorisam.

Deve porém a obra do Mestre D. Gualdim considerar-se fundação ou reedificação?

A similhante respeito Viterbo exprime-se nos seguintes absolutos termos: «o castello d'Almourol, que havia fi-«gurado já no tempo dos romanos, foi levantado das «suas ruinas por D. Gualdim no (anno) de 1170.» Este periodo tem divulgado uma opinião muito accreditada, mas a que fallecem motivos solidos.

Claro parece elle com effeito. Todavia o erudito investigador, de ordinario tam prolixo e minucioso na citação e transcripção de memorias comprovativas, reduz-se n'este ponto á simples affirmativa, esquecendo-se até de apontar onde achára fundamento para ella. Nem se quer se refere á vaga tradicção[1] que falla n'uma antiga cidade Moro, tradicção que o exame da localidade e a constante e natural tendencia do rio para a margem sul, egualmente repellem. Esta portanto lhe não pareceu authoridade sufficiente.

Forçoso pois será tomar-lhe como baze da asserção o

[1] Fr. Bernardo de Brito, *Monarchia Lusitana*, L.° 3.°, cap. 14.°. 1597. Brito, reportando-se unicamente ás *Annotationes* a Resende, de Diogo Mendes de Vasconcellos, diz que a cidade Moro «era onde está hoje o castello d'Almourol, e fóra fundação de Decio Junio Bruto.» Basta ver as dimensões do ilhéo para se não tomar a serio a uma voz que nada de positivo conta em seu favor, senão a menção que d'ella faz o douto cisterciense, mais inclinado ao maravilhoso que ao real como todos sabem.

tam debatido documento, chamado «Divisão de Wamba,» de que evidentemente teve noticia pois que n'outro logar o cita.[1]

Designando os pontos cardiaes de circumscripção diocesana egitanense, a referida Divisão diz textualmente: — *de Sena usque Muriellam* — «Muriellam (commenta Viterbo, e d'ahi provavelmente a persuasão manifestada) é com muita probabilidade o castello de Almourol cujas ruinas ainda hoje admiramos no meio do Tejo.»

Aqui porém — repare-se! — não se affirma já, suppõem-se apenas.

Mas a Divisão de Wamba, instrumento suspeito em rasão do interesse que incitava a forjal-o, geralmente se reputa hoje apocripho!

Admitta-se porém como authentico e genuino. É documento do 7.° seculo, e não estabelece a minima prova da origem romana da fortaleza. Conceda-se ainda, e n'isto com maior plausibilidade, que a fraude perante a historia não infirme nem invalide a exactidão do logar perante a geographia. Onde está n'aquellas palavras indicio da mesma fortaleza? *Muriellam*, sem mais qualificativo, bem podia designar unicamente o ilhéo, apto pela sua situação a servir de objectivo na linha demarcatoria. Bem podia egualmente passar depois o nome do local ao edificio, visto como para se explicar a derivação bastará addiccionar a esse nome o artigo arabe *al*, como era frequentissimo então, fazendo sucessivamente Al-Muriellam, Al-Muriel, Almoirel, e Almourol, gradação de que ha exemplos infinitos, e que parece aqui naturalmente indicada pelo euphonismo popular. Em summa, de qualquer maneira considerado o famoso documento, não é possivel achar n'elle rasão bastante para similhante affirmação.

[1] *Elucidario*, art. «Garda.»

A phrase «foi levantado das suas ruinas» claramente inculca tambem — restauração do que já era pelo mesmo risco e plano; — cumprindo tanto mais assim entender-se, quanto não ha no ilhéo espaço nem condiçoens para multiplicar alicerces.

A tal conclusão oppoem-se por modo formal o que do systema e fortificaçoens romanas fica exposto. Effectivamente a irregularidade que as actuaes ruinas mostram é de todo incompativel com aquelle systema como já se procurou demonstrar, e ainda com os sabidos usos militares do imperio. Asserçoens ou conjecturas despidas de provas não podem annullar o que de boas authoridades deduz a boa rasão.

A singular posição do ilhéo no concavo que faz o rio entre duas voltas, a sua proximidade da embocadura do Zezere, a força que d'essa posição resultava em tempos que desconheciam as armas de longo alcance, sam em verdade circumstancias tendentes a persuadir que em todas as épocas, e principalmente nas mais agitadas, havia de ser tal sitio reputado excellente para posto de observação. D'ahi se poderá sem difficuldade inferir que, antes da doação aos Templarios, já ahi existisse, em melhor ou peior estado, a torre central, vigia ou portagem, talvez ambas as cousas a um tempo. Ia isso de accordo com os costumes da rude sociedade em via de constituir-se pela extorsão e pela guerra. Com a occupação dos soldados do Templo viria naturalmente a necessidade de erguer maior e novo recinto em volta da velha alcaçova, dispondo-lhe no interior aposentos para superior guarnição; viria consequentemente a conveniencia de fortalecer esse recinto com os aperfeiçoamentos recentemente introduzidos, muito mais devendo aquelle ser um dos principaes padrastos da raia contra as gazúas, ou correrias dos sarracenos do Gharb e provincias confinantes. Assim, com ter havido já no

ilhéo um principio de fortificação, coisa provavel, não deixaria D. Gualdim de ser o verdadeiro edificador da construcção em grande parte subsistente, cousa provada.

Uma grave authoridade se junta aqui a todas as precedentes considerações. Funda-se na Bulla em que Urbano III (1186) confirma aos Templarios as terras e bens que estes possuiam em Portugal, a qual Bulla, referindo-se expressamente aos territorios doados por D. Affonso I, denomina esses territorios: *terram desertam in marchia sarracenorum:* «terra deserta na fronteira sarracena (*marchia*, do germão *mark*)», e declara terem ahi os irmãos do Templo fundado os castellos de Pombal, Thomar, Ozezar (Zezere), e Almourol.[1]

Fosse terreno aquelle naturalmente agreste e baldio, ou tivesse-o despovoado em tempos anteriores a assolação, pouca differença faz na these subjeita. Se desde a primitiva selvatico, mal se imaginará possibilidade de edificios onde não viviam homens; se occasionalmente devastado, o longo abandono provará exactamente a falta de fortificaçoens assaz poderosas para conter as invasoens, ou o total destroço das que houvessem existido.

Unicamente póde pois admittir-se, e isso apenas com o caracter de conjectura plausivel em presença da posição, que D. Gualdim ali encontrasse ao desamparo algum anterior pouso de atalayas disposto contra surpresas. Só esta versão, direi ainda, conciliaria a voz da tradicção com a actual feição do monumento e a authoridade das memorias. *Levantar das ruinas* não é em verdade o mesmo que *fundar*. Nada porém impede que se possa *fundar sobre ruinas*. As ruinas achadas attestam a existencia de alguma edificação anterior; o ulterior trabalho erige e substitue-lhe outra. Mas essa que será senão incontestavel fundação, sobre tudo quando

[1] A. Herculano, *Hist. de Portugal*, Tomo 1.°. nota XV.

tenha manifestamente o cunho de uma época determinada? N'esta cathegoria por tanto se hade classificar o interessante monumento, que em si mesmo guarda a certidão da sua origem.

V

A historia do castello de Almourol póde succintamente deduzir-se dos instrumentos officiaes que lhe dizem respeito. Que permaneceu na posse e dominio da Ordem do Templo vê-se de uma doação do anno 1239, que se acha no *Livro das Escripturas da Ordem de Christo*, por Pedro Alvares,[1] e diz assim: «*In nomine Patris &. Ego Arias diaz et uxor mea Maria Mendiz fecimus hanc cartam domui templi et vobis fratri Johani Dominguez una cum fratribus vostris de Almoirol pro remedio animarum nostrarum. Damus vobis atque concedimus ad obitum nostrum tertiam partem de nostro habere mobilem atque imobilem, etc.*»

«Em nome do Padre, do Filho e do Espirito Santo, «amen. Eu Ayres Dias e minha mulher Maria Mendes, «para remedio de nossas almas, lavramos esta carta «de doação *á casa do Templo*, e a vós Fr. João Domin«gues, juntamente com vossos irmãos de Almourol. Assim «por nossa morte vos damos e concedemos a terça dos «nossos bens moveis e immoveis, etc.»

Estipula tambem a escriptura que serão recebidos em Almourol por confrades com parte na habitação e suffragios, isto é contracta protecção e alojamento permanente, constituindo-se os doadores familiares da casa mediante o legado da terça.

[1] Codice Mss. da *Bibliotheca Nacional*, Parte 2.ª; copia do seculo XVI cuidadosamente executada sobre o original existente na Torre do Tombo.

N'outra escriptura, do anno 1302, «Urraca Fernandes, viuva, dôa a Gonçalo Fernandes, commendador d'Almourol, um casal nas lesiras de Santarem.» O castello por tanto ainda n'este anno faz parte do patrimonio do Templo.

Dez depois, em 1312, fundando-se no Concilio Viennense, vai a effeito a extincção da Ordem. Em 1319 a amplissima dotação dos Templarios de Portugal, laboriosamente adquirida deve dizer-se, passa *in totum* á nova «Milicia de Nosso Senhor Jesu Christo», expressamente criada, e logo instituida herdeira d'aquella[1] para terminar o pouco edificativo pleito suscitado entre a Coroa Portugueza e a Sé Apostolica, isto é entre Clemente V e D. Diniz, a proposito dos cobiçados despojos dos desditosos cavalleiros perseguidos e dispersos.

O castello de Almourol entra então na administração da Ordem de Christo, como se vê no livro dos Estatutos d'esta, estabelecendo-se a séde da mesma Ordem em Castro-Marim, *como fronteira de mouros*, o que indica o proposito de continuar em tudo a anterior instituição.

A importancia militar da fortaleza devia necessariamente ter decahido com a dilatação da raia para o sul, expulsão total dos sarracenos, e definitiva constituição do reino. Sem embargo, ainda por fins do seculo XIV parece ter ella representado um papel importante nas guerras entre Portugal e Hispanha.

Indica-o innegavelmente a doação em que o Mestre de Aviz, já D. João I, assim se exprime, «D. João pela «graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve. A quan«tos esta carta virem fazemos saber que vendo nos e «consirando como em esta guerra que avemos tam

[1] Bulla: *Ad ea ex quibus cultus augeatur* etc., expedida pelo Papa João XXII, de Avinhão, em 14 de Março de 1319; *Lettras Apostolicas*, de 17 de Abril do mesmo anno; *Acceitação e Ratificação* de D. Diniz em 5 de Maio idem.

«afincada com aquel que se chama Rey de Castella rece-«bemos muito serviço do castello d'Almourol pollas gen-«tes que hi estavão e estão do muito honrrado barom «d. frey Lopo diaz de souza Mestre da cavallaria da or-«dem de Christus cujo o dito castello he mantendo sem-«pre a nossa voz e dos ditos nossos Regnos, e fazendo «muita guerra aos imigos, querendo galardoar ao dito «Mestre e Sua Ordem algua parte do dito serviço que «assi del recebemos &... damos-lhe por hõnrra do dito «castello, e damos da nossa pura propria e livre von-«tade, e fazemos livre e pura doação entre vivos pera «sempre valedoura de todo o direito que nos avemos «e poderiamos aver no pego do dito loguo d'Almourol «que o aja pera todo sempre livre e isento. s. (a sa-«ber) des hu (onde) chamam a colada[1] do colo d'Al-mourol até ao penedo da pressa &.»

D'este documento, datado de Chaves em 24 de Abril do anno de 1386, vem transcripta uma parte na relação de 1844, tirada do periodo citado por D. Antonio Caetano de Souza,[2] o que bem se vê de algumas inexactidoens da copia d'este ali repetidas, como por exemplo, além de outras somenos: «vemos tam orficada», em logar de «avemos (havemos) tam afincada», alteraçoens estas em verdade aqui sem importancia sensivel para a significação do texto, mas que advertem o escrupulo com que em taes pesquisas importa proceder, por quanto a differença de uma só palavra muda ás vezes totalmente um sentido essencial.

N'esta demonstração da real munificencia luz o derradeiro clarão do periodo guerreiro do velho castello; e, como para melhor se lhe fixar a nova feição, d'essa

[1] Collada: garganta. Segundo todas as apparencias, o braço norte do rio, por ser o mais estreito.

[2] *Historia Geneologica da Casa Real Portugueza*, Tom. 2.º, Parte 1.ª

mesma recompensa deriva o prolongado litigio que lhe substitue á gloria das armas as luctas da cobiça.

A doação do pego d'Almourol abrangia com effeito maior interesse do que á primeira vista se poderia julgar. Era o privilegio dos direitos do pescado na circumscripção designada pela Carta Regia.

Conforme anteriormente se fez notar, é aquella parte do rio ainda hoje singularmente abundante em pescaria. As authoridades das mais proximas povoaçoens marginaes, principalmente de Santarem, viram com maus olhos uma concessão que as defraudava de avenças e propinas rendosas, e recusaram estar por ella. Naturalmente a corôa era menos vigilante do que os Senhores d'Almourol; e o zello pela fazenda real acordou repentinamente em presença de uma fiscalisação mais severa.

Sabido está. Não ha cousa que se deffenda com tal apego e pertinacia como a posse de abusos lucrativos. É ver com que santa indignação, livre de toda a idéa reservada, lhes accode a patriotice hydrophobica. Tudo por amor de Deus e do povo, bem intendido. E o povo de ordinario cahe no laço! Parece que tem sido assim em todos os tempos.

Por excesso de amor ás cousas do rei os magistrados locaes desobedeceram ao rei, e não fizeram caso da sua doação. É o que nos diz a Carta de 9 de outubro de 1390, na qual o mesmo D. João I manda novamente coutar o pego concedido, *com pena de encouto* para os infractores, e nada pequena por signal era a mulcta — visto que (textual) «ora não embar-«gando todo esto (o solemne acto da cessão) os juizes «d'este logar de Abrantes e outros logares pescam e «vão pescar no dito pego contra o dito couto e defesa «sem mandado e licença do alcaide do dito castello «(Almourol) que recebe em ello grande agravamento.»

Não bastou ainda intimação tam formal. Continuaram as cousas como d'antes. D'ahi queixas repetidas dos freires por um lado, por outro lado informaçoens do Almoxarife de Santarem representando o muito que el-rei perdia, etc. Correu processo, foram sequestrados os rendimentos, chegou-se a lavrar sentença mandando integralmente restituir aos possessores de Almourol os direitos retidos, até que afinal tudo se compoz ao cabo de 12 annos buscando conciliar as pretenções dos contendores, como se vê n'outra Carta, datada de 1398, na qual se ordenna aos pescadores que «de cada 18 sáveis e outros peixes paguem dois, sendo o terço d'este direito para a coroa.»

Uma bagatella de mais de 11 por cento. Se era preciso contentar a todos! Assim acabou o pleito satisfazendo o povo as custas aos seus desinteressados zelladores, e engordando-lhes a cevadeira. Ha tambem gente mal intencionada que affirma ser isto commum em qualquer época.

Os grandes bens e rendimentos da Ordem de Christo, cumpre não o occultar, foram utilmente empregados em serviço e gloria da nação. Muitos cavalleiros e dignitarios d'esta poderosa milicia, proseguindo effectivamente no espirito do Instituto não poucas vezes honrado pelos seus antecessores do Templo, como não tivessem já no continente inimigos da fé contra quem pelejar, abalaram-se a devassar os mares, inaugurando aquella era de portentosas navegaçoens que fez Portugal celebrado no mundo. 8.º Mestre de Christo era o infante D. Henrique, o grande iniciador d'este grande movimento! Gonçalo Velho Cabral, morgado das Pias, insigne descobridor do Archipelago dos Açores, foi commendador de Almourol! [1]

[1] Padre Antonio Cordeiro, *Hist. insulana*, L.º IV, Cap. 2.º; Dr. Gaspar Fructuoso, *Saudades da terra*, L.º I, parte 2.ª, Mss.

Passando de forte presidio a mera residencia, o envelhecido castello desapparece naturalmente nas memorias, e com a successão dos annos e modificaçoens no regime das ordens Militares é por fim abandonado. Em principios do seculo XVIII já sómente figura como ruina e como padrão. [1]

Padrão é em verdade, e d'aquelles que devem ser cuidadosamente conservados, porque diante d'elles passam as geraçoens inclinando-se com respeito e saudando-os com orgulho. Foi sentinella infatigavel da monarchia no berço; é testimunha veneranda de um passado glorioso. Ali sette seculos nos fallam dos milagres de esforço e de constancia que nos constituiram independentes. Talvez, memorando o que isso nos custou, mais curemos de conserval-o!

VI

Nos dominios phantasticos das novellas de cavallaria coube já tambem ao castello d'Almourol tam distincto logar, que bem está certificando a sua antiga fama. N'elle representa um dos principaes episodios do seu *Palmeirim d'Inglaterra* a fecunda imaginativa de Francisco de Moraes, o Ariosto portuguez, para quem um douto filho do Brasil [2] com tanta erudicção como bom juizo, com tanta perspicacia como fortuna, não ha muito revindicou a paternidade do engenhoso romance-poema, uma das glorias do genero, que no cathalogo de Salvá se disputava para Hispanha.

Dentro n'aquellas muralhas faz Moraes a residencia da esquiva e formosa Miraguarda, e do seu permanente

[1] Fr. Bernardo da Costa, oper. cit.

[2] Manoel Odorico Mendes, Maranhense, *Op. ácerca do Palmeirim*, etc., 1860.

deffensor o gigante Almourol, do proprio nome do castello. Á vista d'este fica a arvore que tem suspenso o escudo triumphal com a imagem da donzella, e o passo d'armas em sua honra successivamente sustentado por D. Florendos, o Cavalleiro Triste, e pelo gigante Dramusiando. Ali justa Palmeirim com o irmão, sem o conhecer e sem acabar a victoria. Ali sam derribados Graciano e D. Rosuel. D'ali finalmente leva roubado o desleal Albayzar o broquel de Miraguarda para o offerecer em tropheu á sua dama Targiana, dando logar a novos portentos de Florendos.

Para aventuras e amores de paladinos devia com effeito parecer fadada aquella soberba mole, mysteriosa e guerreira, entre aguas asues e prados viçosos; e se bem Francisco de Moraes evidentemente não a conheceu mais que de nome, de crer é que não a escolhesse para assim figurar em obra tal e de tal tomo, se grande não fôra já a sua reputação marcial e a sua voga poetica. Francisco de Moraes, espirito mui culto como prova o subido apreço que dentro e fóra do reino grangeou, era todavia homem do seculo XVI, via com as idéas d'esse seculo apenas sahido dos braços da Meia-Edade, e naturalmente havia de celebrar o que no seu tempo se avantajasse.

Comprehende-se ainda hoje que ali fizessem ninho as ficçoens heroicas. Quem por horas mortas se entranhar nos vãos d'aquellas muralhas desertas, a escutar o sussurro do Tejo contra a rocha e os gemidos do vento nas ameias, sem esforço cuidará ainda ouvir as lastimas do envergonhado Floramão por seu desastre, e os prantos do escudeiro Armello por seu senhor, tam de instincto se casam esses restos melancolicos ás maravilhas e ás saudades das lendas cavalleirosas

VII

Do ermo de Almourol, com o rio serpeando em volta, dilata-se a vista por arvoredos e campos deleitosos, principalmente ao lado sul, tendo em variada perspectiva encostas cultivadas, a antiga povação de Tancos, as formosas villas de Constancia e da Barquinha, e a magnifica ponte sobre o Tejo.

Acha-se o monumento em abandono completo. Creio que entrou nos proprios nacionaes. Ignoro porém se alguma authoridade está incumbida de olhar por elle. É visivel todavia que a sua deterioração irá rapida, por que a mão do homem, muito menos respeitosa que a do tempo, tem já attacado o que os seculos não poderam desmantelar.

Não se deixe consumar a vandalica destruição. Para que? O desparecimento do velho castello dará sequer alguns reaes de economia? Se Portugal não tem com que ampare essas pedras, que fallam de honra, que fallam de lealdade, que fallam de sacrificio, vendam-n'as ou entreguem-n'as a quem as compre ou as acceite com o encargo de os conservar, senão de as restaurar. Em verdade o rochedo de Almourol não promette juro ao capital que ali se empregar; mas, nas mãos de um homem de gosto e de teres, poderia tornar-se á mais nobre, a mais singular, a mais aprazivel e formosa vivenda campestre de todo o paiz, isto sem perder o exterior monumental, isto sem custar os grossos cabedaes, não raro enterrados em imitaçoens desastrosas. Não valeria a pena?

Que ao menos o genio da patria depare e inspire esse homem!

Henrique Nunes, phot.

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE BELEM.

II

MOSTEIRO DOS JERONYMOS

(Santa Maria de Belem)

I

Alvorecera o dia 8 de julho de 1497[1]. A praia vul-

[1] Não é esta a data declarada na *Navigatione di Vasco di Gama, scritta per un gentilhuomo Fiorentino*, que vem a pag. 119 do 1.º vol. na 3.ª edicç. da collecção de João Baptista Ramusio (Veneza, 1563); nem a indicada no liv. 1.º, pag. 31, das *Istorie dell' Indie Orientali* do Padre Maffeo (Edicção de Bergamo); nem a que fixa La Clède no liv. XIV da *Historia Geral de Portugal*, a pag. 111 do vol. 7.º (Versão portugueza annotada, Edicç. Rollandiana, 1784); nem a determinada no 1.º liv. da *Historia General de la India Oriental*, pelo benedictino Fr. Antonio de San Roman (Edicç. de Valladolid, 1603); nem a que se lê no vol. 6.º da *Historia de Portugal*, vertida e continuada da de H. Schœfer, por J. L. Domingues de Mendonça (1844), os quaes todos uniformemente designam o dia 9 de julho. Não é tam pouco a data indicada no *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos até* 1550 pelo grande Antonio Galvão, que a põem em 20 do mesmo mez; nem a marcada por Gaspar Correa (*Lendas da India*, liv. 1.º, cap. 6.º) que é a do dia da Senhora de março (25 do dicto); nem ainda a que o douto visconde de Santarem, na sua Memoria ácerca do codice 10,023 (*Jornal das viagens dos Portuguezes ás Indias desde* 1497 *até* 1642), accrescentada á *Noticia dos Manuscriptos* da antiga Bibliotheca real de Paris (2.ª Edicç. 1860.), assevera ter encontrado no referido codice, a qual diz ser 2 de junho. É porém a que, na nota 2.ª da 2.ª Edicç. (1861) do *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama em* 1497, publicado pelos srs. Barão de Castello-de-Paiva e Alexandre Herculano, se acha apurada com o superior juizo e segura hermeneutica do nosso primeiro historiador, esteiado nas authoridades de Castanheda, de J. de Barros, de D. de Goes, de Faria e Sousa, e do proprio auctor do *Roteiro*, authoridades que, sendo as mais proximas do successo, sam necessaria-

garmente denominada do Rastello, obra de uma legua de Lisboa, enxameava de gente de todas as classes. Golphava para ali de continuo a capital ondas sobre ondas de povo, a um tempo curioso e contristado. A maré humana crescia pelo areal com a das aguas. No sussurro torvo da multidão havia um quê do gemer das vagas. Ouviam-se a espaços pelos ares estivos como eccos de soluços.

Por quê tal concorrencia? E na concorrencia tanto de alvoroço? E no alvoroço tanto de pesadume?

Da modesta ermida, junto ao pequeno povoado fundada pela piedade e sollicitude do inclito infante D. Henrique em desempenho do seu expressivo moto: *talent de bien faire*, sahia uma devota procissão, guiada pelos freires da Ordem de Christo, cuja era a capella. Compunham-n'a os mesmos freires e mais ecclesiasticos, de cruz alçada, entoando os hymnos da egreja, os capitaens e pessoas principaes da pequena frota ancorada no surgidou-

mente, como muito bem advertem os eruditos edictores, «as primeiras no conceito» Se ao que já tem por si tam graves provas e tam respeitavel testemunho é licito addiccionar algum leve indicio, avocarei ainda o proprio A. Galvão, talvez n'isto o dissidente de mais peso, o qual, a pag. 35 do *Tratado*, referindo-se ao regresso dos mareantes na primeira viagem da India, textualmente diz: «vierão... á cidade de Lisboa na *entrada* do mez de Setembro, (de 1499) e pozerão vinte e seis mezes n'este caminho.» Se de 26 mezes justos, como ali se inculca, foi a viagem redonda, o regresso na entrada, isto é nos primeiros dias de setembro, corresponde pouco exactamente á partida em 20 de julho, e está arguindo a incerteza do informador. Accresce que A. Galvão, com quanto fosse um espirito recto, e vivesse em tempos não muito apartados d'este notabilissimo acontecimento, ao que parece nasceu na India, e por isso facilmente podia ignorar estas particularidades distantes; tanto mais quanto é evidente que, já quebrantado de trabalhos e desgostos na época em que escreveu o seu livro, o redigiu da memoria, como prova a citação que faz da viagem de Cadamosto, na qual citação manifestamente confunde os factos a que se refere. O mesmo proximamente se póde dizer de Gaspar Correa, muito digno de fé em tudo quanto presenciou ou lhe passou pelas mãos, mas pouco seguro no que repete de ouvido.

Merecerá desculpa a extensão d'esta nota, considerada a alta significação e summa importancia do facto capital que ella tem por objecto.

ro fronteiro, e com elles os seus parentes e amigos mais chegados, todos com tochas na mão, o trajo de galla em signal de festa, os pés descalços em signal de penitencia.[1]

Á vista das pias fileiras e dos sagrados emblemas a turba commovida rompeu em prantos geraes e vozes lastimadas, como se já chorara mortos quantos ali via em som de apartamento.

Era a despedida de uma grande cidade aos peregrinos que julgava condemnados. Havia n'aquelles suspiros um vago intuito de protesto. Tinham os mais de tantos lamentos por dupla e talvez egual origem a indignação e a saudade. Nem bastava para alentar esperanças, antes servia para exagerar temores, a presença de Bartholomeu Dias, o ousado e feliz navegador que havia já onze annos lograra devassar o terrivel cabo tormentorio, chrismado por feliz inspiração em cabo da Boa Esperança apesar dos medonhos encarecimentos que d'elle se faziam.

Dominavam ainda visivelmente as tradicçoens pavorosas, as abusoens e assombros por tantos seculos ameaçadoramente pousados no limiar de um mundo incognito,

[1] «E ao embarcar sayraõ todos em procissão de nossa senhora de Belem, «que he agora hum mosteiro da ordem d'sam Hieronimo, & hiaõ todos «em pelote & cirios acesos nas mãos, & os frades rezando: & ya coeles «a maior parte da gente de Lisboa, & a mais dela choraua com pie«dade dos q yaõ embarcar cremdo q auião todos de morrer.» — Castanheda; *Edicç. de Coimbrq*, 1552.

«.... fu ordinata una divota processione, andando innanzi con inni, «e cauti le schiere de' Sacerdoti, i naviganti, e l'altra gente con can«delloti accesi in mano andavano col medesimo ordine a pié scalzi fa«cendo orazione, e cosi furono acompagnati fino a batelli dove avevano «ad esser raccolti. La cittá tuta mesta gli seguitava piangendo, quasi «quella schiera d'eletti citadini audassi a manifesta morte.» — Maffeo (trad. do latim em toscano por *Serdonati*); Edicç. de Bérgamo, 1749.

«O povo, seus parentes, e amigos, todo o mundo emfim acompa«nhou os até ao porto que retinia com seus gritos, de maneira que pa«recia que assistião ás suas exequias, e que nunca mais os tornarião «a vêr.» — La Clède, Vers. Port., Edicç. Roll.

como os dragos e os monstros dos castellos encantados. Dos doutos haviam passado ao povo, vulgarisando-se accrescentadas em espanto, as fabulas propagadas por Aristoteles ácerca das terras incandescentes e do mar tenebroso. Gil Eanes, é certo, dobrando o Bojador destruira, com a irresistivel authoridade da experiencia, o antigo e obstinado preconceito da inavigabilidade das aguas africanas para dentro das columnas de Hercules, hoje Estreito de Gibraltar, preconceito que de um lado se justificava com Pindaro, e do outro com S. Gregorio Nazianzeno. Que sabiam porém d'estas innovações geographicas e cosmographicas, não só as gentes communs, bem mais atterradas que surpresas, se não ainda muitos dos que presumiam de lettrados?[1]

As bullas do santo padre Nicolau V em 1452 e 1454, a de Calixto III em 1455, a de Xisto IV em 1481, a de Alexandre VI em 1495 approvando o Tratado de demarcação das conquistas celebrado com Castella em Tordesillas, haviam já dado, é verdade, a sancção da egreja aos recentes descobrimentos, que demonstravam a inanidade das crendices introduzidas pela falta de seguras investigações. Mas como contrastar as duvidas e objurgaçoens dos que pertinazmente condemnavam, como impossivel além de temerario, como heretico além de impossivel, a doutrina da esphericidade da terra, armados com os textos de Cosmas e Lactancio, de Santo Agostinho, de S. Basilio e de Santo Ambrosio, doutores maximos?

Muito se enganará quem acreditar que seja sufficiente a luz do raciocinio para esclarecer desde logo as trevas da credulidade, ou que baste o desengano dos factos para extirpar erros inveterados, onde mais ou menos se contem sempre algum interesse abusivo!

[1] A. M. de Castilho; *Descripç. e Rot. etc., Prol.*

Ás terrificas visoens, povoadas de prodigios e chimeras, que affrontavam a imaginação popular, juntavam-se ponderaçoens sisudas, não despidas de bom senso, que se sabia terem achado ecco authorisado no proprio conselho celebrado por El-rei em Monte-Mór-o-Novo, para o fim de decidir nova e mais aventurosa expedição maritima. Não faltavam homens de reflexão que, mais prudentes que ambiciosos, aos explendores entrevistos preferiam a exploração do adquirido, e a longiquos tentames o solido aproveitamento dos louros já ceifados, concentrando a acção e os recursos da metropole nos archipelagos descubertos, nas terras de Guiné, e na costa de Mina.

Sob o imperio afflictivo d'estas diversas causas de apprehensão, sacudido por um estremecimento doloroso, accorrera o povo de Lisboa a presenciar as derradeiras cerimonias, e a assistir ao embarque dos expedicionarios. A solemnidade do expectaculo em que estes eram conduzidos como á ultima viagem; o apparato a um tempo religioso e bellico; o resoar fremente das charamellas e atabales, cruzando-se com a toada grave do canto-chão em terra, e as acclamaçoens estrepitosas da marinhagem nos navios; o ceu transparente a convidar os olhos para a contemplação do infinito; o rio cheio de reverberaçoens como um espelho immenso; as praias brancas cingindo ao longe o pego como braços virginaes; o sol rutillando nas tellas e nas armas; todo este conjuncto emfim de estimulantes impressoens, avivando a sensibilidade popular, dava ás suas manifestaçoens o tom da desesperação. Via-se claramente que só continha taes impaciencias a severa disciplina que D. João II soubera estabelecer, e o respeito de que revestira a authoridade. Se não fôra aquelle salutar modificador, sem o qual nenhuma cousa verdadeiramente prestante se póde emprehender, um

motim desastroso, um desvario momentaneo, houvera talvez privado Portugal do maior feito e da maior gloria dos tempos modernos!

Em vigilia e oração tinham na ermida passado toda a noite anterior os que ora ali iam com os olhos seccos no meio de tantas lagrimas; com animo inteiro no meio de tanto quebrantamento; com desassombrada resolução no meio de taes presagios. Nada prepara para os lances em que se joga a vida como o estar disposto á morte. Nada levanta e fortalece o coração, nos commettimentos escoltados de temerosas incertesas, como o desprendimento que vae até á immolação, e a encara prevendo-a.

Aquelle era seculo de fé sincera, que hoje mal podem comprehender estes nossos tempos de frio motejo, de argucias desalmadas, de parvoas ironias e scepticismo gangrenoso. Da fé vinha o enthusiasmo que tudo arrostava e a tudo se atrevia. Com os olhos no ceu e na posteridade se partia o nauta e o guerreiro, em serviço, não da sua cobiça, mas da religião e da patria. Assim viviam heroes quando não acabavam martyres. E consummavam grandes cousas porque os moviam grandes intuitos.

Ninguem espere de terreno sáfaro planta medrada. Mortifera é a sombra dos egoismos. Esterilisam elles quanto em volta lhes abrolha, como quem só do alheio vive, e tudo a si sacrifica. Nunca ha de merecer as bençãos do futuro quem trouxer exclusivamente a mira no presente!

A maior prova do elevado caracter dos primeiros emprehendimentos, n'essa época memoravel, é a rapida declinação do pasmoso imperio então grangeado, tanto que n'elle se introduz, semente venenosa, o sordido individualismo com o sequito dissolvente de suas facçoens e enredos!

Apoz o chefe da projectada empresa, e Bartholomeu Dias, que ia a Mina e devia acompanhal-o até Cabo Verde, viam-se na luzida commitiva o irmão mais velho do primeiro, que apesar de enfermo [1] não quizera prescindir de tomar parte na viagem, para elle effectivamente sem regresso, e commandava o navio *S. Rafael*; — Nicolau Coelho, capitão da caravella *Berrio*; — Gonçalo Nunes, mestre da urca dos mantimentos; — Pero d'Alemquer, piloto, que andara com Bartholomeu Dias, e agora ia no *S. Gabriel*, do commando do proprio capitão-mór; — João de Coimbra, piloto do *S. Rafael*; — Pero Escobar, piloto da *Berrio*; — o trinitario fr. Pero de Covilhoens, capellão da frota; — Diogo Dias, irmão de Bartholomeu Dias, João de Sá e Alvaro de Braga, escrivaens; — Fernão Martins e Martim Affonso, interpretes.

Eram aquelles os cabos e principaes!

As guarniçoens, mareantes e homens de armas, que os esperavam a postos nos navios, já de verga d'alto e a pique nas amarras, contavam apenas uns 148 homens ao todo, não incluindo dez ou doze degredados, [2] que o capitão-mór da frota levava para largar nas terras descobertas, quando o julgasse conveniente, a fim de n'ellas tomarem voz e informação! Os tres navios, que verdadeiramente constituiam a força da expedição, pois que o dos mantimentos era só temporario accessorio, não sommavam mais de 270 toneladas!

N'esta succinta resenha, ao limitado d'essa expedição, enviada assim a tentar uma das mais arduas aventuras de que ha memoria, cumpre accrescentar o imperfeito e defeituoso das construcçoens navaes, ainda pouco mais que na infancia; a confusa estreitesa das accommodaçoens

[1] Castanheda.

[2] Os edict. do Roteiro, *apud* Osorio, Goes, Castanheda, Barros, L.° 5.°, Faria e Sousa, San Roman, Maffeo, edicç. lat., *Hist. Geral das Viagens*.

internas, que em larga derrota tam fatalmente favorecia o desenvolvimento de enfermidades mortiferas; a deficiencia dos instrumentos nauticos; a falta quasi total de cartas maritimas; a ausencia de tantos commodos e prevençoens, que hoje se reputam indispensaveis; a necessidade de pairar passo a passo com a sonda na mão[1], interrogando as proximidades de cada volta, as immediaçoens de cada promontorio, o vão de cada angra, a bocca de cada enseada, o fundo de cada abra, a foz de cada rio!

Considere-se ainda, para complemento do quadro, o aturado das contingencias, a extranhesa das novidades, o sobresalto das surpresas, a singularidade das gentes, a diversidade dos climas, as reiteradas insidias da rivalidade interesseira e hostil, e poder-se-ha aproximadamente conceber que arrojo em verdade esse era, e que bem rasão tinha o excessivo d'estas magoas.

Refizesse hoje alguem com os mesmos recursos egual viagem. Reputar-se-hia ainda façanha, posto andarem já tão conhecidos e trilhados aquelles mares. D'ahi se ha-de melhor concluir o que então não seria, com tamanhos terrores em torno e tanta obscuridade diante! com a probabilidade das catastrophes em perspectiva e taes desesperanças por augurio!

De tempera excepcional deviam de ser coraçoens que nem assim afrouxavam.

E eram!

Representa este embarque solemne o primeiro capitulo de uma obra immortal, cujo prologo começado em Ceuta, levara 82 annos a elaborar na porfia gigantesca da scieneia contra a ignorancia, do genio contra a rutina, da constancia contra a pusilanimidade. Entreabre-

[1] «... por que então nom havia nauegar por altura, nem cartear, so-«mente agulha pera conhecer os ventos, e as sondas de prumo correndo «costa, etc. — Gaspar Correa; *Lendas da India*, cap. 6.º

se o caminho com admiravel persistencia e esclarecida obstinação procurado e indicado no collegio de Sagres, adivinhado quasi pelo eggregio Mestre de Christo sem cessar curvado sobre as obras de João Muller e Jorge Purbach,[1] no meio de seus mathematicos, astronomos e cosmographos.[2]

Esse espirito precursor, tam adiantado ao seu seculo, vendo assim a ponto de realisar-se a tentativa por ella sonhada, de certo a abençoa do ceu, onde ha 37 annos descança de uma vida inteiramente gasta no serviço da patria, na indagação da verdade, e na pratica do bem. Entra em principios da execução o pensamento que o grande infante legara a Affonso V, como Affonso V a D. João II, como D. João II a D. Manoel. Apoz tres reinados, não isemptos de turbaçoens, prevalecendo esta preoccupação sobre todas, amanhece emfim a gloriosa aurora quasi um seculo suspirada!

O dia, o sequito, a pompa, o triste adeus aos navios saudados como tumulos — já indubitavelmente o conheceu o leitor — resumem o acontecimento maximo dos annaes portuguezes. Vasco da Gama vai levantar ferro, pondo a proa á nova rota da India!

Falta só a derradeira cerimonia. Na extremidade da praia, ante os bateis abicados que os ham-de transportar a bordo, os nautas penitentes ajoelham na areia, e recebem a absolvição extrema[3], emquanto os sinos tangem a finados[4]!

N'este lance pathetico, ao som compassado e lugubre

[1] Garção Stockler; *Ensaio historico sobre a origem e progressos da mathematica em Portugal.*

[2] J. de Barros; *Dec.* 1.ª

[3] P.e Lafitau; *Hist. das viag. e descobr. dos Port.*, Versão do Capitão M. de Sousa.

[4] Este costume de dobrar a finados quando sahiam os navios do Estado conservou se até principios do seculo XVIII.

dos bronzes plangentes só respondem os soluços abafados da multidão prostrada e oppressa!

O capitão mór impaciente abrevia as despedidas; desfraldam-se as vellas ao vento; segue a frota empavesada, e leva comsigo os coraçoens e os olhos.

Redobram então as acclamaçoens no mar; redobram os choros em terra.

Eil-os a final barra fóra. Deus vá com os intrepidos navegantes!...

Em 10 de julho de 1499[1] Nicolau Coelho, que na sua ligeira caravella se adiantara ao capitão-mór, futuro almirante, transpoem de novo a foz do Tejo, e vem annunciar a Lisboa, ao reino, ao mundo o portentoso exito e o proximo regresso!

Estavam desfeitas as duvidas, vencidos os temores, patente o caminho, vulgar o mysterio, realidade a maravilha, francos em summa os arcanos d'esse desconhecido e cubiçado Oriente, cujas fabulas nebulosas eram ainda inferiores aos prodigios devassados, cujas chaves, verdadeiras chaves de oiro, até ahi pendiam exclusivamente á cinta armada do Turco e de Veneza. Volvia a frota trazendo comsigo uma assombrosa transfiguração moral, intellectual, commercial e politica.

N'estes dias fulgurosos, — ai! bem depressa escurecidos! — com afoiteza podia Portugal dizer, justamente ufano, que tomara a frente das naçoens. Fizera-se com effeito espada potente de novas christandades, motor de nova civilisação, emporio de novas mercancias. Iniciava a grande revolução social do seculo XVI, que lhe batia ás portas.

Esta gloria lhe poz aos pés a geral admiração emudecendo por momentos a propria inveja; esta o coroou e lhe será perpetuo laurel; esta lhe viverá por cima

[1] Indice chronologico etc. Roteiro. J. de Barros.

de todas as angustias e de todos os desastres; esta o fará immortal no proprio infortunio. Não se tenha por memoria van; mas por justa revalidação. É somente infeliz o que perde o patrimonio herdado, porque a desgraça não deshonra. Vil ficará o que esquecer ou despresar os legitimos diplomas da nobresa procedida da virtude.

Para se apreciar com justiça a valia do feito, que alvoroçou a Europa porque interessava o universo, ha de a rasão imparcial encarar e medir todas as circunstancias que o precederam, todas as que se lhe seguiram — os sacrificios que o predispozeram n'um povo pouco numeroso, os effeitos que d'elle se deduziram para a humanidade inteira!

Colhèra a sua justa recompensa a illustração e a perseverança. Justificava-se o firme proposito dos principes; mas justificava-se tambem, — ainda mal!—o queixume presago dos povos. Dos 160 expedicionarios, muito mais de metade, 93, tinham acabado longe da patria, offerecendo-lhe as vidas em holocausto ás novas palmas. Entre estes Paulo da Gama, o modesto e dedicado irmão do capitão-mór, que bem previra o seu fim.

Quem já porém se lembrava dos gemidos da partida no meio dos jubilos do triumpho? Quem podia ouvir as lagrimas de alguns orphãos entre os delirios festivos da immensa acclamação nacional? Quem memorar as victimas, quando as primicias e as promessas da Asia remota davam entrada na capital do reino, assim dilatado?

A febre do enthusiasmo é contagiosa. Era esta agora reacção proporcional á prostração anterior: ardia em todas as veias; pulava em todos os coraçoens; dominava todos os sentimentos. Clareava em dia explendoroso a incerta madrugada. Do Levante vinha a luz. D'ali via

o povo romper-lhe o astro deslumbrante, que lhe innundava de claroens o futuro!

II

D'esta primeira viagem da India procede o mosteiro de Santa Maria de Belem.

O sr. rei D. Manoel, a quem ella grangeava o epitheto de Afortunado, o sceptro dos mares, é a primazia da riqueza e potestade, não se contentando com desafogar nos diplomas remuneratorios o natural regosijo e profunda satisfação, bem visiveis nos termos d'aquelles curiosos documentos,[1] cuidou desde logo em erigir monumento condigno, que a um tempo perpetuasse a magnanimidade do emprehendimento, a grandeza do resultado, e o favor da Providencia.

Nunca n'aquelle tempo se apartava da protecção divina a ousadia humana, e era por isso heroica. Ao symbolo religioso andava tudo subordinado, e tudo se resumia no symbolo religioso. O designio do monumento foi pois concebido no respeito da tradicção de que esse monumento a bem dizer brotava.

Facil é investigar e seguir no estudo genealogico do edificio a constante referencia e devota allegoria ao

[1] A Carta de mercê de 10 de janeiro de 1502 diz textualmente: «—na «quall viagem nos elle (Vasco da Gama) asy seruio..... que n'esta soo «viagem descubryo mill e quinhentas e cinquoenta legoas, onde iso «mesmo descubryo huuma grande myna douro e muitas villas e cydades «muy rricas e de grandes tratos e emfim do seu descubrymento achou «e descubryo a India que por todollos escrytores que o mundo escreue«ram, sobre todas as prouincias delle esta de rriqua poseram, a qual «todollos emperadores e gramdes Reys que no mundo forom sobre todas «estas estas dessejaram etc.» O alvará de 29 de agosto de 1513, accrescentando as graças concedidas, novamente insiste: «... pelas quaes «cousas *e mays principalmente pelo primeyro seruyço do dito descubry«mento* de que tantos bens ourra proueitos a nossos rreynos se se«gue etc.»

pensamento capital, que em todos os seus actos inspirara o grande infante, e que este legara aos seus continuadores.

Defronte do Rastello é o ancoradouro dos navios que regressam das longas navegaçoens ou para ellas se preparam. D'aquelle ponto essencialmente maritimo começa D. Henrique a dirigir as exploraçoens preliminares. Ali faz edificar[1] a capella, em que os mareantes se fortaleçam á partida com as armas espirituaes, e onde encontrem na volta consolação religiosa ao padecimento ou agonia; á ermida accrescenta hospicio que proporcione outros soccorros; e para que não afrouxe o serviço e vigilancia, aposenta-se por vezes no sitio a fim de inspeccionar o que vem e o que vai. Como para melhor confirmar o alvo de taes obras e cuidados, duplicando a invocação allusiva, consagra essa capella — aos Santos Reis Magos, que vem do Oriente — a Nossa Senhora de Bethlem[2], que é o berço do Salvador por aquelles reverenciado, e para toda a christandade Oriente da redempção. Confia depois ermida e hospicio á ordem de Christo, milicia ecclesiastica e guerreira, que tem de officio e obrigação, como já haviam tido os monges

[1] D. Antonio Caetano de Sousa. J. de Barros. P.e J. B. de Castro. Damião Antonio, etc.—Joseph Soares da Silva (*Mem. para a historia do reinado d'el-rei D. João I*, 1730) assevera que a ermida existia já e era de remota fundação, não fazendo o infante mais do que restaural-a e amplial-a. Um documento coévo tira todas as duvidas. É o Instrumento de doação e escambo da mesma ermida e correspondentes passaes aos religiosos de S. Jeronymo, indemnisando competentemente a Ordem de Christo. Entre as clausulas e obrigaçoens postas ao provincial e monges favorecidos, apparece esta, que se nos figura concludente para o caso: «a qual doaçam que lhe nos assy fazemos do dito lugar de Bellem he «com tal entendimento e condição que os Relligiosos que pello tempo «estiverem na dita casa e Mosteiro (futuro) sejão obrigados de em cada «hum dia para todo sempre dizerem hua missa na dita Igreja pella alma «do Iffante D. Henrique que Deos haja *fundador que foi do dito lo*»*gar*, etc.»

[2] Damião Antonio de Sousa Faria e Castro; *Hist. Ger. de Port.*, tomo 9.°, 1788. Ainda que este não seja escriptor da melhor critica, importa aqui seguir-se-lhe a authoridade por ser a mais conforme á rasão

soldados seus predecessores,[1] segurar as fronteiras aos dominios da religião, e alargar estes diffundindo a fé.

O herdeiro de D. João II, por sua vez depositario das idéas do infante transmittidas como successão de familia, o soberano instruido e prudente que do seu antecessor recebera por divisa prophetica a esphera armillar, como aquelle a quem estava reservada a singular ventura de em tudo pôr o remate a essas idéas, mostra-se fiel observante d'ellas, assim nos accessorios minimos como nos padroens destinados á posteridade.

Os navios expedicionarios ostentam em todo o exterior, até cozida ou pintada no vellame,[2] a cruz da Ordem de Christo, a um tempo saudosa homenagem, insignia caracteristica e protector emblema.

e aos factos. O já citado academico da academia de historia, Soares da Silva *(Mem.)* pretende que essa invocação era de Nossa Senhora do Rastello ou Rastrello, tomando este nome por corruptella do de Estrella, e conseguintemente por allusão á boa estrella que o principe tivera. Dá rasão a Damião Antonio a singella narrativa de Castanheda onde positivamente diz: «ao embarcar sayrão em procissam *de Nossa Senhora de «Belem,»* e mais o já notado Instrumento de doação, datado de 1498, o qual se exprime n'estes termos: «fazemos esmolla autre vivos valledou-«ra doje para todo sempre ao Provincial Frades e Irmitães do Bemaven-«turado S. Jeronimo cujo devoto somos viventes sob a Regra de Santo «Agostinho e aos que depoz elles vierem que sob a mesma Regra vive-«rem do dito nosso lugar de Bellem convem a saber do Oratorio e *Ir-«mida de nossa Senhora Santa Maria de Bellem* com seu pumar etc.»

[1] Vide o Fasciculo antecedente, e 1.° dos MONUMENTOS: *Castello d'Almourol.*

[2] Com todas as vellas cheias, e em cada uma d'ellas a cruz de Christo, sam, melhor que em nenhum outro desenho, representados os navios da primeira frota de Vasco da Gama, tendo o respectivo nome por baixo de cada um, em pintura á mão n'um Mss. que pertenceu ao douto academico Sebastião Mendo Trigoso, e hoje faz parte da livraria dos srs. Bertrand. O texto d'este Mss. foi já em grande parte publicado na *Collecção de Noticias para a Historia Ultramarina*, da R. Acad. das Sciencias. E' Codice sem rosto, dos principios, quando muito meiados do seculo XVI, a bem dizer contemporaneo d'estes successos. Não é esse o unico exemplo de ornatos e divisas pintadas, e ainda bordadas no vellame. O sumptuoso navio, em que Henrique VIII de Inglaterra passou de Douvres a Guines para visitar Francisco I de França, tinha as vellas pintadas de arabescos realçados de ouro. Uma gravura de H. Hondins, tambem do

Prevendo a progressiva affluencia dos navegadores em rasão dos descobrimentos effectuados, ou confiando no exito das novas tentativas com aquella segurança e previdencia que dá uma grande fé a um grande espirito, querendo ao mesmo passo alargar ali o serviço ecclesiastico, que se ia tornando superior aos recursos e ao pessoal dos freires, e dispor logar em tudo apropriado á grandiosa commemoração que já de certo planeava, adquiriu o soberano, logo em 1498, como fica dito em nota, por meio de larga permutação e compensação, a ermida e os logradouros da Ordem, e mais propriedades particulares contiguas, sem esperar sequer a volta da expedição, de que todavia não arredava o sentido, como estas mesmas preoccupações certificam.

Chega aquella emfim no ultimo quartel de 1499, e no primeiro de 1500[1] se colloca a primeira pedra ao mosteiro-monumento. A sua invocação é ainda como a da ermida, Nossa Senhora de Bethlem e os Santos Reis Magos. A allegoria inicial prosegue confirmada na magnificencia; dilata-se com a feliz realisação do patriotico pensamento a que nasceu ligada; troca a modestia primitiva em profusa eflorescencia.

A regia piedade, que exprime a gratidão popular, em-

seculo XVI, reproduz um navio com parte do panno largo, tendo em tres vellas das principaes claramente debuchadas as figuras mythologicas de Neptuno, Mercurio e uma Serêa. Pode ver-se um e outro typo no *Gloss.* Naut. de Jal.

[1] Os srs. Varnhagen, I. de Vilhena Barbosa, Ferdinand Denis, etc., datam de 21 de abril a cerimonia da collocação da primeira pedra. O sr. Abbade A. D. de Castro e Sousa, e, seguindo o, J. L. Domingues de Mendonça, poem n'a em 6 de janeiro, Dia de Reis. Nem Goes, nem Colmenar, nem o Padre Carvalho, nem o Padre L. Cardoso, nem Christovão Rodrigues de Oliveira se referem sequer á data. Posto que a invocação da egreja tornasse plausivel a supposição de ter sido effectivamente preferido, para lhe lançar os fundamentos, o dia em que se celebra a festa dos Santos Reis Magos, e isso talvez désse logar á conjectura, não hesito em adoptar a primeira versão, pois que a segunda se não fortalece de sufficiente authenticidade. Em todo o caso não ha duvida no anno.

penha-se em ajustar a magnitude da obra ao elevado da concepção. O cabedal das novas conquistas alimenta a seiva á floresta de pedra, que de anno para anno braceja mais vivaz. É primeiro a vintena dos productos de Mina. É depois o que render a venda de 50 quintaes de especearia [1]. Mais a vintena da casa da India [2]. Mais quinhentos quintaes de pimenta,[3] que então se pagava por alto preço em Flandres. Sam em fim as izençoens e os repetidos donativos [4] com que, além das mencionadas consignaçoens, o sr. D. João III e a Santa Sé [5] favorecem a casa e a sua continuação.

Para em tudo se representar e consubstanciar ali o objectivo constante de tam longos esforços, com os subsidios do Oriente se levanta o oppulento padrão que ha de transmittir ás gerações a memoria visivel do vasto imperio oriental; e o primeiro oiro de Quiloa é consagrado á famosa custodia, primor de ourivesaria e ainda hoje admiração da Europa, que feż do joalheiro portuguez Gil Vicente o rival [6] de Celini.

III

Está o mosteiro de Belem mais ou menos minuciosamente descripto por quantos viajantes e escriptores, nacionaes e estrangeiros, tem tractado das nossas cou-

[1] Alvará de 12 de novembro de 1511.

[2] Alv. de 16 de dezembro de 1512. O chronista Hieronymilitano Siguença calcula esta vintena em oitenta mil cruzados, uns annos por outros, somma equivalente em moeda actual a cerca de 173 contos annuaes.

[3] Alv. de 9 de maio de 1513.

[4] Alv. de 23 de maio de 1529

[5] Bulla confirmatoria de Leão X, de 24 de setembro de 1516.

[6] Item: mando que se dê ao Mosteiro de Belem a custodia *que fez Gil Vicente* para a dita casa — Testamento do sr. Rei D. Manoel, datado de Penha-Longa, em 7 de abril de 1517: na *Histor. Gen. da Cas. R. P.*

sas de arte, e assim mesmo pelos differentes semanarios, ou outras publicaçoens periodicas, que se auxiliam aqui da litographia ou da gravura. Escusado será por tanto repetir o que anda já vulgar e corrente. Longuissima tambem fôra a lista a querer enumerar todas essas descripçoens, e pouco se adiantava com a resenha, pois que na sua maioria successivamente se reproduzem.

Não pela analyse, senão pela synthese, se ha de verdadeiramente apreciar o monumento; não pela execução tam variada que orça por anarchica, se não pelo aspecto geral e vasta concepção; não pela investigação particularisada e prolixa, se não pelos grandes lineamentos e feição complexa.

Entre as monographias do edificio, não contando a Memoria do sr. abbade de Castro em que ha muitas indicaçoens uteis, duas primam por meritos diversos. É a primeira a *Noticia historica e descriptiva* do sr. Varnhagen, originariamente publicada no *Panorama* em artigos soltos, colligidos e novamente dados á luz em 1842 n'um curioso opusculo enriquecido de notas. É a segunda a que sob os titulos *Egreja de Santa Maria de Belem*, e *Porta principal da Egreja de Belem*, remoçada a secca informação anterior com os lavôres oppulentos de um estillo digno do objecto, no *Portugal Artistico* publicou o sr. J. M. Latino Coelho, justamente coroado com o laurel de escriptor primoroso.

Distingue-se aquella pela averiguação paciente e pela exposição methodica; esta pela rapida intuição dos talentos superiores, que, ainda sem se demorarem com a reflexão, entreveem o fundo de todas as cousas grandes como á fugitiva claridade do relampago. O fito do primeiro é demonstrar em Belem os caracteres de um typo architectonico peculiar ao paiz; o segundo apaixona-se menos pelos olhos, e no vago dos raptos phantasiosos encara de alto as incertas aspiraçoens, que pa-

rece estarem ainda a emanar d'aquelle confuso symbolismo.

Seja-me permittido tentar entre ambos o arduo empenho de estudar com a possivel justesa este notavel padrão, em verdade singular bem que truncado. Para isso importa proceder a breve exame preliminar.

Foi ou não portuguez o architecto primitivo de Belem? Subordinou-se ali a execução consecutiva á unidade de um plano geral? No que existe edificado predomina especial escola?

Uma tradicção vaga atribuiu por muito tempo a traça primordial a um italiano por nome João Potassi. Não ha porém documento conhecido que tal nome authorise. O sr. Varnhagen [1] não parece longe de crer que João de Castilho fosse o principal engenheiro das obras; e o sr. Latino Coelho já posteriormente se inclinou a esta mesma opinião.[2] Oppoem-se-lhe porém a chronologia inexoravel. O architecto João de Castilho, fidalgo da Casa Real,[3] falleceu em Agosto de 1581 segundo consta da apostilla á tença por elle comprada a André Corço no anno anterior, e n'esse dada por extincta com a sua vida. Por muita edade que n'esta época tivesse, era já pouquissimo provavel que em 1500, data da fundação, se achasse elle perito e affamado a ponto de merecer a preferencia para tal emprehendimento como este. De mais, a mesma apostilla tira n'este ponto as duvidas dando-lhe «menos de 90 annos,» ao passo que boas authoridades fazem coincidir o seu nascimento com os ultimos tempos do reinado de D. João II,[4] isto é de 1490 a 1495, o que tudo corre perfeitamente natural e mutuamente concorda. Se é inadmissivel por absurdo que um soberano tam intelligente como D. Manuel mandasse

[1] *Noticia Historica e Descriptiva,* (1842).
[2] *Port. Art.*
[3] Da antiga familia de que descende o nosso grande poeta.
[4] Raczynski; Dicc. Hist.-Art., 1847.

começar as obras sem plano previamente approvado, por egualmente inadmissivel se ha de ter que o concebimento d'esse plano coubesse a quem então mal entrava na infancia, e só muitos annos depois podia exercer a direcção que effectivamente lhe foi confiada.

Pelo tempo em que João de Castilho vinha ao mundo florescia mestre Botaca, que dera o risco para o convento de Jesus de Setubal fundado por Justa Rodrigues Pereira ama do duque de Beja, e se illustrára por outras obras, como certifica o Alvará em que o mesmo duque, já rei D. Manuel, lhe concede a tença de 8$000 réis annuaes em recompensa dos serviços n'essas obras praticados, com a clausula de só começar a receber no dia em que se casasse.

O Alvará é de 1498, o anno exactamente em que o Soberano adquiria os terrenos para o monumento que trazia já na ménte. Na desusada condicção, expressa no diploma da tença, transparece o desejo de fixar o artista, naturalmente um pouco vagabundo como quasi todos os da sua classe n'esse tempo. Finalmente, as obras de Belem não podiam começar em abril de 1500 sem estar prompta já a respectiva planta, e sem trabalhos preparatorios executados com a necessaria antecedencia, o que vem a coincidir com a data da mercê. Conviria egualmente aqui recordar que d'este homem, e da mesma quadra, é tambem o portal da Conceição Velha, onde por ventura se póde mostrar parentesco mui proximo com os primeiros trabalhos de Belem.

De tudo isto se deduz que, ao tempo em que se delineou e começou o monumento, Mestre Botaca era architecto já conhecido por obras importantes, particularmente estimado de El-Rei pois que tinha o titulo de Cavalleiro da Real Casa,[1] e o primeiro no conceito

[1] D. Fr. Francisco de S. Luiz; *Mem. Hist. sobre as Obr. do R. Most. da Bat.*, Collecção da Acad., 1827.

visto não apparecer vestigio de outro que se lhe avantage. Em concordancia com todas as precedentes particularidades, a elle naturalmente caberia o encargo do desenho e direcção da obra no seu principio.

Plausivel é pois atribuir-lhe o projecto inicial. Se nenhum documento especificadamente o declara, nenhum tam pouco prova o contrario. Nem se lhe acha, quer nas datas, quer em todas as mais circumstancias, objecção ou contrariedade. Na falta de mais authentica memoria, esta somma de vehementes indicios constitue tal gráu de probabilidade, que esse é hoje o parecer adoptado e acceito pelos homens technicos versados e competentes na archeologia da architectura civil.[1]

Era este notavel artista portuguez ou estrangeiro? Baseando-se n'uma nota communicada ácerca da collecção de papeis, archivada na Torre do Tombo, na chamada casa da Coroa, sob o rótulo *Despeza das obras de Belem* etc., o conde de Raczynski em dois pontos do seu estimavel livro *As Artes em Portugal* parece formalmente persuadido de que o illustre Botaca era effectivamente italiano, e, abundando na opinião expressa pelo sr. Varnhagen no *Panorama* em 1843, não sem motivo inculca a possibilidade de que o Potassi da tradicção seja apenas corruptella d'aquelle nome. Ultiriormente porém, no *Diccionario Historico-Artistico* já citado, o mesmo Raczynski, levado do amor da verdade que é apanagio de espiritos desassombrados, corrige nos seguintes termos a asseveração anterior, proveniente de informação menos fundamentada: «diante de mim per-«correu o sr. visconde de Juromenha (o douto edictor «de Camoens) os documentos de que se tracta (a col-«lecção acima indicada com o titulo *Despesa das obras «de Belem*) e em nenhuma parte alcançou descobrir

[1] Silva; *Mem. Descript. de um Proj. de Rest. da Egr. Mon. de Belem*, 1867.

«que elle (Mestre Botaca) fosse designado como ita-«liano.»

Annullada ficou pois assim a indicação que parecia decisiva. O mais que Raczynski, tão bem e competentemente auxiliado, poude apurar n'esta investigação dos preciosos papeis, foi que Mestre Botaca superintendia com effeito as obras de Belem nos primeiros annos d'ellas, e partecipou na continuação das da Batalha, circumstancia que reforça quanto se leva exposto relativamente ao risco original.

Os que tem pretendido sustentar que Botaca era italiano, estribam-se no testimunho da *Chronica Seraphica da Provincia dos Algarves,* por Fr. Jeronymo de Belem,[1] e do *Tratado da antiga e curiosa fundação do convento de Jesus de Setubal,* por soror Leonor de S. João, religiosa e abbadessa do mesmo convento.[2] Nem um nem outro

[1] E' sabida a propensão dos chronistas monasticos a exornarem de lendas maravilhosas a instituição de cada uma das casas da respectiva Ordem. Não falta aqui o franciscano ao costume. Quando trata do modo porque a obra foi empreheudida pela fundadora, declara esta directamente inspirada por Deus a fim de remediar os «desacertos da vida» derivados da «fragilidade do sexo», e exprime se textualmente do seguinte modo: «Achava-se Justa Rodrigues na villa de Setubal, onde «tambem se achava o grande Architecto o Mestre Boutaça *que das Ita-«lias fora chamado para as obras do piadoso Rey D. João o II;* e «mandando-o ir á sua presença para lhe expor os seus designios, pela «grande fama que d'elle corria, lhe descubrio seu peito na mesma fôr-«ma em que Deus lhe havia inspirado a edificação do mosteiro. Sus-«penso o Architecto com a relação, respondeo: = *Ora não ha mais, se-«nhora!* Esse he o convento *que me foi mostrado em sonhos nas Italias,* «e o trago debuxado! =» Periodos antes tinha com effeito escripto o chronista: «*mostrou Deus em sonhos na Italia* a um famigerado Mestre «de obras a sumptuosa fabrica de um Mosteiro etc.» *Chronic. Seraf.* (Lisboa, 1753) Part. 2.ª, liv. 11.º — Raczynski cita por engano o liv. 10.º

[2] Codice da Bibl. Nac., conhecido sob o titulo de Manuscripto da Abbadessa. E' obra do primeiro quartel do seculo XVII. Viu-a e seguiu a fr. Jeronymo de Belem, copiando-a em grande parte, como se demonstra no trecho seguinte, que é para o presente caso o importante, e substancialmente se acha trasladado nos da Chronica: «andando o «tempo inspirou Deus em Justa Rodrigues Pereyra dona nobelissima e «de Sanctos e altos pençamentos, Ama do Duque D. Manoel que depois «foi Rey de Portugal, que fundasse na dita Villa hum Mosteiro de Frei-«ras da primeira regra de N. Madre Santa Clara. E sabendo ella *Mestre*

escripto lhe affirma porém tal nacionalidade, pois que ambos se limitam a dizer que o sr. D. João II «o mandára vir de Italia.» Sendo a Italia o centro das artes, e então principalmente visitada e frequentada por quantos n'ellas se queriam aperfeiçoar, nada obstava a que um portuguez ali se achasse como outros muitos estrangeiros, e d'ali fosse chamado pelo seu soberano desejoso de lhe aproveitar a aptidão e os estudos. De nenhum modo forçada é esta interpretação de tam vago texto, quando se considera não terem faltado em Portugal, n'esse e no antecedente seculo, architectos illustres, como um Affonso Domingues, os dois Matheus Fernandes, pae e filho, e os mais,[1] que nas obras da Batalha deixaram immorredouros padroens de genio e de saber.

Faz subir a conjectura a grandissima probabilidade, quasi total certeza, a existencia de um logarejo ou casal do nome de Boutaca,[2] exactamente nas immediaçoens da villa que d'aquelle glorioso mosteiro recebeu a denominação. Effectivamente, só extraordinario accaso faria assim coincidir com a designação de um local portuguez um apellido italiano, tanto mais quanto menos se casa á indole d'esta ultima lingoa a voz dominante n'aquella

«*Boutaca era vindo das Italias ás obras delRey D. João etc.*» Resulta d'esta confrontação que as duas authoridades em verdade fazem uma só, e esta meramente a do Mss. da Abbadessa, já por que o author da *Chronica Serafica* passo a passo transcreveu esse Mss addicionando lhe apenas encarecimentos e accessorios de sua lavra, já porque esta chronista não gosa os melhores creditos de historiador. Cumpre accrescentar que á Abbadessa, como dama e como reclusa, faltavam os indispensaveis elementos de averiguação, escrevendo mais de um seculo depois dos factos a que se referia, e ácerca de circumstancias já remotas, sem mais auxilio que o do cartorio do seu convento. Não terá passado sem reparo que soror Leonor escreve Boutaca, e só o imaginativo franciscano, em rasão provavelmente de algum vicio de copia, cedilhou o c, transtornando por este modo o nome, que todavia manifestamente se vê ser o mesmo.

[1] D. Fr. Francisco de S. Luiz; *Mem, cit.*

[2] Varnhagen e visconde de Juromenha, nas notas de Raczinski.

designação; ao passo que nada mais provavel do que um moço, nascido nas visinhanças da povoação onde tal fabrica se levantava, ter ido ali procurar emprego, haver-se desenvolvido e habilitado na aprendizagem dos grandes mestres e pratica de seus trabalhos, e ganhando fama tomar para si, á imitação de tantos, o nome do logar da sua naturalidade.

Apparece este nome nos diversos documentos escripto de differentes modos,[1] prevalecendo todavia Boutaca, que o proprio architecto assignava Boytaca, seguindo a variante ditongal commum na Extremadura, o que tudo concorre para mais e mais lhe authorisar e authenticar a origem nacional, que tem tambem por si o ponderoso voto do erudito Cardeal Academico, o qual referindo-se-lhe nominalmente sem hesitar diz: «com fundamento o temos por portuguez!»[2]

Portuguez foi pois o risco primitivo, assim como portugueza a immediata e ainda importante continuação, entregue com certesa a João de Castilho. Supposto as artes não tenham patria, tem-n'a os que as exercem; e a gloria que d'esse exercicio resulta só por incuria se ha de abandonar quando podem revindical-a boas rasoens, muito mais tractando-se de um typo que não tem modello fóra do paiz.

Que a concepção primitiva fosse consignada n'um plano geral deve ter-se por indubitavel.[3] A sua unidade

[1] Adoptou-se aqui Botaca, por ser o que usou Jeronymo Botaca, filho do architecto, que assim parece tel-o fixado.

[2] *Mem cit.*

[3] O sr. I. de Vilhena Barbosa, muito douto, conscienciosо e perspicaz investigador, n'uma nota inserta no n.º 5.º do *Archivo Pittoresco* de 1864, cita o codice manuscripto *Historia e Descripção do Mosteiro de Belem*, por Fr. Thomaz do Espirito Santo, religioso Jeronymo que vivia no mesmo mosteiro em tempo do sr. D. João III, na qual Historia meudamente se descrevia, não só o que o author vira acabado, mas ainda o que faltava *segundo o primeiro plano da obra*. Parece que o original da descripção se conservava na livraria do conde de Vimieiro ao tempo do terremoto, e como outras muitas preciosidades foi destruido. Uma co-

todavia, assim no que respeita á execução do principal como dos accessorios, ou não ficou sufficientemente conhecida, ou foi menos respeitada que na Batalha. Bem que só um terço do edificio chegasse ainda a construir-se; bem que haja ali vicios nativos, sem contar os defeitos accidentaes; bem que os trabalhos do notavel successor de Botaca, attrahido ás novidades da renascença e inspirado das doctrinas de Vittruvio, já flagrantemente se affastem da traça anterior; bem que os absurdos enxertos e ridiculas tumescencias, addiccionadas pela ignorancia nos ultimos seculos, tenham em não pequena parte mutilado, torcido, emplastado, atormentado, desfigurado e envergonhado o magnifico monumento Manuelino, transluz d'este ainda assim, a quem o contempla no seu conjuncto, não sei que mysterioso enlevo, raro já n'essa edade. É que o pensamento criador ficou indelevel nas grandiosas condiçoens impostas pelos começados lineamentos.

Difficilimo será determinar que escola ou systema predomina onde muitos arguem anarchia, e quasi todos reconhecem um genero peculiar. Resumindo porém os mais essenciaes caracteres d'esse genero, colligidos n'um estudo especial,[1] ficará indicado o necessario para se ajuizar.

Na volta inteira e no sarapanel, ou arco achatado,

pia que o sr. Vilhena viu e consultou desappareceu tambem, fallecido o collector que a possuia. Havia, além d'este precioso escripto, a Chronica portugueza da Ordem de S. Jeronymo, tambem manuscripta, que forçosamente devia de conter particularidades interessantes sobre o assumpto. Por infelicidade tambem esta se transviou e sumiu. Uma das duas é provavelmente o Mss. a que se refere a breve Mem. explicativa do sr. Silva. A descripção de Siguença, além de limitada ao que em seu tempo existia, respira a falta de gosto artistico, e é assoberbada pela intolerancia das mais absolutas idéas do renascimento classico. A de Colmenar não passa de um leve esboço. Mais de lamentar se torna pois aquella grandissima perda.

[1] Varnhagen; *Not. Hist.*

transparece manifestamente o gosto arabigo, ainda que todas as mais voltas ali se vejam toleradas. As abobadas sam frequentemente sustentadas sobre altos pilares polystillos ou enfeixados. Nichos de estatuas, quando não baldaquinos torreados e rendados, interceptam constantemente os corpos verticaes. Preferem-se repetidamente as formas oitavadas, assim nas bases como na ramificação das artezoens. Variedade infinita nos capiteis, nas misulas ou cachorros, e nas gárgulas ou carrancas, proscrevendo a symetria e repetição, sem todavia prejudicar a concordancia. Ornamentação extrema, até nos botaréus, ou gigantes, com profusão excessiva de esculpturas e meio-relevos em medalhoens, em laçarias, em arabescos, em bocetes, em brutescos, e diversas phantasias. N'essa ornamentação, e em todos os logares preeminentes, emprego continuado das divisas do rei fundador, e ás vezes o escudo com tres flores imitantes ás de liz que tanto tem preoccupado os eruditos. Finalmente a visivel associação de toda a obra á memoria do Infante D. Henrique e á dos descobrimentos, já pela significação dos bustos e estatuas, já por allusoens, allegorias e symbolos, não menos expressivos posto que mais complicados.

IV

A feição original de Belem nasceu provavelmente sem premeditação. O sr. Vilhena Barbosa, que acima fica citado, espirito esclarecido e justo, explica as singularidades do edificio n'estes termos dignos de meditar-se: «se os monumentos sam como os espelhos em que se «retrata o viver da nação que os levanta, em que se «imprimem com fiel exactidão a sua indole e costumes, «as suas idéas e aspiraçoens, as suas venturas e des-

«ditas; não podia o Mosteiro de Santa Maria de Be-«lem deixar de mostrar em si as novas feiçoens da «epocca, a variação e incerteza das idéas, certa incon-«gruencia de principios na esphera da politica, certa «discordancia e frouxidão no regimen do Estado, a lucta «já occulta, já aberta entre as altas influencias do paiz, «o termo dos nossos tempos heroicos, o cunho, emfim, «da precoce decadencia da monarchia.»

O sr. Varnhagen, não menos illustrado, exprime com mais arrebatamento analoga idéa: «Belem é a ima-«gem marmórea do cahotico Portugal movente e colo-«nisador, como a Batalha é do Portugal independente, «sob o bom regimen, a ordem, a estabilidade e o so-«cego!»

Innegavel é com effeito o influxo do pensamento e sentimento dos seculos nos padroens, que d'elles nos ficam, reflectindo-os atravez das edades. N'isso mesmo consiste a licção que nos transmittem, e isso mesmo justifica o empenho de estudal-os. N'estes livros de pedra, de egual modo que nos livros estampados, se reflectem necessariamente os incentivos, as preoccupaçoens, os elementos de actividade, as modificaçoens successivas de cada povo e cada época. Não póde porém o monumento acompanhar como o livro a mobilidade dos successos, e ha de por sua natureza representar só largos periodos em largos traços.

Estudando a serie e sequencia das obras de Belem, podem effectivamente seguir-se os effeitos da decadencia politica e degeneração moral, já nas aberrações multiplicadas, já na depauperação da seiva imaginosa. O enthusiasmo exuberante cede visivelmente o logar ao calculo frio e ás convenções imitativas, sem todavia lograr com estas comprimir de todo a inspiração primeira, que tam poderosa fôra. Ao espontaneo abrolhar, ao ambicioso crescer, ao florejar incansavel, ao desfazer-se e desentra-

nhar-se em recamos inexhauriveis, succede pouco a pouco — primeiro o esforço, depois a extravagancia, depois a indigencia, por ultimo a stulticia.

É, é uma historia completa a que se observa no edificio de Belem! a triste e longa historia das nossas degradaçoens, que enceta a cobiça, a intriga apressa, e as facçoens consummam! historia funesta e assombrosa de heroicidades perdidas, de loucas imprevisoens, de sensualidades infrenes e de erros triumphantes.

Vê-se, palpa-se ali como a paixão heroica, antes estimulada da fé sincera, gradualmente se vai convertendo em sordida especulação e crasso egoismo; mas vê-se e palpa-se ao mesmo tempo com que força tudo aquillo brotou da raiz, que, apesar de transtornado e incompleto, ficou ainda assignalado de cunho privativo, e em muitas cousas formoso e grande.

As causas latentes da degeneração podiam já existir, e existiam em germe, no tempo em que Vasco da Gama descobria a India e Botaca abria os caboucos de Belem. Os seus effeitos porém não se sentiam ainda de modo que influissem desastrosamente nas obras dos mestres, como vieram a influir no reinado de D. João III, e ainda mais d'ahi para diante. O que por tanto é já propriamente applicavel a estes ultimos annos, não o é do mesmo modo á época da concepção e fundação. Se principiavam a afrouxar as virtudes severas, mantinha-se ainda o espirito guerreiro, que só ao diante por mal dirigido o mercantilismo corrompeu. Havia ainda homens, e sobretudo havia crenças. Sem estas ousara-se e fizera-se o que se ousou e fez?

Portugal, é verdade, agitava-se ancioso, mas de uma ancia generosa; revolvia-se inquieto de insaciaveis desejos, mas norteavam-n'o ainda a cruz e a gloria. Era movimento sim; mas não era cahos. Equivoco damnoso fôra o confundir estes, quando tam contrapostos sam.

Como sahiria do cahos o mundo se a Omnipotencia lhe não houvera dado o movimento?

Nem só á historia social demasiadamente genérica, senão tambem á historia das artes mais comprehensivel, se ha de pedir a explicação physionomica d'este memorando prototypo.

O systema ogival, ou antes arte christan, distinguia-se essencialmente pela variedade de formas principaes, muito maior que na arte greco-romana, pela multiplicidade das combinaçoens, pela potencia dos effeitos, pela solidez, pela grandeza, pela audacia, pela poesia!

Comparando a pilastra enfeixada das cathedraes á columna macissa dos templos pagãos, consubstancia Hegel, bom mestre n'estas phylosophias, a differença entre a primeira e a segunda n'uma observação tam engenhosa como verdadeira. A columna sustenta, com esforço a bem dizer visivel, o peso do plano superior, destacando-se d'elle; na pilastra os grupos de fustes, de determinada altura para cima, projectam-se e bracejam em diversos sentidos, brotam d'elle como espontaneos os ribetes, e as proprias abobadas lhes parecem natural prolongamento, identificando-se as diversas peças n'uma unidade possante sem ser pesada.

D'esta confrontação, ao mesmo passo delicada e profunda, surgem para logo em duas palavras duas imagens, que se applicam ao todo de cada uma das duas classes, e surprehendem o espirito pela fidelidade com que retratam as civilisaçoens de que procedem. Sam essas duas palavras — oppressão — aspiração!

Vencida a rigidez dos primeiros christãos, que, interpretando com demasiada severidade os textos, proscrevia a decoração dos templos[1] como odiada herança do paganismo, comprehendeu a Egreja militante, ape-

[1] *Ne, quod colitur et adoratur, in parietibus depingatur. Concilio* d'Elvira (*Illibertensis*), Cap. 33.º (anno 305).

nas desassombrada, que poderoso auxiliar lhe era a associação do bello ao culto do bom; e dos fins do IV seculo em diante, crescendo em riqueza e liberdade a communhão dos fieis, começaram a reflorir nas capellas christans as artes refugiadas em Byzancio. O mesmo foi dar o primeiro passo que entrar em estrada cada vez mais larga. Sob o impulso d'aquella férvida aspiração religiosa, que deslaçára as antigas sociedades materialistas, e as rejuvenescia idealisando-as, e as congregava ante novos symbolos, e desferia para o ceu tam arrojados voos, nascera com effeito a architectura ogival. Esta sua origem basta para se comprehender o ardor productivo com que em breve executou portentos, na presença dos quaes ainda hoje se prostra a admiração. Os assombrosos corucheus de Strasburgo e Friburgo, as maravilhas de Tréves, de Colonia, de Beverley, de Salibusry, de Westminster, de Bruges, de Ypres, de Verona, de Burgos, da Batalha sam attestados immortaes da sua vigorosa e fecunda inspiração.

O sapiente mechanismo da construcção desparecia por tal fórma no diafano das bases, no aerio dos arremeços, que os povos absortos atribuiam a obra a collaboração dos anjos, e em toda a parte á historia de taes monumentos vinculou a tradicção lendas milagrosas. Era essa a palma do genio, muitas vezes anonymo, que sabia multiplicar os vacuos sem prejudicar as resistencias, e assim lograva espiritualisar a casa de Deus, fabricando-a como a despegar-se da terra, onde todavia passaram os tempos deixando-a incólume!

Desponta e constitue-se d'este modo a architectura ogival por fins do seculo XI, em lucta com os ultimos fulgores do estillo romão. De 1200 a 1350, na plenitude da pureza juvenil, produz ella os seus mais perfeitos e formosos typos. Dos meiados do XIV seculo para diante entram-n'a os primeiros symptomas da corrupção,

de que vai lentamente enfermando. A final, com as mediocridades enfatuadas e as porfias invejosas, começa-lhe a degeneração.

Julgaram muitos innovar diversificando. Como sempre acontece onde a vulgaridade jactanciosa tenta sobrepor-se á intelligencia criadora, introduziu-se a indisciplina da ignorancia e o despreso dos principios. Generalisou-se o arbitrio, e a par d'elle a turbação.[1] Afrouxou o sentimento da proporcionalidade. Perdeu-se a discreta sobriedade, d'onde provinha a gravidade magestosa. A vaidade humana mesclou aos emblemas sagrados os brasoens heraldicos e até as arvores de geração. Prevaleceu o arteficio ao artista, o accessorio ao principal.[2] Passou-se da affectação á exageração; da exageração á hyperbole; da hyperbole ao desatino!

A ogiva elimina-se ou inverte-se. As abobadas, não podendo subir mais, de repente achatam-se. Os fechos d'estas penduram-se em ornatos desgraciosos e multiplicam-se absurdamente. Os mesmos artezoens, na origem necessaria guarnição e engaste das arestas, ingenhoso arcabouço do edificio, ameudam-se sem necessidade, e cruzam-se em malhas como rede suspensa. Assim se vai tudo affastando do seu primitivo destino, da sua rasão de ser e natural significado. Assim se descamba para o estillo pretencioso, que de um ornato demasiadamente repetido recebe a qualificação expressiva de flamante *(flamboyant)*.[3]

Por ultimo diffunde-se com a violencia das tempestades um como tresvario frenetico, delirio contagioso que provoca a restauração grecó-romana.

A associação mysteriosa dos mestres pedreiros, que

[1] L. Batissier; *Hist. de l'Art. Monum. au Moyen Age*, Paris, 1865. Du Sommerard; *Les arts au M. Age*, Paris, 1837. Hawkins; *An Hist. of the Orig. and establish. of Goth. Archit.*, Lond., 1813.

[2] M. Bassi; *Dispareri in mat. d'Archit. e prosp.*, Brescia, 1572.

[3] Michiels et Lassus, *Archit. Rel. au M. A.*, Paris, 1851.

tão poderosamente contribuira para a actividade architectural da Meia-Edade, degenerando tambem, confundira a invenção com a mão d'obra, rebaixando a arte a mester. Esta uma das causas não pouco importantes do transviamento. E a ingerencia d'essa associação é visivel na crasta inferior de Belem, onde apparecem entalhadas na parede as marcas hierogliphicas dos associados, do mesmo modo que na capella de Numão, castello de Moncorvo, torre de Beja, e mosteiro da Batalha.[1]

Este derradeiro periodo vai do XV ao XVI seculo. É a declinação visivel e já irremediavel d'uma grande arte, e de uma grande época, despenhada em pendor fatal.

Os monumentos d'esse periodo ainda namoram os olhos com o luxo decorativo, mas cançam a contemplação pela superfluidade. O que n'elles sobrevive de grandioso e bello é como offuscado pelos apparatos e excessos de sumptuosidade. Ha ali um quê de contrafeito e ancioso. Respiram um quasi sensualismo attractivo. Falta-lhes porém a serenidade augusta, que enleva e conforta a alma como um refugio protector, e tanto por isso a deleita e a captiva.

O mosteiro-monumento de Belem começou justamente a erguer-se no limite que separa o XV do XVI seculo. Junctae ás hesitaçoens, ás convulsões, á insubordinação, á furia febril da arte contemporanea, a provavel residencia de Botaca na Italia, onde o puro systema vertical nunca podera de todo acclimar-se, e onde por aquelle tempo, sob a acção potente dos Medicis, as tradicçoens mixtas de João de Pisa e Arnolfo di Cambio cediam ante a eminente e nova authoridade de Bruneleschi e Bramante; accrescentae o influxo do orientalismo, transmittido com os modellos arabes da Peninsula,

Raczynski nas *Artes em Portugal* reproduz algumas dessas marcas. As de Belem, que examinei, ainda que não identicas como é bem natural, sam do mesmo genero.

[1] *Egrej. Princ. da Europ.*, Milão, 1824.

e então necessariamente avivado pelo proprio intuito commemorativo do edificio; combinae este complexo de rasoens efficientes com o alvoroço e os deslumbramentos da nova era, sem esquecer as allegorias que ella inspira: tereis com toda a probabilidade o segredo das singularidades de Belem e do genero Manuelino.

O que essencialmente distingue este monumento do da Batalha é o que se resume no competente juizo de J. Murphy, o architecto viajante: «sam (ali) os ornatos «empregados judiciosamente, e com parcimonia, espe«cialmente no interior, que é notavel por sua vasta e «nobre singelleza, sendo o grande e sublime effeito que «produz derivado, não de ornamentos meretricios, mas «do intrinseco merito do desenho.»[1]

Não é preciso mais. O monumento de D. João I é filho do seculo XIV; pertence ainda á edade varonil da architectura ogival. O monumento de D. Manuel afflora á entrada do seculo XVI; no meio da nobre exaltação que o planea primoroso quinhoa as vertigens da já adiantada decadencia.

Em todas as artes é o mesmo. O desregramento e o requinte sam os infalliveis indicios da degeneração, que mais é vicio collectivo do que insufficiencia individual. Lucano é a degeneração de Virgilio; Marivaux a degeneração de Molière; Marini a degeneração de Petrarcha. Belem é para a Batalha o que Lucano é para Virgilio!

V

Não é possivel reproduzir n'uma só estampa as mais notaveis partes de tal monumento. A photographia, que acompanha esta noticia, representa a frontaria sul tirada

[1] Esta passagem, assim como outras muitas, vem consideravelmente desfigurada na versão franceza de 1797.

n'uma linha de direcção inclinada a poente. Fica assim prejudicado o magnifico portal, um dos primores do edificio, e hoje a mais nobre e grandiosa entrada d'elle, pois que uma insania barbaresca houve por bem escalavrar e mascarar o portico principal contraposto ao Nascente, onde se ergue a Capella-Mór como é costume em taes construcçoens, e n'esta com rasão maior se devia manter.

Não inferior áquelle seria de certo o verdadeiro vestibulo e frontespicio, quanto se póde colligir do que ainda se vê da primitiva structura, decapitada á nascença por mãos que desafiam o anathema, e quanto melhor se observa no excellente modello da egreja, completado por um plano imitante ao originario,[1] e em tudo fiel ás suas relaçoens e proporçoens. Na falta d'esse frontispicio conveniente fôra talvez fazer sobresair a portada subsistente, posto andar já estampada e cabalmente descripta. Indispensavel todavia se tornou adoptar a indicada disposição,[2] a fim de abranger a parte nova do edificio onde as obras continuam.

Essas obras, já hoje importantes, e por ventura apenas superficialmente conhecidas, não podiam deixar de ser aqui mencionadas. Teem ellas progredido sob a acção vigilante e esclarecida do actual Provedor da Casa

[1] Desenhou, restabeleceu e fez executar este plano e modello em madeira, com rara perfeição e incontestavel talento, o illustre e incansavel architecto da Real Casa, o sr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva, benemerito fundador da sociedade dos architectos portuguezes. Foi esse modello, vulgarisado já tambem pela photographia, um dos valiosos objectos de arte que figurou na ultima exposição de Paris, e por elle se ha-de verdadeiramente avaliar o que devia ser, o que ainda talvez pode ser a egreja dos Jeronymos.

[2] A propriedade, não ha muitos annos construida defronte do edificio, impediu a collocação da machina photographica em ponto favoravel. Essa propriedade encobre a melhor parte do mesmo edificio para a banda do rio, que é d'onde elle principalmente deve ser visto. Quando o terreno fronteiro ao monumento tiver a devida applicação, e se queira desassombrar este como cumpre, essa casaria não poderá deixar de ser expropriada, já que deixaram erigir ali tal pejamento.

Pia, o Par do Reino sr. José Maria Eugenio d'Almeida, a quem está igualmente confiado o estabelecimento e o edificio, pessoa que reune aos dotes de superior illustração a mais energica vontade; e taes sam já os trabalhos executados que devem ser tidos em conta de bom serviço nacional.

Antes porém de n'esta parte ir avante, importa relancear ainda os olhos ao passado.

O terremoto de 1755, bem que fizesse sentir os seus effeitos ao monumento, pouco, relativamente, o damnificou. As mais crueis injurias jogou-lh'as a mão dos homens. Os tapumes, que desfiguram a soberba galeria exterior da frontaria, existiam já no tempo do Marquez de Pombal, segundo se vê em duas estampas, uma publicada pelo Almanach de Lisboa em 1794, outra acompanhando o retrato do ministro por occasião do embarque dos Jesuitas. Mas a gravura que na obra de Colmenar [1] representa esta face do mosteiro, mostra claramente os arcos abertos com grande realce de nobreza. Não será pois necessaria maior consulta para se concluir que esses feios enchimentos foram mandados fazer, por força de indeclinavel urgencia, quando, em rasão das ruinas causadas pelo terremoto, a Alfandega foi provisoriamente estabelecida n'aquella galleria, transferindo-se dos armazens da casa dos condes da Ponte, situados na praia fronteira a Santo Amaro, onde primeiramente a referida Alfandega se albergara, segundo o testemunho de um escriptor contemporaneo; [2] onde permaneceu em quanto a arcada de Belem se preparava; e d'onde a fizeram remover, provavelmente por não ter ali sufficiente espaço.

Em 1827 parte da divisão ingleza do general Clinton

[1] D. Juan Alvarez de Colmenar; *Delicias de Port. e Hesp.*, Eddicç. de Amsterdam, 1647, Tom. 3.°, Ed. de Leide, 1707, Tom. 4.°

[2] Jacome Raton; *Recordaçoens*, Londres, 1813.

esteve de quartel na mesma galleria e claustro inferior, e não de todo se acham ainda cicatrizadas as escandalosas amputaçoens que ficaram memorando a passagem da soldadesca. Em summa, cada uma das diversas applicaçoens que successivamente se deram ao edificio, mais ou menos lhe accrescentou algum estrago ou defloração, não contando os rebocos, remendos, tabiques, divisorias, e passadiços, com o costumado aceio de caiar as cantarias, o que juncto aos inchassos e tortulhos de que os bons dos Jeronymos ali foram prodigos, veiu a converter muita cousa excellente do monumento em deformidades, que só o tempo, o estudo e a perseverança podem ir corrigindo com restaurar as primitivas e naturaes feiçoens.

A necessidade, suprema lei em casos de salvação publica, innegavelmente justificou a opportuna providencia do Marquez de Pombal; mas essa necessidade cessou, a Alfandega teve casa propria, e sem embargo o temporario recurso fez-se absurdo permanente. Será fatal predicado nosso que só o destempero seja aqui indestructivel, e a demencia tenha as honras da immortalidade!

N'esta parte ao menos ha motivo para contar que não. Breve se póde esperar que o applauso saude a magestosa arcada de todo desobstruida.

Augura-o o que se observa realisado. O magnifico interior da formosa galeria está já com effeito livre das ignobeis paredes que a entupiam e deslustravam, bem como de mais de 3:000 metros cubicos de entulho, que ali deixara a construcção d'essas paredes, e profundamente alterava a perspectiva, sotterrando as bases dos pilares até altura em partes excedente a um metro.

Mas não só a isto, que não fora pouco, se limita o poderoso impulso n'estes ultimos annos dado ás obras da restauração. Foi apeado todo o piso sob·eposto á arcada,

onde os religiosos tinham muito á sua vontade improvisado construcçoens de todas as dimensoens e typos, com janellas e frestas de varios tamanhos e feitios, sem plano bom ou mau, sem que lhes inquietasse as consciencias a mais leve preoccupação de ordem e proporcionalidade. Desappareceram emfim aquellas monstruosidades, ha muito condemnadas pela indignação dos observadores intelligentes, e que, além do mais, vacillavam no extremo grau de caduquez, ameaçando desabar. Está a Egreja separada da galleria, segundo a visivel traça originaria, o que tornará possivel restabelecer a fachada com o portico principal acima indicado, e as bellissimas torres que a deviam flanquear, conforme se admira no plano do sr. Silva. Tem-se consideravelmente adiantado a reconstrucção do corpo principal do edificio, sendo manifestos os seus progressos. Principiou-se outro corpo do lado de Leste, perpendicular áquella na direcção Sul-Norte, do qual corpo vam em grande avanço tres vãos de abobadas e botaréus na extensão de 24 metros. No angulo em que este lanço se encontra com o referido corpo principal edificou-se a escadaria, que por esse lado communicará as duas alas, e juntamente o respectivo ádito, occupando tudo a superficie de 225 metros quadrados. Limpou-se e desaterrou-se o terreno para boa parte das novas construcçoens, e ampliou-se o largo entre o monumento e o rio, conquistando-se a este uma superficie superior a 16:000 metros quadrados.

N'estas restauraçoens, construcçoens e reconstruçoens tem-se escrupulosamente estudado, imitado e seguido, na falta de indicação positiva, os caracteres e proporçoens da antiga estructura e lavor, para no todo se conservar com uma e outro a relação devida. O risco dos trabalhos em execução foi elaborado em 1860 pelo architecto civil o sr. José Colson, francez de naturalidade, empregado no ministerio das obras publicas em Portugal, e n'esse ris-

oc só teem sido feitas modificaçoens accidentaes, ja para facilitar o desenvolvimento dos mesmos trabalhos, já para mais aínda os aproximar ás feiçoens originaes do edificio. A direcção effectiva da obra esteve primeiro confiada ao architecto civil, o sr. Valentim José Correa; foi depois exercida pelos srs. Rambois e Cinatti; actualmente acha-se incumbida a este ultimo.

Com as primitivas edificaçoens ham-de communicar os lanços novos, ou restaurados, por meio do claustro, cujas diversas portas irradiam para o refeitorio, para a Egreja, para o coro e as mais d'essas edificaçoens. É em virtude de tal disposição que entre ellas e o restante do estabelecimento ficará, além da separação já effectuada, sufficiente logar para um espaçoso atrio, que de todo desaffogue o projectado frontespicio da mesma Egreja. [1]

No plano de restauração do sr. Silva, parece, que a fim de isolar e avantajar o templo, haveria de ser demolida a crasta immediata, que é só por si um primor. Fôra para desejar que tudo podesse conciliar-se, aproveitando quaesquer estudos conscienciosos quando exequiveis, mas sem perder de vista a harmonia das diversas restauraçoens, e nada prejudicando do que seja digno de conservar-se.

VI

Os lanços novos, assim como os restabelecidos, posto que no estado actual susceptiveis de terem qualquer applica-

[1] Á obsequiosa deferencia do ex.mo Provedor devo a informação d'estas particularidades, que me foram transmittidas com tanta urbanidade como sollicitude pelo actual Director da Casa Pia, o sr. Major Francisco Antonio da Silva Neves, homem dos que estam sendo cada vez mais raros, incansavel no cumprimento do dever, realçando de singular modestia uma provada capacidade e o mais intelligente desvello.

VII

Para o paiz e para a posteridade, mais do que pelo aspecto artistico deve o monumento de Belem ser considerado pela significação historica e tradiccional. Em cada pedra, em cada lavrado d'aquelles revive a memoria do feito glorioso que fez o nome portuguez illustre no universo. Quem, tendo esse nome, ao contemplar a veneranda mole, formosamente crestada dos soes que allumiaram tantas gerações heroicas, deixará de estremecer de orgulho... e de magoa? Seja o orgulho estimulo generoso. Seja a magoa salutar advertencia. Aprende-se nos seculos! Aprende-se ainda mais na adversidade!

Dia virá, tenho fé, em que no terreiro dos Jeronymos, na antiga praia do Rastello, se levante a especial memoria commemorativa, ha quatro seculos devida ao egregio infante, verdadeiro promotor de tantas maravilhas. N'esse dia, quando toda a gente, congregada á base do novo padrão, olhar para a frontaria do antigo edificio, quando admirar desempachada aquella vasta e nobillissima galeria de 180 metros, uma das mais extensas da Europa, dirá espontanea e unanime: = Eis-ali feito o Pantheon dos nossos homens illustres. Onde estariam melhor os bustos e estatuas dos que bem-mereceram da sua terra?

Belem, do mesmo modo que a Batalha, é irmão gemeo dos Luziadas. Aquelles os nossos poemas de pedra; este o nosso monumento escripto.

Não os julga a critica; proclama-os o sentimento. E é rasão. N'elles está, em magnifica trilogia, a grande Epopea Nacional. Sam brazoens do engenho, attestados do saber, testemunhos de pujança. Mas — ainda mais do que tudo isto — sam a Arca Santa da patria!

Henrique Nunes, phot.

PAÇO ACASTELLADO DA PENA.

III

PAÇO ACASTELLADO DA PENA

(Cintra)

I

Salvè, alcantis formosos, dorso ouriçado do velho Promontorio Cynthio![1] Salvè, fragas empinadas, onde a

[1] Ou Promontorio da Lua. And. de Rezende, *De antiq. Lusitaniæ*, (Ediç. de Evora), pag 38; P.e A. Carvalho, *Corog.*, Tom. III, cap. 3.°; Duarte Nunes de Leão, *Descripç. do R. de P.*, cap. 10.°; D. Rafael Bluteau, *Voc.*, tom. 7.°; Fr. Bern. de Brito, *Geog. de Lusit.*, cap. 2.°; Franc. d'Alm. Jordão, *Relaç. do Cast. e ser. de Cint.*, (opusc. pouco conhecido, impr. em Lisboa, 1748, incluso no tom. 4.° de Obr. Var. da Bibl. Nac.); Fr. Amador Arraes, *Dial.*, pag. 111; Fr. José de Siguença, *Hist. da O. de S. Jer.* Parte III, etc.

> Deu lhe seu proprio nome a *bella filha*
> *De Latona* por ser já sua morada.
> LUIZ PEREIRA, *Elegiada*, Cant. IV.
>
> No mais erguido cume da alta serra
> Que *disseram da Lua eras antigas.*
> GARRET, *Camoens*, Cant. IX.
>
> *A alva Lua* a que Cinthia nomeavam,
> Do Ceo baixando a passear na terra,
> As delicias *achava n'esta serra.*
> RIC. RAYM. NOGUEIRA, *A serra de Cintra*, stroph. 3.ª

aguia romana pousou de attonita! Salvè, cabeços torreados, d'onde o esculca sarraceno se debruçou atalayando aos pés as margens risonhas do Galamar, ao longe os campos de Belatha[1] e o oceano borrascoso! Salvè, pincaros visitados do raio, onde a piedade christan arvorou em modesto erimiterio a cruz resgatada! Salvè, densos arvoredos, bastos sarçaes, arroios limpidos á sombra de rochas pendentes, penedias agudas entre silvedos floridos, mixto incomparavel de graça e de terror, celebrado com enthusiasmo por Murphy, o observador positivo, memorado com admiração por Twiss, pouco propenso ao elogio, cantado com arrebatamento pelo sceptico Byron, a musa da ironia! Salvè, lapas mysteriosas, virentes espessuras, eccos indiscretos, que tanta vez suspirastes as endeixas namoradas de Bernardim, as joviaes estancias de Gil-Vicente, as primeiras odes de Camoens e as derradeiras strophes de Garret!

> De *Cynthia tomou Cintra celebrada*
> *O nome* que em rochedos é famosa.
> GABR. PEREIRA DE CASTRO, *Ulyssea*, Cant. v.

> E nas *serras da Lua* conhecidas
> Sobjuga a fria Cintra o duro braço.
> L. DE CAMÕES, *Lusiad.*, Cant. III.

Devia a tradicção agradar a poetas educados na intimidade dos numes da Grecia e do Lacio. Não admira pois que tam frequentemente lhes aludissem. Indica Cynthia origem grega, do cognome commum de Apollo e Diana, ou o Sol e a Lua. André de Rezende parece ter ainda alcançado ruinas, no seu tempo existentes, do templo áquellas duas divindades consagrado juncto ao cabo da Roca. «*Ad radices montis in ipso «promontorii cacumine, quo in Oceanum præcipitatur, templum olim fuit «Soli et Lunæ sacrum. Cujus modo inter littoraleis arenas ruinas tan«tum extant etc.*» Sam as suas textuaes palavras. Acerca das diversas antiguidades de Cintra, e dos cippos romanos achados nas suas convisinhanças, póde consultar-se com muito proveito a interessante Memoria do sr. visconde de Juromenha, intitulada *Cintra Pinturesca*. Encontrarão ahi os curiosos, além do tocante ao monumento da Pena, quanto diz respeito á villa, e á sua não menos memoranda visinha Collares.

[1] Belatha, provincia da antiga circumscripção mussulmana, comprehendendo os territorios ao N. do Tejo desde Santarem até Cintra. — Alex. Herculano, *apud.* Edrisi, El-Makkari, Ibn Khaldum, etc.

Salvè, brenhas profundas, arremeçadas ladeiras, picôtos nevoentos, vergeis esmaltados, turbilhão de pedra engrinaldado de rosas! Salvè, dilatado horisonte, immenso panorama, cortejo magnifico do antigo cenobio convertido em mansão monumental! Tudo em ti enleva os olhos e seduz a phantasia, regio alcaçar, hospede das nuvens, pasmoso ninho d'aguias, como ha dois seculos lhe chamavam já os mais claros engenhos![1] Salvè, duas vezes salvè, pelo que deves á natureza, pelo que te fez o gosto e a arte!

II

Em trez épocas distinctas se divide a breve historia do antigo tabernaculo da Senhora da Pena, ou antes da Penha, pois que da crista penhascosa em que assenta derivou a origem e o nome.

É primeiro humilde capellinha, meio sumida na corôa do espigão dentado, quando a cerração não a esconde de todo. É depois piedoso ascetério, com mystico arrojo sublimado áquelle pinaculo, como para vigia do ceu. É por ultimo nobre sanctuario dos Paços magestosos, que no alto pompêam como naturaes senhores.

Do primeiro periodo raros sam os vestigios. O apparecimento d'uma formosa imagem da Virgem entre as furnas da serrania determinou a originaria fundação, como quasi todas as de indole similhante.[2]

Apezar da braveza e agrura do sitio não faltou em breve com a devoção a frequencia. Por fins do secu-

[1] Jorge Cardoso, *Agiol Lusit.*, Tom. 2.°; Fr. Heytor Pinto, *Imag. da Vid. Christ.*, *Dial.*; Siguença, *lib. cit.*, pag. 90.

[2] Fr. Gabriel de Talavera, *Hist. de Nossa Senhora de Guadalupe*, 1597, Trat. II; Fr. Agostinho de Santa Maria, *Sanctuario Mariano*, 1707, Tom. II.; Jorge Cardoso, *Agiol. Lusit.*, 1657; Siguença, etc.

*

lo XIV retribuia a munificencia regia á collegiada da Egreja de S. Pedro, com um moio de trigo por anno, a obrigação de missa ali aos sabbados.[1] Da visinhança do Palacio da villa se accrescentou por si mesma a fama á antiga ermida. Diz-nos o chronista Garcia de Rezende[2] que, em 1393, por onze dias se albergára na pobre casa, com a Rainha sua mulher, o sr. Rei D. João II, convalescente de enfermidade perigosa, indo fazer uma novena promettida á Senhora da Penha, á volta da piedosa romaria votiva, que tambem juntos haviam effectuado ao convento de Santo Antonio da Castanheira e mosteiro de Santa Catharina da Carnota. E que era então mui estreita fabrica bem se infere de ter sido necessario alojar em barracas a pequena comitiva dos reaes esposos.

Do segunda periodo não faltam esclarecimentos, que todos entre si concordam.

Era desde Affonso IV a villa de Cintra a mais festejada e visitada residencia de verão dos nossos reis. D. João I reedificara-lhe os Paços, pequena Alhambra dos Wallids mouros de Lisboa[3]; habitara-os a miudo o bom e infeliz D. Duarte; Affonso V, nascera n'elles; D. João II accrescentara-os; ennobrecera-os D. Manoel. Só D. João III, como para em tudo no seu reinado começar a decadencia — decadencia do bom gosto assim como do bom juizo — parece ter-se desaffeiçoado dos sitios, pelo menos nos primeiros tempos de governo, segundo claramente se deduz d'uma carta dirigida em 1527 á propria pessoa d'El-Rei por Martim Alvernaz[4],

[1] *Carta de Mercê*, d'El-Rei D. João I, datada de Cintra em 3 de Agosto de 1387.

[2] *Chron. de D. João II*, Cap. 170.°

[3] Visc. de Juromenha, *Cint. Pint.*; Ferd. Denis, *Port. Pict.*

[4] O sr. Visconde de Juromenha imprimiu esta curiosa carta nas notas da sua Memoria. Por isso me abstenho de reproduzil-a aqui, tanto mais, quanto, salvas minimas e insignificantes differenças, condiz perfeitamente com o texto que se conserva na Torre do Tombo (Corp. Chron.,

almoxarife da casa ou magistrado da villa, na qual carta, com mais liberdade de expressão do que hoje se propende a crer d'aquelles tempos, se queixa «de ter sua alteza passado cinco annos sem ir a Cintra contra o costume dos reis passados» e lhe aconselha «uma romaria a Nossa Senhora da Pena».

De todos estes soberanos o que mais se deleitava nos paços da villa era o sr. D. Manoel, que n'aquella deliciosa vivenda, em companhia da sua explendida corte de lettrados e guerreiros, muita vez se ia desenfadar do pesado cargo de reger os já largos senhorios, alternando o bulicio festivo das musicas, mômos, touros, canas, torneios e monterias com o retiro e medi-

Part. I, Maço 37, Doc. 16). Não faça duvida a variante no apellido do signatario da carta, que o sr. visconde escreveu Albornoz e aqui se traslada Alvernaz. Martim Alvernaz é effectivamente o que no documento se lê. A similhança, e o ser accaso mais conhecido o appellido Albornoz, induziu provavelmente o douto author da *Memoria* a julgar incorrecta a assignatura, e a emendal-a pela fórma indicada. Não se dando porém a supposta incorrecção, como se reconhecerá em brevissimo exame, evidente é que se deve conservar o nome tal como na assignatura se encontra. Effectivamente, no codice manuscripto, obra de grande authoridade na materia, pelo beneficiado Jacintho Leitão Manso de Lima, que se intitula *Familias de Portugal*, é especificada a de Albornoz, ou Albernoz, que deriva o nome do povo e solar de Albernoz, junto a Cuenca em Hespanha, e procede da poderosa casa de Lara no mesmo Reino, tendo por armas «banda verde em campo de ouro». O manuscripto intitulado *Armaria*, ou *Brazoens da nobreza de Portugal*, de Diogo Fernandes de Mendonça, tambem considerado de bom conceito, dá por armas á familia de Alvernaz «escudo esquartellado; em dois dos quarteis ramos de prata em campo azul; ramos azues em campo de prata nos outros dois», e sob o titulo Albornoz confirma identicamente as armas que Manso Leitão a tal apellido atribue e descreve. Sam pois duas familias differentes, e não ha motivo para não julgar pertencente á ultima o author da carta. É este apenas acessorio, que estou bem longe de encarecer, antes desejo desculpar. Se na investigação porém das antiguidades, para restabelecer em todos os seus aspectos a verdade que tantas sombras escurecem, não ha accidente que não tenha alguma significação, nem particularidade que não possa dar alguma luz, d'ahi necessariamente se segue a utilidade e conveniencia de archivar cuidadosamente quaesquer achados, grandes ou pequenos, quando a sucessiva observação os vá proporcionando. O mineiro obscuro, que recolhe uma palheta de ouro, não attenua os meritos ao predecessor mais feliz, que descubriu um largo veio.

tação no mosteiro aprazivel de Pera-Longa, ou Penha-Longa. A esta visinha eminencia, d'onde os olhos descobrem tanto mar, subia frequentemente [1] o herdeiro de D. João II, que bem nos mares trazia o cuidado e o sentido. Melhor atalaya para o immenso que d'elles esperava, de certo não n'a havia. E como resistir ao impulso e desejo de ir ali interrogar no horisonte o assomar das primeiras vellas expedidas para a India, mormente n'aquelles dias anciosos que tam compridos faria a incerteza?

Do aprumado coruto, em que avultava a ermida, com toda a probabilidade avistou o monarcha impaciente o audaz alviçareiro do glorioso descobrimento. [2] Isso lhe inspiraria a idéa arrojada de architectar no erguido ermo, á imitação do que fizera no Rastello, um mosteiro-padrão, entregando-o á ordem de S. Jeronymo como aquella de que era mais particularmente devoto. Sob o ponto de vista da tradicção o monumento da Pena é pois natural sequencia do de Belem. Nasceram ambos do mesmo pensamento; ambos se ligam ás mesmas memorias; teem ambos identica origem e analogos caracteres.

O terceiro periodo data de 1838, anno no qual Sua Magestade El-rei o sr. D. Fernando, em virtude do decreto de 28 de Maio de 1834 que nos bens da nação encorporou as casas conventuaes, adquiriu a propriedade do mosteiro e cerca, tudo então em total abandono.

[1] «Que como mais affecto á fresca villa de Cintra cursava muita vez «esta jornada (á Pena)» — Jorg. Card.

[2] «Nauegando Vasco da gama e Niculao coelho para esta ilha de «Santiago, apartou-se Niculao coelho hua noite & foise caminho de Por-«tugal pera ir diante dizer a el-Rey dom Manuel como a India era des-«cuberta & ganhar as alvisaras de tam boa nova como sabia que aquela «auia de ser pera el Rey. E aos dez dias de Julho do anno de mil & «quatrocentos & nouanta & noue chegou á vila de Cascays. E sabendo «ahi como el rey dom Manuel estaua na vila de Sintra desembarcou & «se foy logo laa & contou a el rey quanto acontecera a Vasco da Gama «etc.» — Castanheda, Cap. 28.º

Esta ultima época é a mais brilhante. Da antiga fabrica, já começada a desestimar muito antes da supressão das Ordens Religiosas,[1] surgiu completo e mais formoso o edificio, em grande parte novo, que é hoje um dos notabillissimos do reino, e encanto e admiração de quantos o contemplam!

III

O mosteiro da Pena é citado, mencionado, celebrado, e mais ou menos descripto pelos chronistas hespanhoes da ordem de S. Jeronymo, Siguença e Talavera; por muitos dos nossos afamados escriptores dos tres ultimos seculos, como Fr. Heytor Pinto, Jorge Cardozo, Fr. Agostinho de Santa Maria, Luiz Mendes de Vasconcellos,[2] e Manoel de Faria e Souza;[3] pelo Mss. de Antonio Coelho Gasco;[4] pela Relação de Francisco d'Almeida Jordão;[5] e modernamente pelo *Panorama* de 1838, *Memoria* do sr. visconde de Juromenha publicada no mesmo anno, e outra mais restricta do sr. abbade de Castro dada á luz em 1841. Foi, como acima se inculca e todos confirmam, fundação do sr. rei D. Manuel. Quanto ao anno d'esta não ha duvida tambem, por que não a póde fazer o visivel erro typographico do artigo do *Panorama* em 38, que poem essa data em 1509, quando os mais authorisados testimunhos a fixam em 1503. De

[1] Segundo o testimunho de Murphy, que visitou o mosteiro por fins do seculo XVIII (1789), já n'esse tempo ali não viviam senão 4 monges.

[2] *Do Sit. de Lisb.*, pag. 209.

[3] *Europ. Port.*, tom. III, Part. III cap. 12.° e 13.°

[4] *Primeira Parte das Antiguidades da muy nobre cidade de Lixboa, Imporio do mundo e Princesa do mar Oceano*, Codice da Bibliotheca Nacional, adquirido em 1852, e já muito conhecido por Barbosa Machado que fielmente o descreveu no tomo 1.° da *Bibl. Lusit.*

[5] Opusc. citado na nota 1.ª

madeira se fez a primeira construcção, querendo alguns que esse fosse apenas modello para a segunda e definitiva, que se começou em 1511, oito annos depois da anterior, brevemente arruinada com os estragos da humidade, como era bem de prever. Para esta edificação se despontou primeiro a arripiada penedia, cortando-se a ferro e fogo até se obter uma area de oitenta pés, terraplenada dos lados. Aquella preparação preliminar é pelos antigos authores encarecida á uma como cousa maravilhosa.

Pondera o sr. Abbade de Castro [1] que n'isto se venceram os obstaculos, (objecçoens, se deve entender) que a tal obra havia posto o architecto esculptor André Contucci, denominado o Sansovino. Em nenhuma outra parte acho indicio ou vestigio de similhantes objecçoens, que não deixariam de ter ecco, tendo-o tido, e tamanho, a empreza. Parece até provavel que por essa época o Sansovino já não estivesse em Portugal, segundo se conclue da mais authentica versão que da sua vinda corre. Effectivamente, unanimes concordam Vasari, [2] Angelo Policiano, [3] Orlandi, accrescentado por Guarienti, [4] Cyrillo Volkmar Machado, [5] Cicognara, [6] a *Nouvelle Biographie Générale*, [7] e Raczynski, [8] em que o Sansovino viera ao reino enviado de Florença por Lourenço I de Medicis, o Magnifico, [9] a pedido de D. João II, e quasi

[1] *Mem. Hist. sobre a orig. e fund. do R. Most. da Pena.*
[2] *Vite de'piu eccelenti pittori, scultori, architetti*, Tom. 2.°, Roma 1764.
[3] *Opera*, 8.°, Londres, 1528.
[4] *Abecedario pittorico*, Veneza, 1753. Guarienti viveu no reino.
[5] *Collecção de Memorias relativas ás vidas dos pintores, e esculptores, architectos e gravadores portuguezes, e dos extrangeiros que estiveram em Portugal*, 1823.
[6] *Storia della Scultura.*
[7] Paris, 1864. Tom. 43.°
[8] *Les arts en Port.*
[9] C. Machado alcunha-o — o Velho. É equivocação. Este ultimo epitheto deram-n'o os historiadores a Cosme I simultaneamente com o de Pae da Patria.

todos egualmente affirmam que se demorou em Portugal 9 annos. Posto que a principal obra de architectura que lhe attribuem, um vasto palacio real com quatro torres, não se possa hoje bem determinar qual fosse nem onde estivesse, é incontestavel ter residido entre nós, porque tem sido reconhecidos notaveis trabalhos seus de esculptura aqui effectuados. É porém egualmente incontestavel que se achava ausente no anno em que se deu principio aos alicerces do mosteiro da Pena. Para o verificar basta aproximar as datas. Lourenço de Medicis falleceu em Abril de 1492. [1] O mais tarde por tanto que Andre Contucci podia ter vindo era n'esse mesmo anno. Consequentemente, já em 1501 se haveria retirado. Mais. O proprio sr. abbade de Castro, seguindo Cyrillo, que seguiu ainda que não com inteira fidelidade a Vasari, affirma ter Contucci dado entrada no reino em 1481, contando então pouco mais de 20 annos, o que perfeitamente concorda com a data do nascimento do artista que foi em 1460, mas singularmente contraria a possibilidade de se achar em Portugal em 1503, por quanto, acceita esta ultima opinião, ter-se-hia ausentado em 1490. Verdade é que Cyrillo Machado poem a sahida de Contuci em 1500, o que daria 19 em vez de 9 annos de residencia em Portugal, mas, além de se affastar n'isto de Vasari que positivamente limita a 9 annos essa residencia, deixa igualmente subsistente a impossibilidade em relação ao anno de 1503.

Deu apparentemente logar ao engano de Cyrillo a passagem de Vasari em que este diz que o Sansovino, tendo regressado de Portugal cheio de riquesas, emprehendera em 1500 um S. João Baptista em Florença. O começar porém em tal anno essa obra não quer forçosamente dizer que do mesmo anno fosse

[1] J. Papirio Masson, *Laurentii Medicis Vita*, Paris, 1587; A. Fabroni, *Laurentii Medicis Magnifici Vita*, Pisa, 1784.

o regresso. O proprio Vasari bem claramente conta que saudades da familia levaram o artista a deixar o serviço dos soberanos Portuguezes. Nada pois mais natural do que haver elle passado algum tempo com os seus, a descançar do aturado lavor e desterro da patria, e a gozar-se dos fructos d'elle, antes de acceitar novos compromissos. O mais provavel de tudo, porque plenamente concilia as diversas particularidades e os mais authorisados testimunhos, é que viesse a Portugal antes dos ultimos annos de Lourenço de Medicis, isto é por 1485 a 89,[1] e se retirasse depois da morte de D. João II, [2] nos primeiros tempos do reinado de D. Manuel. Em todo o caso, nada encontro que permitta suppor a sua presença na occasião em que se tractou de fundar o mosteiro.

IV

Do que foi o antigo edificio dam idéa, quanto possivel, a gravura do n.° 37.° do *Panorama* (1.ª serie), e a que anda junta á Memoria do sr. Abbade de Castro. Na feição geral se lhe conhecia para logo o intuito que o fundador tivera de pendurar n'aquelle pincaro uma abreviatura de Belem. Era o genero Manuelino, menos profuso; um mixto de gothicó-normando e arabe, alliança original com muito discernimento conservada na reedificação e ampliação actual.

Entrava-se para o mosteiro pela parte do Meio-Dia. Antes de chegar á portada de gradaria de ferro, topava-se sobre a direita uma cruz de pedra, surgindo da penedia em fórma como de laçada, obra de D. João III.

[1] Depois de aplacada com a morte de Xisto IV, em 1484, a lucta pertinaz em que este lhe não consentira descanço, e antes de se lhe aggravarem os padecimentos que em 1490 o impossibilitaram.

[2] Effectivamente a maioria dos authores citados combinam em que o Sansovino se ausentou pouco depois do fallecimento d'este soberano.

Além da porta ficava um cerco, onde havia uma fonte com seu tanque ladeado de assentos. Seguiam-se os apriscos do gado, horta e praça de touros. D'ahi se passava ao proximo pateo chamado das hospedarias, com a porta a Poente e guarnecido de muralhas ameiadas. A Norte subia-se por uma escadaria de 26 degraus ao pequeno atrio d'onde se passava á egreja.[1]

Eram peças principaes do edificio o formoso claustro, verdadeiro primor, a entrada, o campanario, e as abobadas artezoadas da sachristia, da egreja, e principalmente da casa do capitulo, modello bellissimo do genero, tudo de excellente cantaria lavrada. Na ornamentação, mais sobria que em Belem, dominavam, como ali, as espheras e a cruz de Christo.

Tudo isto, que o terramoto de 1755 em grande parte arruinara ou demolira, foi religiosamente restaurado, conservado e melhorado, sem contar as recentes construcçoens que pelo mesmo estillo completam o novo Paço.

Era nos primeiros tempos mui limitada a cerca, e esta mesma, incluindo horta, pomar e jardim, fôra criada transportando-se de fóra a terra necessaria. Da estreiteza da baze em que assentava a edificação primitiva, se infere como deviam de ser relativamente acanhadas as officinas e habitaculos.

A maioria dos escriptores respectivos concorda em que na sua origem foi casa destinada para 18 religiosos apenas. O sr. Abbade de Castro restringiu este numero a 15 e um superior; o Licenciado Coelho Gasco a 10. Murphy pelo contrario amplia-o a 30, e Almeida Jordão a 40. Estes dois ultimos algarismos sam evidentemente exagerados, sendo todavia natural e provavel que, ulteriormente á fundacção, se fizessem, ainda que forçosamente pouco consideraveis, algumas novas accommoda-

[1] *Cintr. Pint.; Panor.*, 2.° vol.; *Arch. Pict.*, 1.° vol.; *Mem. Hist.*

çoens, sem grande respeito ao systhema architectonico, do mesmo modo que em Belem se praticou. Os vestigios porém d'essas alteraçoens, se os havia, ficaram em parte confundidos nas ruinas, e hoje totalmente desappareceram sob a restauração e addiccionamentos que tão galhardamente remoçaram e aformosearam a decrépita fabrica.

Possuia o mosteiro pequena renda. Suppriam-lh'a porém largamente as esmollas das povoaçoens visinhas, e os cirios e romarias que ali affluiam,[1] em Maio, em Outubro, pelo Espirito Santo, pela Assumpção e por Santiago, não contando as promessas e votos dos navegantes, que tinham em grande fé a Senhora da Pena e com ella usavam apegar-se nos perigos do mar.[2]

Fizeram tambem os nossos antigos reis valiosas offertas á casa.[3] D. Manoel doou á Senhora uma corôa feita do primeiro ouro que veio do Oriente, como a custodia de Belem, na qual corôa se admirava engastada uma preciosissima esmeralda; a rainha D. Maria, sua mulher, sagrou-lhe uma lampada de prata; a rainha D. Catharina, esposa de D. João III, umas contas de ouro com sua cruz de rubins trabalhada na India.

O mais affamado de todos estes dons reaes, o mais miudamente descripto, o que as antigas relaçoens á porfia encarecem como prodigio de arte,[4] é o retabulo de

[1] «Cuja Santa Casa he mui frequentada de muitas romagens e novenas» — Coelho Gasco, cap. 12.º.

[2] *Sanct. Mar.*

[3] *Cint. Pint.*

[4] Para amostra do que foram taes encarecimentos, não só em prosa, senão ainda em verso, veja-se este mirifico acervo de trocadilhos latinos, laboriosamente metrificadopor um engenho portuguez, provavelmente do seculo XVII:

«Mira manus, mirus lapis, misteria mira
«Ast magis est mirus quæ bona mira fecit:
«Non cœlum miror non tot miracula rerum
«Quanto sub æthereo cardine mundus habet.
«Hoc opus, hunc lapidem, hanc artem super omnia miror,
«Sunt indigna viro sed bene digna Deo.

jaspe negro e alabastro transparentissimo, todo em relevos e figuras, que orna o altar mór da pequena egreja, presente commemorativo de D. João III [1] por occasião do nascimento do mallogrado principe D. Manuel.

A obra, hoje reconhecida de mediano valor artistico em rasão do incorrecto desenho, é de um mestre Nicolau, a que o *Panorama* de 1838, Jorge Cardoso, Fr. Agostinho de Santa Maria, e Murphy chamam Italiano, a que o Padre Antonio Carvalho, Coelho Gasco, [2] Duarte Nunes de Leão e o Padre Antonio Vasconcellos [3] denominam Francez, de que o sr. Abbade de Castro affirma que era Romano e discipulo de Peruzzi, e ácerca do qual finalmente Almeida Jordão escreve ser Francez mandado vir de Roma por D. Manoel. Difficil fôra apurar a verdade no meio d'esta confusão de informaçoens, se um documento coevo e positivo, como é o recibo assignado pelo proprio punho do mestre, não tirasse todas as duvidas [4],

Acha-se este esforço da lyra no Mss. de Gasco. Parece havel-o d'ali trasladado o author da *Cint. Pint.*, pois que n'esta egualmente se encontra, como se encontrava no Mss., *piacula* em vez de *miracula*, visivel e obvio engano de copia.

[1] O *Arch. Pit.* (1.° vol.), referindo-se ao distico latino embutido do lado do Evangelho, onde com a data de 1532 se lê a dedicatoria, atribue esta a El-Rei D. Manoel. É manifesto o equivoco, procedido talvez da rapidez do exame e dos muitos breves usados na escripta lapidar. Quando o proprio letreiro não explicasse plenamente que D. João III foi o offerente, bastaria recordar que, tendo D. Manoel fallecido em 1521, não podia em 1532 effectuar dedicatorias.

[2] «Nella (Egreja da Pena) está aquelle admiravel paynel, todo feito «de pedra finissima da mesma serra, com todas as figuras de relevo, «feito por aquelle grande imaginario *Nicolão Francez*, que he o mais «principal que ha em Hispanha.» — A. C. Gasco, *Prim. Part. das antig.*

[3] «... Ex quo (alabastro) mirabile planæ celatura, sanctæ Mariæ a «Rupe summo in monte tabulam exculpsit, ad aram maximam Phidiaco «opere suæ ætatis longè princeps Magister Nicolaus *natione Gallus* etc.» P.e Antonio Vasconcellos, Anacephaleoses, *Descript. Regn. Lusit.*

[4] Existe na Torre do Tombo (Corp. Chronol., Part. II, Maço 192, Doc. 72). Citou-o de passagem Raczynski. Eil-o textualmente, assim como o Alvará que o precede:

«Dom Johão per graça de deos Rey de purtugall e dos alguarues

provando do modo mais concludente que francez foi com effeito o author do retabulo.

O risco do mosteiro é com todas as probabilidades devido a Botaca, o primeiro architecto de Belem. As rasoens que assim o fazem crer sam as mesmas já anteriormente deduzidas [1]. A similhança de estillo ainda mais o persuade.

Tambem como em Belem ha uma opinião que attribue aquelle risco ao italiano João Potassi, de que, apesar de toda a diligencia, não posso achar a minima noticia nas mais competentes authoridades e memorias, devendo por tanto ainda n'este ponto julgar-se confirmado o que ácerca d'esse nome e vaga tradicção já opportunamente se expoz.

Por uma singularidade facil de explicar, os escriptores estrangeiros que tractam com mais desfavor as artes portuguezas, e arguem ao paiz completa falta de monu-

«daquem e dalem mar em africa senhor de guine etc. mando a vos al-«moxarife ou Recebedor dalfamdegua dc lixboa que do remdimento dela «deste ano presente de b°xxxiiij° (1534) deys a mestre nycolao Imagynayro «dez mill reis que lhe mamdo dar c o dito ano de mym ádaver dc sua tem-«ça c vos fazêlhe bom paguamemto e per esta com seu conhecimento «vos serão leuados em conta: el Rey o mandou per dom Rodrigo lobo «do scu conselho e veador dc sua fazenda — manoel affonso o fez em «euora a xxbij (27) dias de julho de b°xxxiij°. = Dom Rodrigo lobo. = x «mil reis nalfandegua de lixboa a mestre nycolao Imagynaryo de sua «tença deste anno.

«Recebeo mestre nicollaau do allmoxarife por gomez pacheco Rece-«bedor os dez mill reis contheudos em este desembargo que lhe nesta «casa foram desembargados o ano pasado de b°xxxiiij e por asi rece-«ber os ditos x mill reis lhe outorgou ser feito este por mim pero fer-«nandez sprivam e asinado por ambos em ix dias doutubro de b°xxxb. «(1535) — Pero fernandez. = mestre nycolao chaterenez.»

É o apellido evidentemente Francez, e o caracter da letra da assignatura francez é egualmente. Raczynski na citação do documento escreve Chatranez em vez de Chaterenez. Foi provavelmente erro de decifração, assim como é evidente engano seu a indicação que faz do trabalho executado na Pena pelo esculptor.

[1] Vide *Monum. Nac.*, II.

mento, como sam Du Chatelet, [1] Dumouriez, [2] Link, [3] e o author anonymo da Viagem de 1796, [4] para não fallar de outros mais modernos e menos desculpaveis, ou nem mencionam o mosteiro da Pena, ou apenas se lhe referem de leve como um ponto remoto na paysagem. Vê-se claramente que nem o visitaram, do mesmo modo que passaram indifferentes pela torre de Belem, uma admiravel joia de granito, e pelo mosteiro dos Jeronymos, um sumptuoso padrão de gloria. Apenas o *Itenerario descriptivo de Portugal e Hespanha* pelo sr. Germond de Lavigne, [5] reproduzindo uma correspondencia de Mr. de Grouchy, consagra algumas linhas ao paço reedificado.

D'aquelle superficial exame, e pouco escrupulosa informação, procede o divulgarem-se e perpetuarem-se erros, prejudiciaes á justa parte de reputação que possa e deva caber ao nosso paiz. Seria vaidade injustificada e louca jactancia que nos quizessemos enfileirar entre os oppulentissimos em riquezas artisticas: destruiram-nos muitas cousas as revoluçoens da natureza e as da sociedade; as invasoens levaram-nos quanto nos podiam levar. Todavia será tambem desarrasoamento, visinho da iniquidade, que nos deem por cahidos em total penuria, não distante da barbarie, os que por fecharem os olhos não teem visto, ou não veem, quanto realmente possuimos.

Contra essas leviandades, convencendo-as do modo incontestavel, protestaram já com fundamentada e generosa indignação o doutissimo cardeal D. Fr. Francisco de S. Luiz, [6] e o não menos illustrado e competente

[1] Vide *Monum. Nac.*, I.
[2] *Etat présent du royaume de Port.*, 1766. Pouco conhecido.
[3] *Viag. a Port. de* 1797 *a* 1799.
[4] Paris, An. VI da Rep. (1798).
[5] 2.ª edic. de 1866.
[6] *Mem. Hist., Collec. da Acad.*

Luiz Duarte Villela da Silva.[1] Conveniente seria ainda hoje que taes protestos, instruidos de largo processo demonstrativo, andassem presentes sempre aos olhos de não poucos nacionaes, que mais lidos nos authores de fóra que nos de casa, e sem nunca terem pensado em inventariar e examinar o que teem na sua terra, propendem a deprimil-a, estimando-a em menos do que merece, ao revez do que fazem aquelles mesmos que lhes monopolisam as admiraçoens.

Não é de certo bem intendido amor patrio, sobre tudo em taes materias, louvar exclusivamente o que é nosso, só por ser nosso, sem lhe apurar e aquilatar a verdadeira valia; tam pouco fica mal reconhecer e applaudir o optimo e o bom dos outros paizes, sendo muito mais honroso e util imital-o que desdenhal-o. Não é porém menos censuravel e damnoso trazer os olhos tam embevecidos no alheio, e d'elle tam inteiramente namorados, que nem se dê um pouco de imparcial attenção ao nativo e proprio!

V

As obras do actual edificio começaram em 1841, e só ha pouco foram concluidas Ao passo que se iam effectuando as restauraçoens, ou levantando construçoens novas, iam tambem os curiosos, que seguiam com justo interesse o emprehendimento, registando pela imprensa, pela gravura e lythographia os successivos progressos da sumptuosa fabrica. Deu o exemplo o sr. Abbade de Castro na 3.ª parte da sua Memoria, saudando apenas os primeiros trabalhos; imitou-o com maior desenvolvimento o *Universo Pictoresco* [2]; proseguiu a informação

[1] *Observaçoens criticas a Balbi*, 1828.
[2] N.os 1.º e 10.º de 1843, 13.º e 21.º de 1844.

o *Archivo Pictoresco*.[1] D'este modo achará colligidas interessantes descripçoens do essencial quem as desejar particularisadas.

Traçou o plano geral, e dirigiu até á sua morte os trabalhos, o honrado e esclarecido academico barão d'Eschwege, com o beneplacito da augusta inspecção e superintendencia, que presidiu constantemente assim á elaboração como á execução d'aquelle plano, e a quem por tanto é permittido attribuir a parte principal no pensamento que o inspirou e guiou, supposição que nada tem de temeraria quando se vê que legitimos louros artisticos enfloram e realçam o diadema real na fronte do egregio reedificador da Pena.

Depois do fallecimento do barão continuaram os trabalhos pela planta já approvada.

O novo Paço é mais do que uma restauração, é uma verdadeira criação, taes e tam consideraveis sam os accrescentamentos e amplificaçoens. Criação é com effeito pelo que de novo se fez, identificando-se com o antigo por fórma que não ha já distinguil-os; e duplicadamente ardua, e duplicadamente meritoria criação pelas difficuldades que necessariamente houve de vencer para conservar, e recompor n'um todo muito mais grandioso, os singulares caracteres do typo nacional originario.

O Paço Real da Pena entra no numero dos edificios que deveras enobrecem n'este ramo o paiz. Com elle se restaurou a nossa excellente escola de lavrantes de pedra, tam justamente affamada sempre, mas tam abandonada e esmorecida depois das longas luctas civis que de todo se houvera perdido, se ahi se não accolhera e amparára ressuscitando mais vigorosa.

[1] N.º 46 de 1858.

VI

Nas tardes limpas d'estio, quando ao pôr do sol avistaes de longe o Paço torreado, sobresahindo-lhe quasi violentamente o recorte soberbo nas tarjas purpureas do poente, não julgaes ter diante um d'aquelles coutos roqueiros que a lenda circumdou de terrores? Não propendeis a accreditar que um esculptor aerio talhou e cinzellou mysteriosamente aquelles bastioens e corucheus na rocha inaccessivel? Não se vos figura que um poder sobrenatural pousou aquella phantasia de pedra sobre o vertice do espigão arremeçado ás nuvens? Não vos parece inconcebivel arrojo que pé humano ouse tentear as asperezas do picôto aprumado?

Aproximae-vos, e uma estrada magnifica, torcendo-se e colleando em volta do cabeço, vos leva sem esforço á corôa d'elle. Tudo o que na distancia vos surgia horrifico, ao perto vos carea risonho. Esmaltam-se os antros, engrinaldam-se os rochedos, florejam os barrocos, rescendem as balsas. Converteram-se as ameaças em seducçoens. Suspensos os sentidos e dilatado o espirito, ao passo que subis a ladeira, exclamaes,- como Byron, e já agora com mais rasão do que elle:

Cresce a altura da fraga e as graças crescem!

Estaes finalmente em frente do regio monumento. Transpozestes o portal bastionado; achaes-vos em plena Edade Media. Grossos torreoens alumiados de lunetas floreteadas, cubellos, barbaçotes, cava, ponte levadiça, que falta?

A primeira sensação é como de sobresalto. Levaes os olhos do monotono symetrismo, que é o disfarce e o

encanto da vulgaridade. Extranhaes aquella irregularidade calculada, aquella possante elegancia, que todavia desde logo vos domina por que vos surprehende.

Percorreis com a vista o apparente dédalo de quadrellas e adarves, as ameias que adorna em relevo a cruz de Christo, as admiraveis arcadas do antigo claustro, os pateos amuralhados, as galerias, as delgadas columnatas, as vidraças preciosamente colloridas, a torre do relogio que faz lembrar a de S. Vicente de Belem, os miradouros, as atalayas, e por toda a parte achaes que admirar, já na formosura das linhas, já no bem entendido das perspectivas, já na originalidade da disposição, já na multiplicidade e primor dos rendados e lavores, tudo isto distribuido sem confusão, tudo sem tedio para os olhos nem fadiga para o espirito. Analysaes e applaudis. É a proporção na variedade!

Difficil será dizer que impressão resulta do aspecto geral do monumento. Se não é só um esse aspecto! E tantos elles são quantas impressões causa, diversas todas, mas egualmente poderosas. A Sul quasi vos turba a vertigem quando encaraes aos pés o abysmo em que a penedia se desgrenhou. A Norte arrebata-vos a variada payzagem, as povoaçoens que estrelejam no valle onduloso, a densa vegetação da serra, o espadanar das aguas na espessura, murmurio a um tempo saudoso e festivo que tanto faz lembrar aquella mimosa descripção de D. Bernarda Ferreira de Lacerda, honra do seu sexo e da lyra:

> As fontes crystalinas
> Que rindo se despenham!

Tem tambem no seu todo o monumento este duplo caracter de amenidade e turbulencia. Isso lhe dá a peregrina concordancia com os accidentes que o rodeiam, que é uma das suas principaes belezas, e conjuncta

mente a prova suprema da intelligencia e bom gosto que tentou e venceu obra tão verdadeiramente real, persistindo em enriquecel-a de accessorios dignos d'ella.

N'esse ponto culminante, cerca de 3:000 pés acima do nivel do mar, como que as pequenezas do mundo se obliteram, e as idéas se purificam, e a alma se desprende para o céu. Que faria ali uma trivialidade macissa no meio d'aquellas rochas convulsionadas?

Seria a uniformidade como um protesto brutal. Toda a edificação que não bracejasse para o alto em projecçoens frequentes, observada da planicie fôra como se não existisse. Pareceria, quando muito, uma rocha sobreposta ás outras. A primeira condição em construcçoens d'esta ordem é contar com o pedestal.

D'onde, pois, senão do sentimento que emana d'essa especie de assonancia, lhe provém o raro cunho de distincção senhoril?

Subi ao alto da torre do relogio, alongae os olhos pelo immenso tapiz matizado até os descançar nos cimos azulados da serrania da Arrabida. Terra, mar e céu vos enlevam n'essa ineffavel poesia da saudade que tão dentro se vos entranha no coração. Baixae-os depois ao edificio que ante vós se desinvolve, e dizei-me se o quererieis outro. Não, porque n'elle encontraes rediviva a imagem do passado, embellecida a recordação da gloria — outra poesia e outra saudade. Corresponde assim a arte á natureza.

É isto a harmonia que faz viver as obras nos seculos!

Henrique Nunes, phot.

S. JOÃO DE ALPORÃO (SANTAREM).

IV

S. JOÃO DE ALPORÃO

(Santarem)

I

Eis aqui um monumento que não enleva os olhos e apenas de longe interessa a arte. Isso explica por ventura as poucas e vagas informaçoens que d'elle se encontram. Sem embargo, importante deve este considerar-se em rasão da larga antiguidade que se lhe attribue, e das tradicçoens que lhe andam vinculadas.

É Santarem insigne entre as povoaçoens do reino por suas gloriosas e venerandas memorias.

Não contando as conjecturas, mais ou menos plausiveis, derivadas de vagas mençoens ou noticias obscuras, e menos ainda as muitas fabulas a que deu origem o desejo, vulgar nos historiographos communs, de fazerem os seus assumptos quasi sempre contèmporaneos dos principios do mundo, sem attenderem ás differenças de costumes, ás emigraçoens dos povos e aos periodos naturaes do desenvolvimento humano, — apparece a antiga Scalabis com authentica celebridade desde a conquista romana.[1] A sua fama e preeminencia mantem-se, mu-

[1] «A Durio Lusitania incipit... Universa provincia dividitur in conventus tres, Emeritensem, Pacensem, *Scalabitanum*» — Plinio, (C. Plinius

dado o nome, atravez da renovação goda[1] e da dominação arabe;[2] enobrece-se com a restauração christan;[3] glorifica-se na luctas da independencia patria;[4] confir-

Secundus) *Hist. Nat.*, Lib. IV.—Plinio, contemporaneo dos primeiros tempos do imperio, e tendo exercido altas funcçoens publicas na Hispanha romana (*Procurator Cæsaris*), devia conhecer bem as suas divisoens geographicas e jurisdiccionaes, bem como a importancia das respectivas povoaçoens. Além d'isso, n'esta parte da sua obra, uma das mais valiosas que nos deixou a antiguidade, serviu-se elle dos trabalhos muito competentes de Agrippa, de Pomponio Mela, de Strabão, de Polybio, etc. Tanta authoridade com effeito lhe achou o nosso erudito Andre de Rezende que, no tratado *De antiguitatibus Lusitaniæ*, a pag. 17 (Ed. de Roma, L.° I), inseriu litteralmente no proprio texto a passagem cujo significativo principio vae acima indicado.—Na magnifica edição do *Itenerario de Antonino*, publicada em 1848 em Berlim por Parthey e Pinder, se vê qual era já a valia de Santarem na rede de estradas militares da Lusitania, e por consequencia com que intento J. Cesar a erigira em colonia militar, localisando ali uma parte dos seus veteranos.

[1] No seculo VII, tomou a denominação de Santarem, derivando-a de Santa Eyrea, Eiria, Iria, ou Irene, segundo o testimunho de Mendez Silva, *Poblacion general de España;* de Fr. Luiz de Souza, na *Chronica de S. Domingos*; do Padre Antonio Carvalho, na *Corographia;* do Padre Ignacio da Piedade e Vasconcellos, na *Historia de Santarem edificada*, etc. *Civitas Sanctæ Herenæ* lhe chamam a *Chron. Conimbric.* e muitos doc.

[2] A. Herculano, *Historia de Portugal*, Tom. I, L.ᶜ 2.°. O nome de Santarem é conservado pelos historiadores arabes com pequena variante, geralmente Scantarein, ou Chantarin, alcaçova fortissima, centro notavel das algaras sarracenas, e cabeça de um wasirado ou districto.

[3] Foi por diversas vezes residencia real. A conta em que a tinham os antigos soberanos era attestada por numerosos padroens, entre outros a famosa Torre Albarran, ou do thesouro, uma das mencionadas por Fernão Lopes, na *Chronica de D. Pedro I.* Doze vezes ali se convocaram e celebraram cortes — uma no reinado de D. Affonso III, em 1263; tres no reinado de D. Affonso IV, em 1331, 1334 e 1340; tres no reinado de D. João I, em 1406, 1418 e 1430; quatro no reinado de D. Affonso V, em 1452, 1456, 1468, e 1478; a ultima no reinado de João II, em 1483. Além d'estas, que averiguadamente constam da *Dissertação preliminar* adjunta á Mem. de João Pinto Ribeiro *Sobre as fontes do Codigo Philipino* (Collec. da Acad.); da *Mem. para Hist. das Cortes Geraes*, pelo V. de Santarem (1827); da *Collec. das Cortes Antigas*. Mss, da Bibl. Nac.; e da *Serie Chron. das antig. Cort.* pelo doutissimo e honradissimo Silva Tullio, Mss.,—apparecem ainda em diversas indicaçoens as datas de mais quatro reunioens de cortes na mesma villa, mas estas sem o preciso caracter de authenticidade.

[4] Na revolução do Mestre de Aviz, a rainha D. Leonor, havendo-se accolhido de Alemquer a Santarem, illudindo com promessas a gente da povoação já desconfiada de Castella, entregou depois a forte posição ao monarcha hispanhol, mais cuidadosa da vingança que da lealdade. Ahi se

ma-se modernamente na invasão franceza e campanhas peninsulares; [1] por ultimo assignala-se nas derradeiras guerras civis. [2]

refugiou posteriormente o rei castelhano, retirando de Aljubarrota. Tanto que o jugo afrouxou com o desastre, logo se levantaram alguns prisioneiros illustres, e, quebrando a um tempo os ferros da patria e os seus, arvoraram no antigo castello o estandarte libertado. Tornou-se ao diante, na prolongação da guerra, aquelle ponto um dos mais valentes apoios da resistencia contra as subitas correrias, como tudo meudamente se acha relatado na *Chron. de D. João I.* — No *Portug. restaurado* do conde da Ericeira, L.° II, e na *Hist. da feliz acclamação*, por Ferreira Lobo, se póde tambem verificar a alvoroçada espontaneidade, com que, sem esperar ordem ou aviso de Lisboa, a nobre villa em 1640 a todas as mais se adiantou proclamando a reconquistada independencia, sob o resoluto impulso de Fernão Telles de Menezes, conde de Unhão.

[1] Foi este um dos pontos que Junot logo occupou na primeira invasão. Na extensa obra de W. Napier, *Hist. da Guerra Penins.*, se demonstra com largueza qual era então a importancia militar da villa. Esta importancia lhe impoz a occupação permanente em 1807 e 1808, e pouco depois, de 1810 a 1811, a reoccupação pelo exercito de Massena, com as longas oppressoens que d'ahi derivaram. Em todas estas épocas deram os santarenos grandes provas de esforço e patriotismo. Interessante é o resumo, que, ácerca das calamidades occorridas por aquelles tempos em Santarem, na sua excellente *Memoria sobre as Fortificações de Lisboa* inseriu o illustre Marquez de Sá-da-Bandeira, o glorioso veterano a quem em armas e lettras tanto deve a patria. Ás suas reminiscencias pessoaes, como testimunha que foi de muitos factos, junta o esclarecido general variadas, e todavia unanimes authoridades, como sam a do proprio Massena nas suas *Memorias* e documentos annexos; a do distincto official John T. Jones, tenente coronel do real corpo de engenheria ingleza, que fez as campanhas da Peninsula e sul da França, publicando-lhes em 1821 a respectiva descripção; e a do francez, chefe de batalhão, Gaingret, na *Relation historique et militaire de la campâgne de Portugal sous le maréchal Massena*, dada á luz em 1817. O futuro ministro do Imperador era então alferes no 10.° regimento de cavallaria, servindo no corpo de observação commandado por Beresford, e achava-se alojado com a 8.ª companhia de que fazia parte, proximo á povoação, na quinta do Reguengo, propriedade de sua casa, se não nos enganamos. Esta circumstancia ainda mais authentica valia dá a noticia já por si de tamanho peso. Accresce que ninguem melhor podia conhecer o tocante á villa do que o nobre marquez, natural d'ella, e sempre e em tudo tam inclinado e affeito áquelle berço e solar de sua familia, que por suggestão do seu illustrado zello tentei o trabalho relativo a este monumento, e ás suas amigaveis diligencias devo não poucos esclarecimentos. No tempo da occupação de Massena a egreja servia ja de theatro aos francezes, como actualmente está servindo á villa.

[2] De outubro de 1833 a maio de 1834 Santarem, ponto habilmente

Sobre a origem e fundação d'este edificio divergem escriptores notaveis, e faltam documentos sufficientes.

Fr. Lucas de Santa Catharina[1], referindo-se á tradicção que no seu tempo vogava, admitte a possibilidade de ter sido levantado pelos romanos *onze annos antes da vinda de Christo*, o que diz haver constado de uma pedra (inscripção) que o descuido perdera ou o tempo consumira.

Jorge Cardoso[2], reportando-se ainda á propensão, commum no nosso povo, de attribuir aos mouros todas as edificaçoens de data remota ou mal conhecida, e estribando-se no nome de Alporão, que julga modificado de Alcorão, suppõem que a actual egreja fôra primitivamente mesquita, precedendo por consequencia a definitiva restauração christan, isto é, devendo considerar-se anterior ao seculo XII.

O padre Ignacio da Piedade e Vasconcellos[3], sem designar época á fundação da casa subsistente, applica á torre que lhe era contigua, e hoje se acha demolida,

escolhido pelo general Mac Donald, depois da retirada das linhas de Lisboa e da demissão de Bourmont, foi o centro das novas e mal succedidas operaçoens, sob o successivo commando superior d'esse general, de Povoas, e de Lemos. Podem ver-se os tristes incidentes d'este periodo na *Historia Contemporanea*, ou *D. Miguel em Portugal*, publicada em 1833 (Lx.ª, Typographia do Centro Commercial), na *Hist. de Port. desde o reinado da Sr.ª D. Maria I. até á convenção de Evora-Monte*, por S. Monteiro, publicada em 1838, (vol. v), e nas *Campanhas do Porto em 1833 e 1834*, pelo barão de Saint-Pardoux, traduzidas, ampliadas, e publicadas em 1836, obras em que se encontra o summario dos acontecimentos, bem que julgados com parcialidade e paixão. Das occorrencias de que Santarem foi theatro na guerra civil de 1846 acha-se informação, onde importa descontar a exaltação e exageração partidaria para só discriminar os factos, no *Diario do Governo* d'esse anno, e na collecção das publicaçoens clandestinas intituladas — *Boletim Official*, de 12 de outubro a 6 de dezembro de 1846 (32 n.os) *Ecco de Santarem* de 8 a 14 de dezembro, (4 n.os e um supplemento,) *Espectro*, de 16 de dezembro de 1846 a 3 de julho de 1847 (63 n.os)

[1] *Mem. da Ord. Milit. de S. João de Malta* (1734).

[2] *Agiol. Lusit.*, tom. II (1657).

[3] *Hist. de Sant. edific.*, tom. I (1740).

a versão de que n'esse ponto usavam os mussulmanos explicar o povo os seus livros religiosos, ampliando-se d'ahi aquelle mesmo nome de Alcorão *(Al Koran)* ao sitio e ao templo.

Além das tres anteriores opinioens, não deixa de ter seguidores outra, bem mais arrojada, que sobe com a supposição até além da conquista romana, isto é, até ao tempo dos povoadores celtas, senão mais longe ainda.

A todas estas hypotheses, inspiradas de vozes confusas, e mais ou menos architectadas sobre conjecturas, falleee, como se vê, tanto a authenticidade das provas, como o criterio dos caracteres architecturaes, que é prova tambem, e não das somenos.

Busquemos demonstral-o, examinando cada uma d'essas hypotheses, segundo a sua ordem chronologica.

II

Os monumentos de genuina origem celtica não podem confundir-se. Ou fossem religiosos, ou mortuarios, ou militares, *peul-vans, men-hirs, crom-leks, lichavens, barraws, galgals, dholmens*, ou *rollers*, designaçoens correspondentes aos seus diversos caracteres e destinos, não passavam de pedras não talhadas, que apenas se distinguem e classificam pela sua peculiar disposição;[1] já sobrepostas *(dholmens* e *lichavens);* já verticaes, ou isoladas ou enfileiradas *(peul-vans,men-hirs);* já equilibradas ou oscillantes *(rollers);* já em circulos *(crom-leks);* já em cómoros *(barraws* e *galgals)*. Desde os penhascos enormes, cuja remoção e collocação ainda hoje assombram, até ás colinas arteficiaes, que são padroens tumulares, todas estas rudes memorias,—linhas de defesa, necropoles, aras,

[1] Emile Souvestre, *Les derniers bretons.* Dr. Fouquet, *Monum. celt. Annuaire du Morbihan*, 1854.

ou tropheus, — estão minuciosamente investigadas, estudadas, e descriptas, principalmente as da Noruega, da Baixa-Bretanha, e Paiz de Gales. Posto que de um modo muito menos completo, acham-se já tambem entre nós conhecidas e indicadas outras analogas, sob o nome generico de *Antas*,[1] que não são raras nos arredores do Porto, da Guarda, de Celorico, de Penafiel e do Crato.

Que taes memorias faziam parte das terriveis instituições religiosas dos povos celtas, ou antes keltas (homens dos bosques), confirma-o o superstícioso pavor que em muitas localidades ainda actualmente os circunda. As gentes do paiz de Gales e da Bretanha, de pro cdencia commum, se deixaram de lhes dar culto, continuam a attribuir-lhes virtudes sobrenaturaes, e ou d'ellas se affastam com receio, ou as contemplam com respeito, tal foi a impressão transmittida atravez dos tempos. Se ascendemos com a averiguação, na propria historia da egreja, do IV ao VIII seculo, achamos a prova d'essa obstinada tradicção, sobretudo nos territorios em que mais profundamente se implantára. Não se podem attribuir a outra causa as expressas fulminaçoens *contra a idolatria das pedras*, constantes do concilio de Arles em 452, do de Tours em 567, do de Nantes em 700. Com ser tão poderosa a acção do christianismo já vingado e robusto, as populaçoens de origem celtica ainda por longo tempo conservaram a saudade dos seus antigos ritos e emblemas. Revellam visivelmente este espirito as penhas em fórma de obelisco, modernamente achadas no norte da Escossia,[2] nas quaes se descobrem em tosco lavor figuras de homens e ani-

[1] Martinho de Mendonça e Pina, *Notic. sobre as Antas em Port.* (Collec. da Acad. R. de Hist. Port., 1733); Manoel Severim de Faria, *Jornada á Beira;* Fr. Lucas de Santa Catharina, *Mem. da Ord. de Malta*, L.º II; Simão Rodrigues Ferreira, *Mem. Celt.*

[2] James Logan, tomo XXII das *Mem.* da Soc. dos Antiquarios de Londres.

maes, e entre estas uma cruz, indicando tudo serem do seculo VI aquelles trabalhos pouco mais que rudimentares, symbolos hesitantes em que se confundiam as novas idéas e as velhas crenças.

Derivavam esses monumentos informes do caracter geral das primitivas edades religiosas da humanidade; eram a expressão visivel do mundo patriarchal, onde predominava o pensamento de não «modificar a obra do creador!» Este fundamental preceito de rusticidade consagrada apparece egualmente nas tradiçoens dos antigos indó-chins, dos persas, dos teutoens, de todos os povos nomadas confundidos pelos escriptores da Grecia sob o nome generico de scythas; sobresahe mais que tudo nos livros santos dos hebreus.[1]

Monumento religioso levantado pelos celtas só podia pois consistir em pedras toscas, e estas não tem, nem podem ter qualificação architectonica, representando apenas o symbolismo elementar de épocas semibarbaras.[2]

De certo não seria preciso entrar n'estas particularidades, se unicamente se escrevêra aqui para os conhecedores e versados. Bastára a esses observar os lineamentos e materiaes da construcção. Trata-se porém de firmar, quanto possivel, aos olhos de todos a verdade; e facilmente se reconhecerá que só uma demonstração formal logrará convencer e desenganar os espiritos propensos ao maravilhoso, nos quaes teem entretido erradas noçoens a authoridade de escriptores aliás respeitaveis. A philosophia da historia, que tantos

[1] «*Non facies tibi ipsi idolum, neque cujusquam similitudinem* eorum «quæcumque sunt in cœlo sursum, et quæcumque in terra deorsum, et «quæcumque sunt in aquis subtus terram. Sin autem de lapidibus altare «facies mihi; *non ædificabis eos sectos.*» — Exodo, cap. XX.

«Ædificabis ibi altare Domino Deo tuo, altare ex lapidibus. *Non im-*«*mittes ferrum* in illud: *lapides integros ædificabis altare Domino Deo* «*tuo.*» — Deuteronomio, cap. XXVII.

[2] Boucher de Perthes, *Antiq. Celtiq.*, Paris, 1847.

subsidios tira da sciencia archeologica, é modernissima. O complicado estudo e reconstituição das antigas sociedades data dos ultimos tempos. Se bem cada dia seja maior a onda de luz, começa apenas a penetrar a claridade por entre a cerração das longas trevas.

Os chronistas da meia edade nem suspeitavam o que hoje se vae entrevendo, e n'esta parte os historiographos da renascença pouco se lhe avantajaram. Apresentava-se aos olhos de uns e outros o mundo antigo como fundido e immobilisado nos moldes que viam diante. Mal suspeitaram outra organisação, e nem parece haver-lhes occorrido que a humanidade, como o individuo, devesse ter tido a sua infancia ingenua, a sua adolescencia turbulenta, antes de chegar á virilidade reflexiva. D'ahi procede que, em geral fidedignos e sensatos na narrativa dos successos proximos ou contemporaneos, e ainda na dos factos passados de que acham noticia dentro no circulo das suas idéas, cahem nas mais singulares confusoens e contradicçoens quando relatam acontecimentos d'outra naturesa, e teem de applicar á intelligencia d'estes os textos e authoridades, cuja lingua decifram, mas cujo sentido não attingem. Condemnados por este peccado original de anachronismo perenne, recompoem com feiçoens postiças épocas e povos cuja indole, instituiçoens e costumes, examinados de perto, repellem absolutamente o que por este modo se lhes attribue. Eis d'onde com frequencia se originam supposiçoens, que o tempo fortalece, e tanto mais promptamente se diffundem, tanto mais profundamente se arreigam, quanto em verdade emanam de equivocos propagados por authores de credito. Quem ler em Faria e Sousa, ou Fr. Bernardo de Brito,[1] em quasi todos os

[1] «Quanto á descripção heroica que d'esses tempos remotos se acha «em alguns historiadores, a que seguiu o credulo Fr. Bernardo de Brito,

historiographos peninsulares, o tocante aos primeiros povoadores averiguados do nosso territorio, mal distinguirá o diverso grau de civilisação das successivas camadas e invasoens. Não levando mais longe a investigação, facilmente acreditará na identidade de usos que esses superficiaes esboços inculcam, e por tanto não terá rasão implicita para pôr em duvida a tradicção que assigne a tal ou tal raça a paternidade de tal ou tal obra.

Consequentemente, a necessidade de limpar de abusoens, que as affrontam, as legitimas fontes historicas exige este desbaste, para alguns prolixo, para o maior numero necessario, em todo o caso indispensavel para aquilatar as differentes versoens.

N'este supposto, prosigamos.

Poderia ainda admittir-se origem celtica no edificio de Alporão, suppondo que ao tempo de fundado não tivesse o destino religioso que depois se lhe deu?

Os celtas grupavam-se em clans, em communas, em campos fortificados. Eram estes ordinariamente nas ribas do mar, no interior das selvas, ou no viso dos montes. O que os escriptores da antiguidade lhes denominavam cidades, por não terem melhor modo de significar um consideravel povoado, não passavam de grandes aldeamentos. As suas habitaçoens eram cabanas redondas de madeira, barro ou palha,[1] imitantes ás que ainda hoje construem algumas tribus do novo mundo. Que n'esses aldeamentos não tinham edificação de valia bem o indica o facto de os incendiarem quando partiam para expedição distante, facto claramen-

«que com ella occupou os primeiros trinta capitulos da *Monarch. Lusit.*, «é manifestamente fabulosa, imaginada mais para lisongear o orgulho «nacional, do que para servir a verdade.» Coelho da Rocha, *Ensaio sobre a histor. do gov. e da leg. de Port.* (4.ª edic., 1861).

[1] Mr. de Caumont, *Cours d'antiq. monum.*

te certificado por quem longamente viveu no meio d'aquelles povos.[1] No periodo de maior explendor dos celtas, em principios do seculo III antes de Christo, quando o ouro e as materias preciosas abundam nas mãos dos potentados a quem seguem numerosas clientellas, o luxo é inteiramente pessoal; consiste nas armas, nos sayos, ornatos, e festins; brilha pela magnificencia e prodigalidade que não chega á morada. Prosperam entre elles as artes industriaes correspondentes a este modo de viver;[2] a architectura não, porque as instituiçoens religiosas lhe não favorecem o desenvolvimento.[3]

De tudo isto resulta que, attenta a força e elevação do sitio, não destoa dos traços geraes rapidamente esboçados, nem por consequencia é contrario ás probabilidades, o haverem assentado os celtas algum dos seus campos fortificados no ponto em que hoje se levanta Santarem. Levar porém mais longe a phantasia, de todo parece inadmissivel ante o que fica exposto.

Exhauram-se todavia as hypotheses.

Seriam verdadeiramente celtas estes povos, e, sendo-o haveriam alcançado um grau de civilisação, tão superior ao dos seus congeneres, que, modificados os primitivos costumes, se tornasse de alguma fórma plausivel a supposição de que se trata?

Os celtas, confederação poderosa, como se sabe faziam parte da grande familia gael, ou por contracção gal (gauleza), que, descendo da alta Asia em ondas de successiva emigração, começou, nas origens da historia, com as suas colonias guerreiras a povoar o centro e

[1] «Oppida sua omnia, numero duodecim, incendunt.» — J. Cesar, *Comment de bel. gal.*, Lib. I.
[2] Theophrasto, *de Lapid.*, L. IV; Diodoro, L. V.
[3] H. Martin, *Hist. de Fr.*, L. III.

oeste da Europa. A barreira dos Pyrinéos apenas lhes deteve um instante a força expansiva.

Não vem para aqui o examinar como se effectuou a unificação d'estes com os euskos, impropriamente denominados iberos, ramo diverso e distincto; bastará reconhecer o seu predominio na peninsula, e esse predominio é indubitavel segundo se vae ver.

Turdulos ou turdetanos, vacceos, vetoens, beroens, etc., não eram com effeito senão clans celticos, ou celtiberos, differentes na denominação, eguaes na ascendencia. Os lusitanos, ou lusoens, habitantes do valle do Tejo, procediam evidentemente dos elusatos, tribu aquitania que derivava o nome do seu principal aldeamento, Elusa ou Lusa.[1]

Herodoto, 432 antes de Christo, escrevia «que os celtas eram o ultimo dos povos occidentaes da Europa.»[2] Artemidoro, 100 annos anterior á edade christan, nos fragmentos que deixou do seu Periplo, assignalava já a existencia das pedras monumentaes dos celtas no promontorio Cunéo (Cabo de Santa Maria) designando-as taes quaes hoje se verificam. Sem contar outros exemplos, muitas das mais conhecidas povoaçoens antigas, ainda depois da conquista romana, conservavam designaçoens em que era evidente o attestado da anterior origem, como Jera*briga* (Povos), Ceto*briga* (Setubal) Tala*briga* (Aveiro), etc. Nos proprios nomes de Portu*gal* e *Gal*liza transluz manifestamente o radical celtico.

Um dos mais doutos historiadores modernos[3] não hesita em condensar estes numerosos indicios n'uma affirmação positiva, fixando em principios do seculo VI an-

[1] Strab., L.° III, cap. 4.° — O testemunho de Appiano, quasi 2 seculos depois, confirma as indicações do geographo seu predecessor. — O *Itenerario de Antonino* situa Lusa na via militar de Burdigalla aos Pyrinéos.

[2] L.° II, cap. 33.

[3] C. Romey, *Hist. de Hisp.*, Tom. I.

tes de Christo a introducção dos celtas-gaels na Peninsula hispanica, quando as emigraçoens supervenientes dos gaels-kimris (os terriveis cimbros dos latinos, os mysteriosos cimerianos dos gregos) impelliram aquelles dos centros que occupavam.

Na constituição peninsular dos povos celtiberos não ha pois duvida. Tampouco porém a póde haver ácerca do estado comparativo de civilisação a que estes chegaram.

Strabão, o escriptor que mais e melhor os descreve, pinta-os sobrios, destros nas armas, valentes, infatigaveis, supersticiosos, mas inferiores em cultura aos galo-celtas, com os quaes todavia tem plena analogia de costumes. Muitos dos seus usos sam os das tribus selvaticas da America, tão fielmente desenhadas por Cooper. O mesmo despreso absoluto da vida,[1] a mesma indomavel fereza, o mesmo afferro á independencia das suas brenhas. Pequenas variantes de caracter distinguem entre si as tribus; o fundo da existencia na grande federação é identico: uma sociedade em começo. Plutarcho, na biographia de Sertorio, que foi na Lusitania um brenn, ou chefe, como nas Gallias Sigoveso ou Vercingentorix, amplamente confirma a descripção anterior. O author contemporaneo mais illustre, o que tem

[1] «Prodiga gens animæ et properare facilima mortem» disse d'estes Varrão, o Sabio, que os tratára de perto. «Arma sanguine ipso cariora» «presavam mais as armas que o proprio sangue», repetiu no II seculo o historiador Justino.

[2] *Vie de J. Cesar*, L.º I, cap, IV. — No L.º II d'esta obra colloca-se a actual peninsula de Peniche (insula Phenicis) a 25 leguas ao norte de Lisboa. Na 2.ª edic. do *Roteiro terrestre* de J. B. de Castro é esta distancia computada apenas em 11 leguas, na 5.ª edic. fixa-se em 12. Ainda descontando a irregularidade das antigas marcaçoens é evidente a exageração. Outra prova de que, no exame das questoens relativas ás campanhas de Cesar na Lusitania, o texto dos nossos escriptores não foi bem entendido, é que a nota a pag. 107 referindo-se á *Corographia portugueza* do P.e Antonio Carvalho da Costa, livro commum e bem conhecido, cita-o por este modo, equivocando o appellido com o titulo P.e Antonio Carvalho, *Da Costa Corographia Portugueza*.

disposto certamente de maior copia de informaçoens, posto que em relação ao nosso paiz nem todas escrupulosamente estudadas, assevera «que os gaulezes eram superiores em civilisação aos iberos» os quaes por suas grandes riquezas já muito se avantajavam aos asperos serranos da Lusitania. É corroborada a affirmativa pelo testemunho do historiador das conquistas romanas,[1] que, escrevendo em tempo não muito distante dos acontecimentos respectivos, refere terem-se voluntariamente submettido a Cesar os habitantes de Brigancio (Corunha) com terror dos navios de que nem faziam idéa, ao passo que havia mais de dois seculos os galo-celtas andavam familiares, ao Meio-Dia com as frotas commerciaes de Massalia (Marselha), a oeste com as robustas e intrepidas barcas armoricanas (bretans). Cicero, coetaneo e pouco parcial de Cesar, certifica o estado social dos celtas-lusitanos quando louva aquelle por haver abolido muitas usanças sanguinarias e costumes barbaros d'estes.[2] Emquanto o geral dos gaulezes, e uma parte das tribus celtiberas de Hispanha, principalmente os opulentos clans da Betica (Andaluzia), cunham moeda á imitação de Roma,[3] os montanhezes do Herminio, (Serra da Estrella), assim como os demais povos convisinhos, ou mercadejam ao uso primitivo por troca de generos, ou se servem, quando muito, de laminas de prata, que vão cortando em pedaços proporcionaes ao valor do objecto que desejam adquirir.[4] A dura frugalidade dos visinhos do Douro é comparada á dos primeiros lacedemonios. Finalmente a maioria das tribus do cen-

[1] Dion Cassio, *Hist. Rom.*, L.° XXXVII (2.° dos que restam) Ed. Rob. Etien.

[2] *Orationes*, Pro Balbo.

[3] La Saussaye, *Revue de la Numismatique française*, 1840; Duchalais, *Description des monnaies gauloises du cabinet des médailles.*

[4] Romey, apud Strab.

tro bebe a agua das torrentes, dorme sobre as penhas, e vive de pão de bolota e carne de chibo.[1]

Por tudo isto forçoso será concluir que de nenhum modo podia construcção, como a que se cuida aqui de averiguar, sahir das mãos de gentes ainda tão visivelmente em infancia social.

Poder-se-ha por ultimo objectar a colonisação grega, carthagineza, ou phenicia, e do contacto e influxo de alguma d'essas naçoens mais cultas deduzir a possibilidade de tal edificação?

Primò: as colonias mercantes da Grecia, Carthago e Phenicia, procuravam principalmente, como é natural, as ribas maritimas, fixando-se de ordinario á foz dos rios.

Secundó: quando o monumento de Alporão tivesse a feição grega, carthagineza ou phenicia, podia ser classificado como producto da civilisação correspondente, nunca porém como procedencia e feitura genuinamente celtica.

Apreciemos agora rapidamente o que n'este caso respeita a essa triplice influencia, sem todavia entrar na complicada questão das localidades.

É o primeiro na ordem dos tempos o elemento phenicio, elemento largamente civilisador, inclinado á policia e á paz, e dos tres o que mais verdadeiramente chegou a frutificar.[2] Eram porém os phenicios um povo essencialmente commerciante. A sua architectura applicava-se mais a improvisar bazares, e a levantar muralhas que os protegessem, do que a erigir monumentos para o futuro. Como quasi todos os povos de origem asiatica, tratavam principalmente de lisongear os olhos e fixar temporariamente os sentidos.[3] A duração dos edi-

[1] A. C. do Amaral. *Mem.* 1.ª *sobre o estado da Lus. etc.*
[2] Campomanes. Heeren. Silio Italico.
[3] Ramée.

ficios pouco os preoccupava. Eram pequenos os seus templos, e de madeira na quasi totalidade. Ignoravam a harmonia das dimensoens, e só estimavam a profusão decorativa e a multiplicidade dos ornatos. Construiam como industriaes, não como artistas. Nas descripçoens authenticas e nas reproducçoens numismaticas d'essas construcçoens, como a do templo de Astartea nas moedas de Chypre, divisa-se o sombrio caracter egypcio que lhes vem da affinidade, senão herança religiosa.[1] As columnas do adyton sem entablamento tem analogia com o tabernaculo dos hebreus. É evidentemente uma reminiscencia da tenda nomada, a habitação mais commum das raças semiticas. Do transitorio e pouco solido de taes edificaçoens procede o terem-se encontrado tão poucos vestigios d'ellas.[2]

Seria presumivel uma excepção no caso sujeito? Acha-se por ventura, de longe sequer, na casa de Alporão alguma das feiçoens indicadas?

As colonias gregas que se estabeleceram nas costas da Peninsula hispanica provinham da Phocea, isto é, de uma região da Asia-Menor incorporada na grande Confederação Jonica. Este primeiro ponto é importan-

[1] Movers. — Em 1848 ou 49 os presidiarios de Tarragona (Catalunha), trabalhando nas obras do porto, descobriram, sob as proprias ruinas romanas, um monumento que passa pelo mais antigo de Hispanha. Consiste elle em quatro fragmentos de lagedo de marmore lavrado, servindo de campa a um sepulchro de caracter egypcio primitivo. O lavor accusa tambem figuras e emblemas correspondentes á velha theogonia egypcia. Aos cuidados intelligentes de D. Boaventura Hernandes se deve a conservação d'este precioso achado, que se póde ler fielmente descripto na nota ao tom. II da *Hist. Gen. de Esp.* de D. Modesto Lafuente. Pretendia o sr. Hernandes ver n'aquellas lapidas o attestado inconfutavel de uma occupação de egypcios, anterior ás proprias colonias phenicias. Não basta porém um indicio avulso de tal ordem para constituir cabal demonstração. Tarragona ergue-se no proprio local da antiga Tarraco, como indicam numerosos vestigios e authenticas memorias, e Tarraco foi na sua origem fundação phenicia. Não confirmarão antes estes fragmentos singulares a filiação e directa ascendencia do culto phenicio?

[2] Barth. *Rev. Archeol.*

te, porque ha differença entre os costumes da Grecia europea d'aquelles tempos e a correspondente civilisação jonicò-asiatica, a mais requintada e sensual de quantas preponderaram no mundo antigo. A civilisação jonica era em tudo opposição á rigida severidade do dorismo, ou primitivo elemento theocratico. Assim o que hoje caracterisa duas ordens architectonicas, na sua origem, quando as regras da edificação faziam parte da sciencia sacerdotal, significou profundo antagonismo de principios politicos, grave dessidencia de praticas religiosas.

O dorismo inspirou as leis de Lykurgo e a austeridade de Sparta, a sobriedade e a grandeza, o culto do bom e o culto do bello ao sahir da singellez patriarchal, a consagração exclusiva da arte á divindade. Um rhetro, ou ordenança sumptuaria de Lacedemonia, determinava «que na construcção das casas dos cidadãos sómente se empregasse o machado e a serra.»[1] O lavor e o marmore eram pois reservados aos templos dos deuses, symbolisando na solidez a perennidade. D'este modo a architectura, constituida pelo genio hellenico sobre as tradiçoens do berço pelasgiano, torna-se verdadeiramente uma sciencia hieratica.

Resumindo: o dorico representa a unidade; o jonico a individualidade. O primeiro impoem-se absoluto, cimenta e funda; o segundo aspira, protesta, emancipa-se, effloresce.

Todavia, ou predomine a seita delphica ou a seita apollinea, expressoens diversas do mesmo rito, o templo grego tem disposiçoens authenticas e geraes que sem equivoco o caracterisam. A idéa predominante é a inteira separação do sagrado e do profano. Para tornar, digamos, para logo visivel esta idéa, a base do templo

[1] Plut, *in Vit. Lyc.*

é uma larga chapada de cantaria, exalçada de todos os lados acima do solo que pisam os mortaes. O logar que encerra a representação da divindade é circumscripto por grossas muralhas de granito. No espesso e macisso d'essas muralhas encontra-se uma como reminiscencia da construcção cyclopea, legada pela velha raça pelasgica das campinas da Argolida e montes do Epiro, construcção ainda hoje visivel nos pasmosos restos da acropole ou castello de Tyrino e nos canaes do Pheneo, subsistentes e indistructiveis apoz 36 seculos.[1] O interior d'esta especie de sanctuario é quadrado e orientado ao nascente, para onde deita o frontespicio, e para onde se prolonga o espaço reservado á celebração do culto. Este frontespicio é indicado por duas columnas formando portico. O espaço exterior, ou ante-cella, que se segue áquelle centro obscuro, é sustentado por pilastras, ligadas entre si e ás columnas pela architrave. Sobre a architrave assentam os triglyphos, ou parallelipedos symetricamente espaçados, cujos intervallos fazem officio de janellas, e cuja extremidade superior supporta a cimalha, que horisontalmente circunda e corôa o edificio.[2] O numero tres, como emblematicò, domina este conjuncto, harmonioso pela disposição, grandioso pelas proporçoens. Triangular é o frontão da fachada; tres são os degraus que levam ao eirado d'onde se ergue o edificio; a tripode sagrada remata o symbolismo evidente.

A arte dorica, ainda depois de se elevar e desenvolver com o gosto e perfeição atheniense, conserva a inspiração primitiva na simplicidade elegante. A arte jonica, na modificação dos accessorios, na sumptuosidade dos ornatos, imprime o cunho da sua independencia com um quê de tendencia orientalista. Essas modificaçoens exercem-se principalmente no portico, na columnata ou

[1] Ern. Curtius, *apud Pausanias.*
[2] Ramèe.

galeria aberta que rodeia o templo, na variedade substituida á uniformidade, na profusão contraposta á lisura.

Pelo que respeita á architectura civil, além dos preceitos legislados, achamos em Homero indicaçoens preciosas.[1] Vemos ali que os palacios dos principes se compoem de dois grandes pateos contiguos; no primeiro a morada dos homens a um lado, ao outro as officinas, e arrecadaçoens; no meio do segundo o altar consagrado aos deuses domesticos, ao fundo o gyneceu ou alojamento das damas; o todo protegido de um alto cerrado, as mais das vezes de estacaria.

Não me parece que a melhor vontade logre descobrir no edificio de Alporão as condiçoens que ficam brevemente compendiadas para qualquer dos typos gregos coetaneos.

Á influencia carthagineza applica-se o mesmo que ácerca dos phenicios foi exposto. Os carthaginezes eram phenicios colonisados na costa africana, com esta unica differença — que no trato com a gente do paiz haviam addicionado á nativa propensão mercantil uma inclinação bellicosa. No mais a mesma religião, a mesma indole, os mesmos usos, portanto os mesmos effeitos. A Peninsula apenas foi para Carthago amplo viveiro de ricos productos e valentes soldados.[2] O dominio dos capitaens carthaginezes tornou conhecido e affamado o esforço das tribus luso-hispanicas nos campos de batalha, mas não lhes generalisou muito a cultura. Nem que outra fosse a sua indole lh'a podia adiantar nos longos e calamitosos periodos das guerras punicas. A derrota de Annibal nos plainos de Zama legou a Roma as conquistas do collosso prostrado. Essas conquistas,

[1] *Odissea*, cant. 4.º e 17.º, *Iliada*, cant. 6.º

[2] «Maximas bellicosas gentes subegit equis, armis, vivis, totam locu-«pletavit Africam.» — Cornelius Nepos, *in Vit Amilc.*

porém, taes como então se achavam, eram antes centros de exploração e recrutamento do que a séde duradoura de uma verdadeira civilisação. Os primeiros phenicios tinham estabelecido feitorias; os phenicios carthaginezes ás feitorias accrescentaram quarteis.[1]

Se portanto o edificio de Alporão, como já se ponderou, não póde crer-se obra erigida por influxo dos phenicios pacificos, menos se ha de acreditar inspirada pelos phenicios guerreiros.

III

Cabe em seguida examinar o parecer que suppoem á fundação da casa a data do anno 11.° antes de Christo, isto é, sob o imperio de Augusto.

A dominação de Roma na Peninsula, ou antes a assimilação d'esta á civilisação romana, pertence ao periodo já claro da historia. É esse um facto assentado e notorio, que dispensa demonstração, porque nem admitte controversia. Na Peninsula contenderam Roma e Carthago pela supremacia do mundo; na Peninsula disputaram Cesar e Pompeo a posse de Roma. A voz d'estes supremos successos ficou soando authentica de seculos para seculos.

O grande conquistador, que sobre as ruinas da republica preparou com a gloria o imperio, por duas vezes mandou e combateu na Hispanha ulterior. D'esta fazia parte a Lusitania, que de uma das suas tribus centraes, como acima se viu, derivára o nome. Foi esse um dos

[1] Sirva de exemplo Carthagena, a principal das fundaçoens carthaginezas na costa peninsular, segundo o authorisado testimunho de Tito-Livio e de Polybio. Carthagena, em rasão do seu excellente porto, é no principio mera povoação maritimo-commercial. Asdrubal, um dos delegados de Carthago, converte-a brevemente em formidavel fortaleza e arsenal.

*

mais notaveis campos em que Cesar exerceu os peregrinos talentos militares, que tão alta fortuna lhe grangearam. Os documentos da sua presença estão archivados pelos nossos mais esclarecidos e conscienciosos antiquarios.[1] Vencedor e vencidos quinhoam ahi celebridade commum. Se para Cesar se considerou principio de summa illustração triumphar de povos até então indomitos, não menos se abonam esses de que para subjugal-os fosse preciso o genio de um dos primeiros capitaens do mundo!

O nome de Augusto não é menos popular nem menos authentico na Peninsula. A subjeição dos cantabros e asturos attribue-se-lhe pessoalmente. Merida, a antiga capital da Lusitania, é sua fundação. Muitas outras grandes povoaçoens se ornaram do seu titulo, ou lhe deveram engrandecimentos, quando não a existencia. Do centro d'essa provincia o pacificador do mundo escrevia a Horacio queixando-se do silencio d'este a seu respeito.[2]

A Lusitania, é sabido, de Cesar para diante latinisou-se sem esforço. Ha seculos que o arado dos nossos lavradores está a cada passo tropeçando com os marcos milliarios, com as lapidas, com os cippos, com os restos dispersos das thermas, dos castros, dos palacios, dos templos. Patentea-se em cada sulco um veio do passado romano. Affloram bastos os documentos d'essa grande civilisação, apenas meio sotterrada. No humbral rustico da arribana, á soleira do casal, no muro tosco da granja, encontraes com frequencia a pedra epigraphica, que vos falla ainda de uma pessoa imperial ou de familias consulares. Ha mais: quando na propria Roma ás mãos torpes da devassidão succumbiam as lettras degeneradas, sustentavam no mundo os lusò-hispanos

[1] André de Resende. Viterbo. *Mem. da Acad.* etc.
[2] Noel des Vergers, *apud Suet.*

o explendor da sciencia e da musa latina. Naturaes da Peninsula eram os dois Senecas, Lucano, Quintilliano, Pomponio Mela, Floro, Marcial, Columela, Daciano, e tantos mais, admirados em todos os tempos. Naturaes da Peninsula foram tres dos melhores imperadores, Adriano, Theodosio, e Trajano.[1]

Acceita com o dominio de Roma a sua legislação,[2] bem superior a quanto a precedera, os usos e costumes derivados d'essa legislação tal raiz deitaram, que não só contribuiram para as successivas evoluçoens do passado, mas ainda os deixa transparecer a moderna organisação.[3] Na propria denominação das dignidades e jurisdicçoens a antiga qualificação romana prevaleceu por muito tempo, como se fôra mais significativa da preeminencia, sobre os titulos novamente criados. Assim, um conde godo, Sisnando, no seculo XI chama-se consul de Coimbra. Como este infinidade de exemplos.

A edade média nos seus principios é muita vez uma reminiscencia confusa do imperio fraccionado. A mesma tenacidade de resistencia que offereceu a lingua barbarisada está certificando como e quanto se entranhára nas populaçoens a essencia do viver latino.

Olhando particularmente á especie que se examina, ponto é satisfatoriamente averiguado o que da feição romana toca a Santarem. Ali effectivamente estabeleceu J. Cesar, como já se memorou, uma colonia militar sob

[1] Donde nació aquel rayo de la guerra
gran padre de la patria, honor d'Espana,
Pio, Felice, Triumphador Trajano,
ante quien muda se postró la terra.
Franc. de Rioja, *Od.*

[2] Muitos rescriptos imperiaes, que constituiam lei, foram expressamente elaborados para a Lusitania. Podem ver-se estes rescriptos em Paschoal José de Mello, *Hist. Jur. Civ. Lusit.*

[3] A. Herc. Romey. D. Mod. Lafuente.

o nome de *Præsidium Julium*.[1] Na reforma das circumscripçoens, effectuada no tempo de Augusto, coube á nobre villa á cathegoria elevada de *convento juridico*,[2] isto é um dos logares aonde os presidentes da provincia *(Præsides)*, ou os seus delegados *(Legati augustales)*, vinham em periodos aprasados administrar publicamente justiça ao povo, cercados de todo o apparato judicial. Não ha pois motivo para engeitar a possibilidade de uma construcção romana em tal sitio, e pouco mais ou menos com a data que n'esta hypothese se lhe designa. Tampouco se ha de reputar inacceitavel, absolutamente fallando, a tradicção de que d'esse ponto fôra proclamado o edito, com pouco fundamento chamado de Tarragona, em que se ordenou o recenseamento geral dos cidadãos de Roma e das provincias do imperio. O recenseamento foi com effeito levado á execução;[3] e provavel é que se désse toda a publicidade ao documento que o determinava, sendo portanto natural a proclamação d'elle em povoação tão importante, ainda que do mesmo modo se não authorise a allegada e menos plausivel circumstancia de ter sido aquella a primeira terra em que tal edito se annunciou.

Para confirmar esta época de fundação, e authenticar a memoria que lhe anda vinculada, bastaria pois, na falta de testimunhos mais positivos, que o typo architectonico do edificio concordasse com ella.

Vejamos.

Augusto, instituindo o imperio, quiz para logo darlhe essa especie de esplendida consagração que vem das artes. Com este intuito, numerosos foram os monumentos que fundou ou promoveu. Directamente, e em seu nome,

[1] Soares Barbosa, *Epit. Lus. Hist.*

[2] A. C. do Amaral, *Mem. 2.ª para a hist. da leg. e cost. de Port.* (Coll. da Acad.)

[3] Egger. Hamilton. *Tabul. de Ancyra* (Test. d'Aug.)

fez elle erigir no *Forum* o templo de Marte Vingador *(Mars Ultor)*; o templo de Apollo no monte Palatino, ao qual accrescentou depois os porticos e addicionou uma bibliotheca grecò-latina; no Capitolio o templo de Jupiter Tonante; um mausoleu para si e sua familia;[1] o aqueducto que levava á capital a agua para serviço das naumachias;[2] o templo de Quirino no monte Quirinal, a maior das construcçoens que emprehendeu n'este genero. São egualmente obras suas o theatro de Marcello, o portico de Livia e Octavia, o portico e a basilica de Caio e de Lucio.[3] Imitados do seu exemplo, ou instigados do seu conselho, são o amphitheatro de Statilio Tauro no campo de Marte, o primeiro que em Roma foi construido de pedra; o attrio da Liberdade, edificado por Asinio Pollio no monte Palatino; o templo de Hercules Musagéta, de Marcio Philippe; o de Saturno, por Munacio Planco, á raiz do Capitolio; o de Diana, por Lucio Carnificio; o theatro de cantaria de Cornelio Balbo, tambem no campo de Marte e junto ao Tibre; finalmente o portico de Neptuno, as Septa Julia, as thermas, o Diribitorio e o Pantheon, por Marco Agrippa. É tambem do tempo de Augusto a pyramide de Caio Cestio.

O templo de Jupiter Tonante foi acabado no anno 22 antes de Christo; o templo de Quirino foi começado no anno 16; o templo de Marte consagrou-se no anno 2; no anno 13 inaugurou-se o theatro de Marcello, e acabou-se o de Balbo. Todas estas construcçoens são pois perfeitamente coetaneas da data indicada.

De algumas d'ellas, assim como de outros monumentos proximos, existe ainda o sufficiente para ahi se po-

[1] Suetonio, *in Vit. Aug.*
[2] Frontino, *De aquæd.*
[3] Na Roma antiga dava-se o nome de basilicas aos palacios de justiça, que serviam tambem de Bolsas, ou centro da reunião dos commerciantes.

derem larga e incontestavelmente apreciar os caracteres dominantes da arte que os produziu. No antigo mercado do peixe (*Pescheria Vecchia*) veem-se os restos do portico de Octavia; as thermas de Agrippa conservam ainda o nome do fundador; o antigo Pantheon é hoje a egreja de Santa Maria-dei-Martiri (*Chiesa della Rotonda*); estampas do seculo XV reproduzem os fragmentos do proprio mausoleo imperial.[1] O arco de Dolabella, existente no monte Celio junto á egreja de S. Thomas-in-Formis, é do anno 10 da edade christan. Fóra de Roma, em Ancyra, em Rimini, em Aoste, em Susa, estão de pé os arcos triumphaes de Augusto. É popular em Nimes, sob a designação de *Maison Carrée*, o templo dedicado pelo instituidor do imperio a Caio e Lucio no proprio anno do nascimento do Salvador.[2]

Não poucos povos ergueram tambem templos ao seu dominador. Esses templos não podiam deixar de ser, com pouca differença, contemporaneos d'elle, porque nem a lisonja costuma olhar para traz, nem a gratidão ter a memoria longa. A Peninsula teve tambem os seus monumentos d'esta classe. Tarragona, como Nicomedia, como Cesarea, como tantas outras cidades, dedicára um templo a Augusto, pois que Adriano o restaurou.[3] N'outras grandes povoaçoens peninsulares subsistem memorias analogas. Todas estas constituem outros tantos documentos dos systemas architecturaes então em voga.

A architectura romana, nos seus melhores periodos, é uma sequencia da architectura grega. Roma continua Athenas. Com menos rasão talvez do que Pericles se ufanava Augusto «de haver deixado uma cidade de

[1] E. Sadeler, *Vestigi della Antich. di Rom.*
[2] Clerisseau Ménard, *Hist. des antiq. de la ville de Nimes.*
[3] Spartiano, *in Vit. Adr.*

marmore onde achára uma cidade de tijolo.»[1] A disposição interior dos templos romanos não differe da dos templos gregos, como não differem os numes e os ritos. Por consequencia, o que fica dito da architectura religiosa da Grecia é aqui novamente applicavel.

Sabe-se o desenho d'esses edificios. O templo de Quirino é vasto e diptero; tem 76 columnas. O templo de Marte é pequeno e monoptero. Tanto o portico de Octavia, como o portico do Pantheon de Agrippa, como as columnas existentes do templo de Jupiter Tonante, são de ordem corinthia. O templo de Nimes, já citado, é pseudodiptero, com onze columnas nas faces lateraes, tambem corinthias.[2] Vê-se que este systema tendia a predominar, naturalmente porque permittia mais riqueza e ornato do que o dorico, e ainda do que o jonico. A poucos passos torna-se com effeito o estilo nacional se bem seja incontestavel a sua procedencia, e chama-se corinthio-romano.[3] A ordem toscana melhor se chamára grecò-etrusca; a composita, cujas regras nos reproduz Vignola, é claramente emanação hellenica.

No livro da antiguidade mais competente em taes materias achamos authoridade insuspeita para nos guiar a investigação. Vitruvio, engenheiro, architecto, e companheiro assim de J. Cesar como de O. Augusto, deixou-nos nos dez livros da sua obra uma idéa cabal, não só das differentes construcçoens d'aquelles tempos, mas das artes que n'ellas cooperavam.[4] A maior parte da technologia empregada pelo escriptor latino é genuinamente grega. Por elle sabemos da existencia de estimados authores especialistas, que anteriormente haviam florescido na Grecia, taes como Archimedes, Ar-

[1] Suet.
[2] Cler. Ménard.
[3] Ramée.
[4] M. Vitruvio Pollion, *De architectura.*

chytas, Aristoxenes, Eratosthenes, Berosio, Atheneo, Apollonio, etc. Os preceitos que allega, e em que se funda, são os que francamente confessa ter bebido n'estes mestres.

Nos sete primeiros livros de Vitruvio encontrarão os curiosos lucidamente descriptas as differentes especies de edificios usadas pelos romanos, templos, palacios, theatros, basilicas, etc. Facilmente poderão todos ahi verificar se no monumento de que se trata existe alguma relação com qualquer d'estas especies.

A propria basilica, genero de construcção cujo destino fica já explicado em nota, a propria basilica, posto ser talvez a mais simples e desornada das edificaçoens romanas, recusa-se a analogias que tornem aceitavel uma supposição sequer n'este sentido.

Eram numerosas as basilicas em Roma e nas provincias, e a sua instituição muito anterior ao tempo de Augusto, pois que a basilica Porcia, levantada por Porcio Catão, é do anno 204 antes de Christo, a basilica Fulvia do anno 179, a basilica Sempronia do anno 169,[1] e d'ahi por diante cresceu por toda a parte o numero d'ellas. As communidades christans, do IV ao V seculo, em parte para se forrarem a despezas superiores ainda ás posses de muitas, em parte porque a propria singeleza d'estas casas se conformava com as idéas que então vogavam contra as sumptuosidades da idolatria, estabeleceram n'essas basilicas, para tal fim cedidas pelo imperador Contantino, as suas assembléas de culto. D'aqui proveiu o nome e o typo bem conhecido das primeiras egrejas.

A nudez do monumento de Alporão, a sua fórma quadrilatera, e ainda a guarnição de dentulos que exteriormente acompanha a cimalha, não desdiriam total-

[1] Tito-Livio, L.os 39.º, 44.º, 60.º

mente dos caracteres externos d'uma pequena basilica romana, mais naturalmente Tribunal que Bolsa, o que iria de accordo com a qualidade local de convento juridico; e n'esse caso nada teriam de improvaveis as tradicçoens que mais ou menos lhe andam ligadas. Destroe porém radicalmente similhante hypothese a portada ogival do edificio e o seu interior.

Effectivamente, a quasi constante disposição interna das basilicas, a que se perpetuou nos edificios christãos d'ellas derivados, é a divisão em tres gallerias longitudinaes, ou naves, sustentadas em renques de columnas, terminando em hemicyclo a extremidade oriental da galleria do centro. Isto sem fallar nas indispensaveis sallas accessorias, denominadas por uns causidicas, por outros chalcidicas.[1] Tal disposição é visivel ainda no plano da basilica romana de Herculanum, assim como nas basilicas christans ou christianisadas, de Santa Cruz de Jerusalem, de S. Nerêo, de Santa Maria-in-Cosmedin, etc.[2]

A projecção em fórma quasi de chaminé, que na casa de Alporão se levanta do centro junto ao frontespicio, e cujas duas ventanas indicam ter servido de campanario, não se deve considerar feição essencial e determinativa, por que póde ter sido facilmente addíccionada ao corpo do edificio em época posterior á sua fundação, quando este convertido ou applicado ao culto do christianismo. Essa conversão ou applicação poderia tambem haver sido anterior á invasão mussulmana, pois que a generalisação do uso dos sinos (não a sua invenção, muito anterior á edade christan) data verdadeiramente do IV seculo, e o movimento christão na Peninsula, transicção visivel da acção romana para a acção goda, é anterior a esse seculo. Attesta-o de longe o amplo e

[1] Alberti, *Della Archit.*, L.° VII.
[2] Raméc. A. Pellicia, *De Ecclesiæ policia*, Tom. I.

illustre martyrologio que cimentou e ennobreceu tal movimento, e ao qual as regioens que depois constituiram Portugal pagaram não pequeno tributo, assignalando-se atravez das perseguiçoens Evora com a sua Santa Colomba; Cea com os santos Facundo e Primitivo; Braga com S. Vicente, S. Silvestre e Santa Suzana; Lisboa com os tres irmãos Verissimo, Maximo e Julia.[1] Que não só no IV, mas já no III seculo, havia nas Hespanhas crescido numero de fieis, é claramente indicado pelo concilio de Illiberis, a que assistiram dezenove prelados peninsulares, o que não podia acontecer se não foram já importantes e numerosas as christandades no paiz.[2] Fortalecem esta opinião os canones, e disposiçoens disciplinares d'ahi emanadas, nas quaes se revella a força e cohesão que adquirira o elemento christão apesar de todos os obstaculos;[3] confirma-a plenamente o facto de ter sido Osio, bispo de Cordova, o designado pelo papa, e pelo proprio imperador Constantino, para presidir ao grande concilio de Nicea, suprema distincção que de certo se não houvera conferido, fossem quaes fossem os meritos pessoaes, ao representante de pequenas ou insignificantes communhoens.

Existindo pois indubitavelmente na peninsula uma sociedade christan organisada desde os primeiros tempos da propagação da fé, naturalissimo seria que, apenas authorisado o culto, se multiplicassem as egrejas com todos os seus usos, antigos e modernos, entrando no numero d'estes ultimos o dos sinos. Isto posto, sendo o campanario possivel addiccionamento, nem basta elle para fixar a época da fundação, nem obstaria a que esta fundação se considerasse anterior ao proprio christianismo, se os caracteres do edificio assim o indi-

[1] Ruinart, *Acta primorum martyrum.*
[2] D. Mod. Laf.
[3] Aguirre, *Collectio Maxima Conciliorum Hispaniæ.*

cassem. São porém esses caracteres, de si positivos, os que, por incompativeis com similhante supposição, totalmente excluem a hypothese da procedencia romana, collocando-a com pouca differença no caso das outras.

IV

Falta por ultimo examinar a versão dos que attribuem aos mouros a fundação do pequeno edificio.

Representa a nossa photographia a parte lateral que olha ao sul, disposição que lhe occulta a fachada, sua feição principal. Foi esta disposição forçosamente determinada pela absoluta necessidade de aproveitar a elevação, que d'esse lado fica fronteira, unico ponto onde se podia estabelecer a machina, em rasão da casaria que rodeia e empastela o monumento guarnecendo as estreitas quelhas que se lhe torcem em volta. Já porém acima se notou como essa fachada é essencialmente caracterisada pelo arco de ogiva do portal. Fará idéa muito approximada da configuração d'este quem conhecer os feixes de columnellos concentricos, que se enfileiram no vestibulo do antigo convento do Carmo, pouco menos que sepultado no largo d'aquelle nome em Lisboa, e quem em imaginação accrescentar uma pequena varanda, ou balcão, ainda não ha muitos annos mencionado pelo grande mestre da nossa historia.[1]

Explicada esta necessaria particularidade, averiguemos.

A architectura arabe, ou antes mahometana, sobre tudo até ao seculo IX, é uma derivação das edificaçoens byzantinas. A tendencia nomada das tribus arabes era naturalmente pouco propria para inspirar uma arte, cu-

[1] A. Herculano, *Cartas da Extrem.*, Cart. 1.ª, *Panor.*, Tom. III da 3.ª serie.

ja primeira condição é a estabilidade. Faltavam-lhes além d'isso modellos. O mais antigo e venerado templo do islamismo, a Kaaba de Mecka, nunca passou de um cubo de pedra, que mal podia servir de inspiração e estimulo. O mais estimado e veridico dos historiadores arabes[1] bem positivamente revella as origens da escóla architectonica do seu povo quando conta «que, desejando o kalifa Walid, filho de Abd-al-Melek, construir uma mesquita em Medina, outra em Jerusalem, outra em Damasco, teve que mandar pedir ao imperador de Constantinopola pessoas versadas na arte de edificar.»

O nome de Byzantino está longe de designar um systema; representa mais propriamente a serie de modificaçoens porque successivamente passaram as artes latinas accolhidas a Byzancio, ao passo que as necessidades criadas pelo culto christão foram actuando sobre a fórma dos edificios.[2]

Assim, é facil distinguir na primeira época da architectura mahometana duas feiçoens dominantes: — as naves formadas por fieiras de arcadas, inspiradas da basilica; — a cupula, typo romanò-byzantino. Prevalece tambem o arco de volta inteira, que se denomina crescente. Este porém é rapida e geralmente convertido no de ferradura, com o qual algumas vezes se complicam o tricentrico, o recortado, etc. Correm os tempos, e as arcadas multiplicam-se em quasi labirintho; a cupula, umas vezes orbicular, outras polygonal, faz-se cada vez mais turgescente e phantastica; as abobadas entrançam-se de nacellas e penduróes; da ornamentação mural compativel com os preceitos da religião islamita nasce o profuso e singular genero de desenho, que ainda hoje conserva o nome de arabesco.

Ao tempo em que os mussulmanos invadiram a Penin-

[1] Ibn-Khaldum, *Proleg. hist.*, L.º I.
[2] Ramée.

sula tinham numerosas edificaçoens na Syria, na Asia-Menor e em Africa. Eram por consequencia já peritos na arte que lhes fôra transmittida. A mesquita edificada em Cordova, capital do novo kalifado, — o mais antigo monumento arabe de Hispanha pois que data do seculo VIII, — o palacio da Alhambra, — cujas ultimas construcçoens pertencem ao seculo XIV, por consequencia derradeiro attestado do explendor maurò-hispano, — designam os pontos extremos entre os quaes decorre toda a historia da architectura arabe-peninsular. Em que parte d'ella se poderia fixar o edificio de Alporão?[1]

A contar do seculo XI, a phantasia oriental, tocando ás vezes as raias da extravagancia, cada vez se faz sentir mais nos productos de uma civilisação decadente e requintada; mas até ao seculo X, conservando-se sobria, deixa ás vezes transluzir nos accessorios ornamentaes claras reminiscencias do estilo romão. Embebido n'uma parede do claustro da cathedral de Tarragona existia ainda ha dez annos um arco arabe do seculo X.[2] Tinha elle, juntamente com a caracteristica volta de ferradura, a ornamentação semi-barbara d'aquelle estilo. Em Toledo, em Valencia, em Palma, em Barcelona, em Granada, em Lisboa e mais terras de Portugal, como n'outros monumentos haverá occasião de indicar, existem ainda não poucos vestigios d'essa alliança, que se explica pela frequencia dos exemplares da época romãa secundaria, que os invasores acharam nas egrejas e mosteiros godos. Pertencerá esta construcção a tal mixto?

Por mais que desejemos abreviar, de necessidade é entrar aqui mais dentro na materia.

Importa não confundir as duas qualificaçoens, pare-

[1] No *Panor.* de 1839 (3.° vol. da 1.ª serie) sem hesitação se attribue ao monumento procedencia arabe. Como porém a affirmativa não se escora em provas deve ser licito recorrer á analyse e aos exemplos.

[2] Ramée.

cidas, mas diversas — romana e romãa. Dá-se o nome de periodo romão ao que immediatamente se segue á desmembração do imperio, quando as artes herdadas da civilisação pagan recebem, não sem lucta, o novo cunho que lhes imprime o christianismo. Este mesmo periodo se subdivide em tres épocas perfeitamente caracterisadas — romão primitivo, ou latinò-romão, comprehendendo o genero byzantino — romão secundario, comprehendendo os generos normando, germão, etc. — romão terciario, ou transitivo, comprehendendo já a ogiva que principia a despontar. Em geral a architectura romãa é a degeneração da architectura romana. [1]

Entre os principaes caracteres distinctivos da architectura romãa da primeira época (até ao x seculo) deve contar-se a imitação da basilica romana já mencionada, com a excepção das egrejas circulares, que parece terem sido especiaimente edificadas para servirem de capellas funerarias, e a dos baptisterios, edificios n'essa época distinctos das egrejas, de fórma tambem circular ou octogona. São accessorios dignos de attenção, que muito ajudam a classificar os já raros monumentos d'esta ordem, — no exterior a singular disposição dos silhares das pedras ou tijolos das paredes, os pilares singellos, as arcaduras pouco elevadas, os portaes quadrados — no interior as molduras de ordinario enleiadas e de pouco relevo, as incrustaçoens de terra-côta, os ricos mosaicos sobre fundo doirado, e os pavimentos embutidos.

Além da generalisação do plano em fórma de cruz que já anteriormente algumas vezes apparece, e continuando a considerar-se excepção varias construcçoens circulares ou octogonas, geralmente imitadas das que

[1] Mr. de Caumont, *Abécédaire d'Archéologie* (5.ème ed., 1867).

acima se mencionaram pelos templarios, com toda a probabilidade em memoria da rotunda do Santo Sepulchro, fundação da imperatriz Santa Helena (IV seculo) — os edificios religiosos da segunda época distinguem-se pela maior solidez dos materiaes empregados; pela successiva perfeição da mão de obra; pelas innovaçoens na distribuição interna e correspondente modificação externa; pela constante associação das cryptas, ou capellas e gallerias subterraneas, que até ao seculo XII lhes são como indispensavel complemento; pela maior variedade, senão maior correcção, nas molduras; pela parcimonia das abobadas; pela pouca saliencia dos contrafortes; pelos alinhamentos da alvenaria e argamaça; pelo desenvolvimento cada vez maior da ornamentação exterior e respectivo symbolismo; finalmente pela pintura e paleographia mural.

Comparando o edificio de Alporão com estas succintas indicaçoens, não só não é permittido suppôl-o concepção da arte arabe em qualquer das suas edades, mas nem ainda resultado de alguma combinação do arabe com o romão.

V

A portada ogival do monumento inculca de modo positivo a época da sua fundação; os dois largos pégoens, ou botaréos, quo na photographia são visiveis, plenamente confirmam este essencial caracteristico.

Não de um golpe succedeu o estillo chamado ogival ao largo dominio do periodo precedente. Na segunda parte do seculo XII, o maior emprego e amplificação das abobadas determinou a necessidade de estreitar as janellas para robustecer as paredes, e consequentemente a adopção do arco de ponto subido, ou ogiva, por

mais resistente.[1] Esta a origem do estillo ogival, que nasce, digamos, nos braços do periodo romão, constituindo-lhe a que se denomina época terciaria, ou transitiva. N'essa época, desde os fins do seculo XII até meiados do seculo XIII, a ogiva é apenas uma idéa balbuciante, o ponto de partida para um novo systema, mas nem systema é ainda. Já o arco ogival tende a prevalecer, e ainda a antiga escóla parece dictar a lei. Em mais de um monumento do seculo XII se vê o arco de ogiva ornado de molduras romans, acompanhado de pilares, de columnas e capiteis romãos.[2] Ha até exemplos de arcos ogivaes emparelhados dentro n'um arco de volta inteira![3]

Na ingenuidade d'aquella infancia quasi rustica, a ogiva hesitante não deixa sequer adivinhar os milagres de graça, de arrojo, e de pujança que em breve realisará.

É exactamente o que se observa no singello monumento de Alporão. Resumindo, a cantaria, o maçame, a abobada de tijollo não destoariam do periodo romão; a arcadura do portal filia-o de modo indubitavel ao nascimento, ou antes renascimento da ogiva; os botaréos lateraes, lisos, quadrangulares, desiguaes e já atrevidamente salientes, aproximam-n'o da era ogival primitiva, que facilmente se confunde com o romão transitivo.

Do que fica exposto, não contando o mais que já sobre analogo assumpto foi n'outra parte expendido,[4] e em presença de tão significativos indicios, facilmente se conclue a impossibilidade de fixar ao edificio de Alporão origem anterior á indicada.

[1] Mr. de Caumont.
[2] Egreja de St.-Germer, França (Caum.)
[3] Fachada da egr. de Civray, Fr. (Ibid.)
[4] *Mon. Nac.*, Almourol.

Correu muito tempo voz de que na sachristia havia uma abertura com longa escadaria, por onde se descia a enorme profundidade. A imaginação popular, inclinada sempre a acreditar exageraçoens sem as medir, chegou a propagar que por ali havia communicação para o Tejo, destinada a abastecer de agoa a povoação em caso de cêrco, não advertindo que tal communicação, por mais disfarçada que fosse, teria sempre o grave inconveniente de poder tambem levar o inimigo ao recinto da villa. Á fama d'esta cavidade andaram por muito tempo annexas, senão andam ainda, muitas outras superstiçoens, entre as quaes a de se conservarem lá em arrecadação dois toneis, um cheio de oiro, outro cheio de peste. Inalteravelmente se ergue de todas as ruinas e construcçoens remotas, sempre com a mesma declinatoria de baldadas tentativas de exploração, esta costumada lenda de communicações mysteriosas, subterraneos e encantamentos, ecco ainda não apagado da chronica domestica, reminiscencia obstinada dos terrores e memorias de outra edade.

Não seria todavia inadmissivel a existencia de uma crypta sotoposta ao edificio, e o descobrimento de tal accessorio poderia por ventura modificar as idéas emittidas.[1] Asseveram porém informaçoens fidedignas e respeitaveis que no tempo em que estava de quartel em Santarem o antigo regimento de infanteria n.° 10, no qual havia muitos officiaes estudiosos e esclarecidos,[2] alguns d'estes effectuaram largas excavaçoens no ponto designado, sem encontrarem senão terra virgem. Subsis-

[1] Fr. Lucas de Santa Catharina, nas *Mem. da Ord. de Malta*, (L.° II, cap. 6.°), referindo-se á torre cuja situação designa em perfeita concordancia com o P.e Ignacio da Piedade, diz «que por baixo d'ella corria uma casa de cantaria, que se podia reputar carcere.» D'aqui se vê como já no principio do seculo passado andavam confundidas as memorias entre as duas construcçoens.

[2] Entre estes os srs. Celestinos, actualmente generaes.

*

tem por consequencia exclusivamente as rasoens summariadas.

Os signaes de decrepidez só por si pouco provam. Dependem esses muita vez da qualidade dos materiaes, da exposição do edificio, da maior ou menor acção do tempo sobre elle em rasão de tal exposição, d'uma infinidade emfim de circumstancias eventuaes, que por nenhuma fórma invalidam a significação dos caracteres architectonicos demonstradamente inherentes a uma época.

Não são de certo para despresar as tradicçoens. Muita vez com ellas se transmittem e perpetuam factos verdadeiros, que na apparencia os tempos desfiguram. As tradiçoens, que da casa de Alporão fazem proclamar os editos de Augusto e ler os textos de Mahomet, facilmente se explicam transferindo-as para a velha torre contigua (ainda de pé no seculo passado), cuja descripção impressa por ser presencial se deve reputar authentica. Nada tinha ella com a outra quadrada, e tambem visinha, que mostra a nossa photographia. E essa é a bem conhecida e popular torre das cabaças, ou do relogio, edificação de D. Manuel, no centro do qual avulta, entre os emblemas que lhe deram o nome, o sino da villa, que só é tangido em occasioens solemnes. A antiga era tal como n'estes termos nol-a deixa ainda entrever o Padre Ignacio da Piedade: «fica á mão esquerda de «quem entra pela porta principal da egreja, está da «parte de fóra, he toda redonda de inxilharia,[1] e «he egual na sua circunferencia desde o chão athe ao «fim de toda a sua altura, sem ter vão por dentro al«gum.»

Uma edificação d'esta ordem póde sem esforço crer-se obra romana, talvez parte da provavel fortificação do

[1] Silharia, ou apainelado de pedra.

præsidium. Nos baixo-relevos da columna Trajana vêem-se legionarios atarefados na construcção de trabalhos militares de cantaria. Sabe-se que taes trabalhos umas vezes tinham a fórma quadrada, outras a fórma redonda.[1] Do uso das torres n'estas fortificaçoens não se póde tambem duvidar, pois que são frequentemente citadas. Vitruvio é muito expresso em preferir as redondas.[2] No mesmo author achamos que se aterravam interiormente para formar os terraplenos, d'onde as guarniçoens combatiam.

Que a antiga torre não fazia parte da egreja é bem inculcado pela separação que fica mencionada, e pelos vestigios que mostrava de continuidade com muralha, segundo afiança o mesmo escriptor. Sendo por dentro aterrada, mais prompta e naturalmente se entulharia dos proprios escombros quando abandonada, e d'ahi proviria o não se lhe achar vão.

Não repugnando pois acredital-a construcção de J. Cesar, — se não anterior, — o que se diz da sua serventia official em diversas épocas posteriores póde ter-se por egualmente acreditavel. Em consequencia da visinhança o nome de Alporão, tomado dos sarracenos, passaria ao sitio proximo e á casa ali construida; derribado o monumento primitivo, as tradicçoens que elle representava ficariam em herança ao sobrevivente adjunto. Seguidamente se verá como é esta a hypothese mais plausivel.

IV

Tornando ao edificio subsistente, se é forçoso renun-

[1] Montfaucon, *Antiquitas illustrata*, Tom. IV, 1.ª part. (2.ª ed., 1722).

[2] «Turres itaque rotundæ aut polygoniæ sunt faciendæ: quadratas enim machinæ celerius dissipant.» Lib. I — No L.º IV de Vegecio, e nos commentarios de Stewechio vem confirmada a indicação.

ciar a mais remota procedencia, contentemo-nos com uma antiguidade, que ainda assim o faz contemporaneo das origens da monarchia. Nos archivos da villa não existe documento que lhe diga respeito. Esta sensivel falta póde porém ser até certo ponto supprida por alguns documentos e memorias que expressamente se lhe referem.

Foi indubitavelmente a casa de Alporão cabeça de commenda da Ordem Hospitalaria, ou de Malta, como geralmente se crê, e como dos mesmos documentos se evidencia. O douto José Anastacio de Figueiredo[1] é de opinião (termos textuaes) «que *se póde conjecturar* ter passado á Ordem a Egreja de S. João, chamada de Alporão, logo na gloriosa tomada de Santarem em o anno de 1139».

Este modo de exprimir deixa antever que, segundo aquella opinião, existia já o edificio na época da tomada da villa aos mouros, e a nota que acompanha o texto confirma tal interpretação asseverando «que da structura da casa *se póde inferir* que ella servira de mesquita».

A bem conhecida erudicção de tão paciente e authorisado investigador terá accaso concorrido para divulgar supposiçoens, que a analyse mal consente. Attente-se porém n'estas formulas vagas: *póde inferir-se, póde conjecturar-se*. Não está ahi transluzindo a hesitação e a duvida? E porque se contentaria com allegaçoens de possibidade, não fundamentada, homem tão affeito e inclinado a rebuscar e adduzir provas de outra ordem?

É por que, n'esta parte ao menos, o insigne archeologo, acceitando sem exame aquella voz, mostra não lhe haver dado maior attenção. Torna-se visivel o descuido na data que atribue á ousada restauração da villa. Reportando-se evidentemente á feliz empreza de D. Af-

[1] *Nova Hist. da Mil. Ord. de Malta*, Parte 1.ª (2.ª ed., 1800).

fonso Henriques, pois que a occupação temporaria de D. Affonso de Leão tivera lugar quasi meio seculo antes, suppõem Figueiredo effectuada aquella empreza em 1139, quando já as copiosas averiguaçoens de Brandão, de Fr. Bernardo da Costa, e outras authoridades cuja valia a sua perspicacia muito bem sabia discernir, haviam apurado a data de 15 de março de 1147, hoje superiormente authenticada.[1]

Não vem aqui a menção de tal equivoco, equivoco facil a que todos estão subjeitos, para deslustrar ou apoucar os meritos do infatigavel collector a quem tanto a sciencia deve; serve só para aquilatar a verdadeira significação de um periodo, a que o seu proprio author não deu importancia, por quanto não fez ali senão relancear improvisas conjecturas.

Um alvará do sr. D. João IV, passado em Lisboa aos 17 de abril de 1641, nomeia «para capitão-mor da villa e preorado do Crato a Fr. Sebastião Pacheco Corte-Real, commendador de *S. João d'Alcorão* da villa de Santarem, e Pontevel, da Ordem de S. João». Presume, é verdade, o mesmo Figueiredo encontrar n'essa referencia confirmada a tradicção. Facil porém é verificar quanto similhante presumpção carece de solido fundamento. Em primeiro logar não póde a repetição de tal nome prevalecer sobre os caracteres do proprio edificio; em segundo logar o emprego d'esse nome prova unicamente que por aquelle tempo se achava generalisado. Vê-se pois que a força da prevenção, incutida e radicada pelos anteriores escriptos a que me tenho referido, a tal ponto cegára tão experimentado juizo, que nem o deixava apreciar a improcedencia de tão fragil argumento. O titulo de Alcorão, com que n'este documento se corrige o ordinario de Alporão, provém manifestamente do mesmo preconceito, e já fica indicado como um ou outro seria na-

[1] A. Herculano, Nota XXI ao 1.º vol. da *Hist. de Port.*

turalmente transmittido, não sendo esse motivo sufficiente para d'ahi se poder derivar a imaginaria origem do edificio.

Cita Fr. Lucas de Santa Catharina a tradicção que incluia a casa na dotação dos Templarios em Santarem, e para impugnar essa tradicção allega o não ter a mesma casa passado ao cabido de Lisboa com as outras ali possuidas pela Ordem do Templo, quando o bispo Gilberto obteve da Santa Sé decisão favoravel na revindicação do ecclesiastico de Santarem como dependencia da nova diocese de Lisboa.

Effectivamente, em virtude da concordata a este respeito celebrada, D. Affonso Henriques doou aos Templarios o castello e terras de Ceras em remissão e troca das egrejas dos mesmos em Santarem, as quaes passaram *todas* ao dominio episcopal de Lisboa, só com expressa excepção da de S. Thyago.[1] Vinte annos antes firmára o soberano a primitiva doação, declarando n'ella: «que para a conquista de Santarem levara auxilio dos soldados do Templo, e na marcha fizera voto de lhes entregar inteiro o ecclesiastico da terra, quando lograsse entral-a[2]».

Se pois *todas* as egrejas de Santarem pertenceram originariamente aos templarios, se *todas* tambem passaram ao cabido de Lisboa, com a unica excepção referida, innegavel é que, existindo já por aquelle tempo a egreja de Alporão, teria esta passado com as outras, e entraria na posse e jurisdicção do bispo de Lisboa, onde todavia nenhuma relação a encontra. D'aqui resulta, não que tal casa já existente fosse entregue á Ordem Hospitalaria apenas rendida a villa, conforme pretende o panegyrista

[1] «Præter Ecclesiam Sancti Jacobi.» Carta de doação do dominio de Ceras, de 1167.

[2] «Facimus Kartam supradictis militibus de omni ecclesiastico Sanctæ «Herenæ.» Carta de doação do dominio Ecclesiastico de Santarem á Ordem do Templo, abril de 1147 (Era de Cesar 1185).

da mesma Ordem que Figueiredo seguiu, — aliás o cioso Gilberto não deixaria de exigil-a a essa Ordem como á outra exigira as demais, — mas que ainda não existia no anno de 1167, época da famosa concordata que encerrou não menos famosas porfias. Reforça esta ultima e mais provavel interpretação o proprio texto em que o historiographo, perdendo inadvertidamente de vista o anterior proposito, confessa «que ao tempo da publicação da sua obra contava aquella casa 515 annos de antiguidade na posse da Ordem», o que fixaria em 1219 o começo da referida posse, pois que a obra sahiu á luz em 1734.

No Registo de Leça, Documentos de Santarem, se encontram, ao que me parece, os mais positivos esclarecimentos escriptos ácerca do nome de Alporão. N'uma sentença d'el-rei D. Affonso (D. Affonso IV provavelmente), sobre composição da contenda corrente entre Maria Mendes e Martim Annes, lê-se: «da qual composição ficou á dita Maria Mendes a herdade de Taura *e as casas que som em Alprã* etc.» No instrumento de venda que faz Pero Paez a Sueiro Gozendes textualmente indica o primeiro: «huma casa que *avia em Alpram.*»[1]

São estes documentos dos primeiros seculos do estabelecimento da Ordem em Santarem, e d'elles se vê sem a menor duvida que o nome de Alporão é dado, não á casa, mas ao sitio.

Na Relação das pertenças vagas da commenda de Santarem apparece uma longa serie de documentos, proximamente da mesma edade, em que os doadores nunca designam a casa commendataria de Santarem senão com o nome de S. João do Hospital. Poderá objectar-se que os indicativos — *de S. João* — e — *Hospital* — significam a invocação e qualificativo generico da Ordem, sem exclu-

[1] Fol. 62 e 63.

são de outra denominação peculiar. Se porém est'outra denominação peculiar já existisse, e fosse a que se inculca, não deixaria ella de ser mencionada alguma vez, ao menos pelos doadores, que de ordinario não empregavam senão os nomes conhecidos e populares como não podia deixar de acontecer em tempos incultos, mormente pelos doadores visinhos, que são os que em maior numero apparecem. Não succede porém assim até fins do XIV seculo.

Exemplos: João Esteves e Maria Mendes, testamenteiros de Mem Gonçalves e D. Mór, entregam *ao Spital* uma vinha com seu lagar em Onia termo de Santarem; — Pero Paes e sua mulher outhorgam que fiquem *ao Spital* as suas herdades em Ryo-Maior e Alviella; — D. Loba doa ao *Spital* uma vinha e arvoredo em Alvisquer. etc[1].

Mais. Um Breve do Summo Padre Clemente IV (1265 a 1268) concede cem dias de indulgencias a quem fôr em romaria «*á casa que o Hospital tem* em Santarem» pelas festas de Santa Maria Magdalena, Santa Cruz, etc. D'outro documento de caracter não menos official, datado do anno 1305 (era de Cesar 1343), consta ser costume que o alcaide, alvazis e concelho de Santarem, para celebrarem os actos camararios, se reunam *na egreja de Sanhoane do espitall.*[2] Nunca o nome de Alporão acompanhando o da casa!

Está pois esta sequencia e uniformidade de designação positivamente confirmando como esse nome, já por aquella época dado ao local convisinho, não era ainda applicado ao edificio.

Com effeito, só nos principios do seculo XV se encontra tal denominação ampliada á casa commendataria, e ainda assim por modo indirecto. Mostra-nos este primeiro indicio a carta de confirmação, dada em San-

[1] Cartorio de Leça.
[2] Ibid.

tarem em 1402 pelo sr. D. Affonso v, na qual carta se faz referencia a Peralvares Pereira *Commendador de S. João d'Alprom*[1].

A gradual introducção do nome transparece n'esta successão naturalissima. A casa de S. João do Hospital, cabeça de commenda antes da transferencia para Pontevel, por compra ou doação adquire bens consideraveis no sitio que se chama Alporão; a denominação usual do sitio é insensivelmente transmittida ao edificio dominial. Chama-se de Alporão como outras, e principaes, se denominam de Leça, do Crato, etc. São innumeraveis os exemplos analogos. Admira só que José Anastacio de Figueiredo, conhecendo estes diversos documentos, como conheceu porque em grande parte os colligiu e extractou, se não lembrasse de confrontal-os com os boatos em que unicamente se firmava o que a similhante respeito corria. Se o houvera feito, para logo lhe teriam lembrado estas obvias consideraçoens; e não deixaria certamente de fazel-o, se não fôra a excessiva confiança com que n'este ponto acceitou a authoridade do chronista seu predecessor, posto ao diante convencel-o «de crassa ignorancia».

A todas estas rasoens accresce outra não menos poderosa. Que D. Affonso Henriques, no primeiro periodo da conquista, confiou a defensão de Santarem aos monges soldados do Templo, é fóra de duvida, porque positivamente o attesta a carta de doação acima citada, e estava perfeitamente de accordo, já com as idéas do tempo, já com as necessidades da sua manifesta politica. Era além d'isso recompensa justa, pois que, segundo vimos da sua propria confissão, recebera no audaz commettimento cooperação efficaz d'aquella valente milicia. Sendo porém estes os factos averiguados, póde ter-se por

[1] Livro XI da Estrem.

crivel que um soberano tão experimentado introduzisse logo na villa, conjunctamente com os templarios, outra Ordem militar em tudo analoga? Para que aproximar corporaçoens rivaes, e suscitar ciumes escusados, quando se vê que os hospitalarios, não tendo concorrido á empresa pois que ninguem os menciona, mal podiam em tal caso allegar direito egual ao dos templarios? O que do tino e prudencia do filho de D. Tareja nos está demonstrado não permitte imputar-lhe similhante leviandade. Não parecerá antes provavel—tão provavel que bem póde acceitar-se como certo! — o haver sido a Ordem militar de S. João de Jerusalem, ou do Hospital, depois conhecida com o nome de Ordem de Malta, introduzida em Santarem exactamente para supprir os templarios, depois que estes foram guarnecer novos territorios em virtude da cessão do dominio ecclesiastico da villa, isto é depois de 1167?

Um filho natural de D. Affonso Henriques, D. Affonso de Portugal, exerceu o mestrado da Ordem de S. João de Jerusalem. Abdicando por desgostos, regressou ao reino já em tempo de D. Sancho I, e recolheu-se a Santarem, onde veiu a fallecer, sendo sepultado na casa commendataria. Este foi naturalmente senão o fundador d'essa casa, pelo menos o seu mais influente protector. O P.e Ignacio da Piedade trasladou o epitaphio do principe, que se lia no tumulo erigido na capella-mór do lado do Evangelho.[1] Pessoas das mais authorisa-

[1] A inscripção copiada pelo padre Ignacio da Piedade é como se segue: *aqui estão os ossos de D. Affonso de Portugal, filho delRey D. Affonso Henriques, que sendo Grão Mestre da Religião de S. João de Malta, renunciou a dignidade e falleceu n'esta villa no anno de* 1207, *logrando esta commenda que possue D. João de Sousa, o qual mandou fazer este letreiro para memoria d'este Principe, na era de mil seiscentos e cincoenta e quatro annos.*

Jorge Cardoso no Agiologio Lusitano cita outro epitaphio n'estes termos:

Quisquis ades, qui morte cadis, perlege plora.
Sum quod eris, fueram quod es, pro me præcor, ora.

das e esclarecidas da villa asseveram ter ainda lido aquella inscripção funeraria. Depois da guerra civil de 1833 achou-se na sachristia um tumulo monolitho, e dentro alguns ossos e duas esporas de ferro. Indicavam estas a qualidade do sepultado, provavelmente cavalleiro da Ordem. Taes particularidades porém em nada alteram, antes roboram as anteriores ponderaçoens.

Reuna-se e enfeixe-se agora quanto fica deduzido — indicios architectonicos, provas documentaes, confrontaçoens historicas. Tudo concorre para affirmar que, seja qual fôr a apparente caduquez do edificio, que bem póde imputar-se ao longo abandono, a época da sua fundação ha de necessariamente fixar-se entre fins do seculo XII e principios do XIII, podendo sem objecção reputar-se obra dos proprios hospitalarios, que ao diante a deixaram quando em Pontevel dispozeram mais commoda residencia.

É pois este edificio, com todas as probabilidades, — pela sua origem historica, memoria veneranda d'aquella milicia guerreira e monastica, destinada a symbolisar o esforço e a caridade; — pela sua feição artistica, exemplar curioso das primeiras balbuciaçoens da arte ogival na Peninsula.

Seriam necessarios outros titulos para o illustrar?

Este era provavelmente o primitivo, que o author do Agiologio teria visto antes de publicar a sua obra (em 1657) e foi depois substituido pelo que acima se lê. Dá probabilidades á supposição o estillo e rima latina do distico mortuario, que póde traduzir-se d'este modo:

> Ó tu que vens aqui, mortal, contempla e chora:
> Já fui qual és; qual sou serás: ajoelha e ora

Segundo o mesmo Jorge Cardoso por cima do distico havia o seguinte titulo: *In Era de MCCXXXXV* (anno de Christo 1207) *Kalendis Martii obiit F. Alphonsus, Magister Hospitalis Hierusalem.* É no essencial a confirmação do letreiro substituido. Naturalmente contemporaneas d'este, ou proximas, eram duas outras inscripções, uma fronteira ao tumulo citado, outra junta á pia da agua benta, as quaes por não serem renovadas não poderam ser lidas, o que indica talvez a inferior qualidade da pedra usada no edificio.

VII

Seja-nos licito repetir agora, e já com mais claro fundamento: as tradicçoens, que ácerca d'aquella casa tem longamente vogado, podem sem difficuldade considerar-se originadas da antiga torre, esmantellada por um novo genero de barbarie.

Verdadeiramente de lastimar é que a mão dos homens destruisse padrão de tão alta antiguidade, e por tanto de tão grande interesse archeologico, como tudo induz a persuadir que effectivamente era aquella torre!

Ha na villa a opinião de que este acto de vandalismo, que esquecera aos verdadeiros vandalos, fôra mandado executar por um juiz de fóra, ou provedor da commarca, — um dr. F. Rezende, — a fim de concertar algumas ruas com aquellas pedras de 18 seculos. N'uma relação muito competente, que tem todos os visos de exacta porque cita testimunhas vivas, acho outra explicação não menos curiosa.[1]

Nos ultimos annos do reinado da Senhora D. Maria I quiz esta soberana visitar Santarem. Para não subjeitar a etiqueta e apparato da solemnidade a algum lance inopinado, mandaram-se adiante com raro tino e previdencia as medidas do coche real. Apressou-se o zelo aulico, e deitou-se logo de rojo a pautar escrupulosamente o transito. No ponto denominado «Canto da Cruz» toparam-se uns angulos indiscretos, que tinham tido a ousadia de não adivinhar a augusta visita: cortaram-se os angulos. Passou-se ávante, e achou-se tão angustiada a passagem entre a torre das Cabaças e a de Alporão, que as authoridades attonitas sentiram os seus desinteressados alvoroços meio estrangulados nas estreitezas d'aquella gar-

[1] Dz.or J. A. Pereira, *Carta ácerca das antiguidades de Santarem (Panor.*, 1854.)

ganta insolente. Veiu porém o alvião providencial; a adullação arregaçou as mangas sem temor de comprometter a compostura; atirou-se com enfurecido desvello e assommada actividade a descravar e remover o pejamento, respeitado de tantas geraçoens n'aquella villa de reis; por fim teve a gloria invejavel de fazer rodar sem estorvo, por cima do brutal nivellamento, o coche da pobre Senhora, que naturalmente ficou sempre ignorando o quasi sacrilegio commettido em seu nome.

Estava rasa, como o bestunto de quem teve a lembrança, a obra provavel das cohortes de Cesar. Os notaveis do tempo haviam saudado a magestade pondo-lhe aos pés dos cavallos o tapete de taes ruinas!

Infeliz magestade ás vezes—muitas vezes!

Henrique Nunes, phot.

BASILICA DE SANCTA MARIA MAIOR (SÉ DE LISBOA).

V

BASILICA DE S.TA MARIA-MAIOR

(Sé de Lisboa)

I

A historia d'este edificio vae seguramente muito além da nascença da monarchia; as conjecturas sobre a sua origem e fundação entranham-se a perder de vista no periodo nebuloso e agitado dos primeiros seculos christãos; os seus caracteres actuaes mal podem revellar o segredo da sua primitiva structura, porque passaram ali repetidas catastrophes!

Posto ser o mais condecorado monumento religioso da capital, não sobram as noticias d'elle. Escassas, e entre si discordes, sam em verdade as que nos deixaram Miguel Leitão de Andrade, o beneficiado Bento Morgante, o padre Antonio de Carvalho, Oliveira Freire, o abbade Martim Carrilho, Luiz Marinho d'Azevedo, Garibay, Fr. Bernardo de Brito, Duarte Nunes de Leão, La Clède, Faria e Castro, Duarte Galvão, Fr. Leão de Santo Thomaz, Fr. Antonio Brandão, Fr. Nicolau de Santa Maria, o arcebispo D. Rodrigo da Cunha, e o beneficiado J. B. de Castro. Resume porém quanto póde a tal respeito consultar-se a douta e curiosa mono-

graphia do conego Luiz Duarte Vilella da Silva, annotada pelo cardeal S. Luiz.[1]

Se bem não poucas circumstancias essenciaes tenham n'esse trabalho ficado inevitavelmente obscuras, é elle todavia tam cabal quanto possivel, e por tal modo particularisado e minucioso, que dispensa larga descripção e novo estudo, salvo nos pontos controversos, que precisam ainda examinados, e poderão acaso ser esclarecidos.

II

Repetidas catastrophes, dissemos, passaram sobre a religiosa mansão. Passaram com effeito, e de diversas ordens. Passaram as convulsoens da natureza, passaram as convulsoens da sociedade. Deixaram-lhe aquellas as modificaçoens derivadas das suas ruinas; deixaram-lhe estas as impressoens procedentes das suas memorias. Sob o impulso destruidor das primeiras obliteraram-se as feiçoens de um passado interessante e remoto; sob a acção febril das segundas rejuvenesceram os fragmentos d'aquellas pedras com as tradiçoens que lhes vinculou o indomado vigor do sentimento nacional!

III

Percorre o antiquario o venerando monumento, e vae n'elle reconhecendo mutilaçoens successivas.

Em 1344 um terremoto derrocou o lanço principal, sobre tudo a capella-mór, que D. Affonso IV reedificou, assim como o claustro, e capellas onde se perpetuou o seu nome.[2] Grandissima devia de ser já áquelle tem-

[1] *Rev. Univ.*, 1857, n.os 1 a 22.
[2] Vilella, *Mem. ácerca da Sé de Lisboa*, cap. V.

po a antiguidade da edificação, pois que, apesar da sua solidez, parece ter sido a que então mais padeceu na cidade.

Em 1356 novo tremor de terra alluiu a obra reconstruida, fazendo-se tambem sentir o maior estrago no cruzeiro e no elevado zimborio que então o rematava.[1]

Pouco tempo depois uma violenta descarga electrica desmoronou totalmente esta parte do edificio, já tam profundamente abalado. O magnanimo rei D. João I remediou o mal,[2] levantando nova fabrica. Por essa occasião mandou este piedoso soberano assentar juntos ao lado do altar mór os tumulos do primeiro reedificador, e de sua mulher a rainha D. Brites ou Beatriz.[3]

As torres, como actualmente se vêem, attribuidas conjecturalmente a D. Fernando,[4] sam mais provavelmente do mesmo Affonso IV, por não ser natural que tam alterosas construcçoens, como se inculca terem sido essas, resistissem á tremenda commoção já referida, e ainda menos que, reedificando-se o interior, se deixasse tam longamente por terra a fachada. Segundo um desenho, que se affirma haver feito parte do cartorio dos jesuitas na casa professa de S. Roque,[5] as antigas torres compunham-se de diversos corpos, ou andares sobrepostos, terminando em agudos corucheus coroados de grimpas. Este indicio é precioso, como adiante se verá; e se fosse possivel descobrir ainda o desenho indicado, e verificar a sua authenticidade, tornar-se-hia um auxiliar aproveitavel no estudo da antiga structura. No mesmo caso está o famoso torreão central, de que Miguel Leitão de Andrade deixou singular memoria no seguinte

[1] J. B. de Castro, *Mappa de Port.*, Tom. III.
[2] Id., id.
[3] Ruy de Pina; *Chron;* Fr. Raf. de Jesus, *Mon. Lus.*, Part. VII; etc.
[4] Vilella, *loc. cit.*
[5] Id., id.

periodo: «sendo esta Sé de Lisboa um edificio tão no-«bre, é lastima vel-o assi, por sua antiguidade e extra-«ordinaria traça, e por aquella admiravel torre, que «tem no cruzeiro sobre os quatro pedestaes ou colum-«nas.» [1]

Com o pavoroso terremoto de 1755 cahiu novamente a cupula, desabando sobre a nave principal, rompendo a abobada, abrindo as paredes, alastrando de ruinas todo o pavimento. A torre do Sul veiu egualmente abaixo. Aos horrores do cataclysmo juntou-se a furia do incendio. As chammas devoraram parte das opulentas alfayas, e, perda irremediavel, o riquissimo cartorio, cujos documentos illustravam a longa historia da cathedral e da diocese lisbonense. Esta desgraça, coroando as mais, deixou sem explicação e sem memoria muitos pontos graves, e muitas particularidades interessantes.

IV

O chronologo, se examina as mais conspicuas authoridades, encontra já no IV seculo testimunhos authenticos da existencia d'esta diocese nos primeiros tempos da egreja.

Bispo de Lisboa era o celebre Potamio, que no anno 347 assistiu com Osio de Cordova ao concilio Sirmiense.[2] No concilio 3.º de Toledo (anno de 589) lê-se; *Paulus Olisiponensis ecclesiæ subscripsi;* no de Merida (anno de 666) encontra-se do mesmo modo assignado o nome do bispo Theodorico.[3] De oito d'esses prelados se podem vêr as irrecusaveis provas, já nas actas dos concilios nacio-

[1] *Miscelanea*, Dial. 2.º
[2] Cardeal S. Luiz, Nota 14.ª á Memoria de Vilella.
[3] Flores, *Hisp. Sagrad.*

naes, já nos decretos confirmatorios dos reis godos, dos fins do VII a principios do VIII seculo.[1]

Se não é pois facil acompanhar o arcebispo D. Rodrigo da Cunha[2] na pretenção, um pouco ambiciosa, de fazer a cadeira pontificia de Lisboa, na pessoa de S. Mansos, coetanea da promulgação do Evangelho, e se não podem ser recusados os graves argumentos que a tal pretenção oppoem J. B. de Castro,[3] sem contar uma superior attestação que de todo a torna inverosimil,[4] basta o exposto para mostrar evidentemente como, desde épocas remotas, se achava estabelecida na cidade uma circumscripção episcopal, e com ella, segundo todas as probabilidades, um correspondente edificio religioso.

Apesar das sanguinolentas contendas das varias tribus septentrionaes, que, inundando o imperio romano, se derramaram pela peninsula penetrando no coração da Lusitania, o dominio godo parece ter-se consolidado em Lisboa desde os meiados do seculo V.[5] No largo tempo de relativa tranquillidade que decorre até á invasão sarracena, bem plausivel é admittir já aqui, em honrae serviço das congregaçoens christans, o concurso das artes christianisadas, no periodo ingenuo do romão primordial.

A occupação arabe, segundo diversos e accordes indicios, teve em Lisboa uma influencia menos violenta e absoluta do que se suppoem, principalmente em materia religiosa, o que não é para estranhar, —primeiramente, attendendo á tolerancia que n'este ponto os mussulmanos costumavam usar com os que se lhes submettiam, —em segundo logar, considerando que a posição geogra-

[1] Padilha; *Hist. Eccl.*; *Acta conciliorum*; Fr. Bernardo de Brito, *Mon. Lusit.*; Marinho d'Azevedo, *Antig. de Lisb.*

[2] *Hist. Eccl. da Egrej. de Lisb.*

[3] *Map. de Port.*, Tom. III.

[4] *Acta Sanct.*, Tom. V.

[5] Idacio, *Chronicon.*; Jornandes, *Hist. Goth.*; Ammiano Marcellino, *Hist.*

phica da cidade, tam aberta e favoravel ao commercio, naturalmente aconselhava a conveniencia de a conservar em tudo accessivel aos estrangeiros das diversas naçoens europeas, já na maior parte christans.

Com effeito, senhores os sarracenos de Hespanha, Lisboa, no anno de 716, rendeu-se-lhes por capitulação; mas estipulando expressamente o conservar livre a sua religião. [1] Verdade é que ulteriormente a oppressão se fez mais pesada, mas nada a caracterisa de perseguição religiosa. Eis o que a tal respeito muito ajuizadamente escreveu o sabio cardeal academico, frequente e merecidamente citado: «depois da invasão dos «arabes não consta de bispo algum de Lisboa; não é «comtudo inverosimil que algum, ou alguns houvesse, «como succedeu em outras cidades das Hispanhas, quan«do os povos, sujeitando-se á sua triste condição, pac«tuavam com os seus oppressores, e á custa de sacri«ficios obtinham d'elles o favor da tolerancia religiosa.» [2]

Que a Lisboa arabe, ao tempo da sua definitiva restauração, estava longe de qualquer vexação de fanatismo, prova-o uma testimunha presencial, cuja alta valia e decisiva importancia opportunamente se fará sobresahir. Referindo-se á cidade e sua grande população, essa testimunha expressa-se textualmente n'estes termos: «causa «tantæ multitudinis erat, quod *nullus ritus religionis «inter eos erat.*» [3] Quem tal particularidade refere pertencia á expedição dos crusados que tomara parte activa no assedio, e auxiliara na expugnação da cidade os homens d'armas d'elrei D. Affonso Henriques..

N'outro periodo compara este mesmo illustrado noticiador o pequeno numero relativo da guarnição com a cresci-

[1] J. B. de Castro.

[2] Nota 14.ª á *Mem.* de Vilella. «Não é inverosimil que no tempo do captiveiro dos mouros Lisboa tivesse bispo», diz o proprio Vilella.

[3] *Crucesignati Anglici Epistola de expugnatione Olisiponis.* (Alex. Herc., *Port. Mon. Hist.* — Collec. da Acad.)

da turba de habitantes. Não se conclue d'aqui naturalmente que a maioria d'estes se compunha de forasteiros? Não se infere do mesmo modo a debilidade do elemento nominalmente predominante? Não se está vendo emfim d'onde procede a dissolução de costumes, consequencia ordinaria do enfraquecimento do governo effectivo?

Uma curiosa passagem do orientalista Herbelot, [1] ainda que indirectamente, pode ter-se por confirmação da pintura feita pelo crusado inglez, cuja narrativa, concorda, no essencial do successo que minuciosamente relata, com outras authoridades não menos dignas de fé. [2]

Esta indifferença religiosa suppoem necessariamente ali a ausencia de incompatibilidade de crenças. Em taes circumstancias não repugna accreditar, antes se hade reconhecer summamente provavel, que a communidade christan se mantivesse, embora mais ou menos degenerada por esta laxidão, pela acção do tempo, e pelo contacto do islamismo. Consequentemente, não seria tambem estranho que se conservasse, em melhores ou peiores condiçoens, a casa, que era, ou fôra do seu culto.

Cumpre não menos ponderar que, por tres vezes, dos fins do VIII aos fins do IX seculo, a cidade foi entrada e temporariamente occupada pelos reis de Leão e das Asturias, chegando a ser de 13 annos a primeira d'estas occupaçoens, e a ultima por ventura ainda mais dilatada. Não era possivel, não era até natural, que

[1] *Biblioth. Orient.*

[2] O sr. Alexandre Herculano cita entre as fontes mais authorisadas em que se póde averiguar o relativo á tomada de Lisboa a *Epistola Arnulfi ad Milonem Episcopum Morinensem*, e o *Appendix ad Mariani Scoti Chronicon*, de Dodechino, por terem ambos estes escriptores presenciado os successos. (*Hist. de Port.*, vol. I, not. 22.ª) A epistola do crusado inglez está no mesmo caso, e é confirmada por aquelles documentos.

n'essas intermitencias de dominio, os reis christãos procurassem reanimar a fé, e restabelecer assim as instituiçoens com os monumentos da religião que os armava, e cujos interesses invocavam?

A seu tempo se verá qual póde ser a importancia d'estas consideraçoens na solução do difficil problema que ácerca do edificio pende indeciso.

Pelo que toca aos augmentos e explendor da diocese Lisbonense, subiu esta em cathegoria e jurisdicção, acompanhando a elevação e desenvolvimento da capital. D. João I conseguiu-lhe o titulo de Sé Metropolitana, elevando-a a arcebispado, e dando-lhe por suffraganeas as mitras de Lamego, Evora, Silves e Guarda. [1] O sr. D. João V, dispendendo thesouros, alcançou-lhe o predicamento de Basilica, [2] a fim de dividir a cidade em duas metropoles, oriental e occidental, divisão que devorou muito cabedal e pouco tempo se sustentou. [3]

V

Pára o verdadeiro e sincero patriota aos pés do antigo monumento, e recorda necessariamente como em duas épocas memoraveis, em 1383, em 1640, á volta d'elle se agitou o enthusiasmo popular, que o amor da independencia justamente inflammava. Dir-se-ha que n'aquella immovel magestade, imagem de incontrastavel perseverança, alguma cousa deixaram as vagas irritadas das tempestades revolucionarias, como o rochedo permanece inabalavel no meio das tormentas, ficando todavia crestado d'ellas e assignalado dos seus vestigios.

[1] Bulla do Sancto Padre Bonifacio IX, de 10 de Novembro de 1393.
[2] Bulla Aurea de Clemente XI de 7 de Novembro de 1716. A data que lhe atribue Vilella é equivoco manifesto.
[3] Bulla de Benedicto XIV de 13 de Novembro de 1740.

O edificio da Sé foi com effeito testimunha, a bem dizer ocular, do drama de 6 de Dezembro do primeiro dos annos referidos, drama tragicamente desenlaçado no proximo paço real; foi-o egualmente da insurreição que deu o throno ao Mestre de Aviz. Conturbaram-lhe o silencio augusto os delirios da plebe enfurecida. O bispo D. Martinho, suspeito por sua origem castelhana, e pagando com a vida o delicto de se oppor a que os sinos repicassem, sem lhe valer o caracter sagrado foi arremeçado do alto de uma das suas torres, com lastima de quantos desejavam o triumpho nacional puro de inuteis cruezas. [1]

Duzentos e cincoenta e sete annos depois, no 1.° do mesmo mez (mez providencial nos fastos da nossa autonomia) os seus portaes abriam-se de par em par ante a procissão de acção de graças, que celebrava o inopinado e feliz resgate!

No anno de 1640, o prelado metropolitano era deveras portuguez, portuguez de nascimento e de lei, amigo leal e dedicado do seu paiz, inacessivel a seducçoens e sugestoens, um dos fautores mais decididos do glorioso movimento. Havia elle recusado já a purpura cardinalicia com que lhe acenara Castella; fizera na vespera expor o sacramento na cathedral; e fora com todo o cabido orar ali pela revolução projectada. Era este o douto e ardente D. Rodrigo da Cunha, o chronista de seus antecessores, o publicista eloquente e convicto d'essa mesma revolução, cujos direitos proclamou e justificou. Levava em pessoa o crucifixo, acceitando assim publica e nobremente, no alvorecer incerto da insurreição, a cumplicidade do acto que promovera com zelloso affinco.

Chegando ao largo de Santo Antonio, o povo que o

[1] D. Rodrigo da Cunha, *Hist. da Egrej. de Lx.*; D. Luiz C. de Lima; Severim, etc.

conhecia e venerava, accumulando-se, ajoelha em torno ao illustre prelado, e pede-lhe em grandes vozes a benção pastoral, como para se fortalecer na começada empreza. N'isto, premeditação, accaso, ou prodigio, o braço do crucifixo desprega-se, e descahindo parece abençoar a multidão que se levanta electrisada.

Este crucifixo era o mesmo que o arcebispo de Braga D. Lourenço levara arvorado na batalha d'Aljubarrota![1] A responsabilidade, que o prelado lisbonense para si acceitára, mostrava assim querer o proprio ceu quinhoal-a, ratificando as antigas tradicçoens.

Por este modo presidiu a preclara metropolitana, espiritual e patrioticamente, aos primeiros passos da emancipação, contribuindo para estimulal-a.

Muitos *Te Deum* tem antes e depois soado n'aquellas venerandas abobadas; muitas cerimonias, inspiradas pelo enthusiasmo ou meramente determinadas pelo ritual, se tem celebrado no seu recinto. Nenhuma ficou ali irradiante como estas duas datas, pregadas como dois pharoes no frontão do edificio. Nenhuma, porque acima das ondas revoltas pelo temporal, acima de quaesquer desvarios passageiros, allumiarão ellas no perigo os que por ventura houverem ainda de navegar entre novos escolhos, — já guiando a derrota, já indicando o porto, já atrahindo os olhos e o espirito ao conforto e á esperança.

VI

Encontra o epigraphista na egreja, no claustro, nas capellas e suas dependencias, frequente occasião de exercer a curiosidade.

Entrando o portal, do lado direito, póde ler em

[1] Padre Theodosio de Santa Martha, *Elog. Hist. da casa de Marialva.*

estilo e caracteres gothicos, evidentemente posteriores á data, a inscripção em que se commemora que a cidade foi resgatada e restituida á fé, *fidei reddita*, no anno do Senhor 1147, dia de S. Chrispim. Na parede fronteira repetem-se os mesmos dizeres em italico, addicionados com um supplemento portuguez, onde se declara que no anno de 1654 se decifrara e traduzira aquelle letreiro:

O baptisterio, em que Santo Antonio recebeu as aguas purificadoras da Egreja, conserva o distico expressivo em que se perpetuou esta veneranda memoria:

Hic sacris lustratus aquis, Antonius orbem.
Luce beat, Paduam corpore, mente polum.

Nas paredes, nas sepulturas e tumulos que encerra o vasto edificio, numerosas epigraphes, algumas das quaes dignas de attenção, dam noticia dos prelados, dos cavalleiros, dos doutores, dos homens mais notaveis que ali jazem, bem como da fundação de algumas das capellas e outras particularidades.[1]

Um padrão erigido por detraz da capella mor conservou informação, circumstanciada da reedificação de D. Afonso IV, com a data de 1372, mas em portuguez muito mais moderno.

Entre os varoens singulares que n'estas inscripçoens se mencionam, tem logar distincto o afamado Diogo de Gouveia, honra das sciencias patrias no seculo XVI, que por muito tempo exerceu o eminente cargo de Reytor da Universidade de Paris, e foi conego da nossa cathedral; os arcebispos, D. João, o primeiro d'esta

[1] A memoria de Vilella dedica especialmente um cap. á transcripção d'estas inscripçoens. Podem ser ahi consultadas, e mais exactas se encontrarão algumas d'ellas na interessante e curiosissima *Collecção de epitaphios, inscripções e letreiros*, de A. J. Moreira (Mss. da Bibl. Nac., 9 vols.)

Sé, D. Miguel de Castro, D. Pedro, neto de D. Fernando I, D. Jorge d'Almeida, D. Fernando, da casa dos condes de Penella, cardeal D. Luiz de Souza, 19.° arcebispo, D. Martinho da Costa, que foi acompanhar a Saboya a infanta D. Beatriz filha d'elrei D. Manoel, D. João Manoel, vice-rei do reino em 1633, e D. Rodrigo da Cunha, chamado o Pae da patria; os bispos da antiga diocese D. João de Vasconcellos, fallecido em 1343, instituidor da capella de S. Sebastião, D. Matheus, contemporaneo de D. Affonso III pelos annos do 1255, e um dos expugnadores de Alcacer, D. Fernando, 29.° bispo em 1370 a 71; Bartholomeu Joannes, fundador da capella do seu nome, chamado em tempo de D. Affonso IV «o compadre d'elrei»; Lopo Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira de Aves, que em Avinhão recebeu das mãos do Papa Benedicto a Rosa de ouro; D. Pedro, filho d'elrei D. Diniz, (e não o conde D. Pedro de Barcellos, irmão bastardo d'este, como asseverou Masdeu, e como pretenderam Faria e Souza e outros); [1] a infanta D. Branca, primogenita de D. João I, que foi recolhida no tumulo de D. Affonso IV seu bisavô [2]; finalmente, como dito fica, este soberano e sua esposa. Jazem esses em tumulos separados; o do rei do lado do Evangelho, tendo as armas reaes, uma aguia por empresa com este moto: *altiora peto*, e o seguinte distico:

Alphonsus nomine quartus
Ordine septimus Portugaliæ Rex,
Obiit XXVIII. Maii MCCCLVII.
Priori tumulo terræmoto everso,
Huc translatus MDCCLXXXI

o da rainha ao lado da epistola, com as armas reaes

[1] Moreira, *Collecç. de epithaf.* (Mss. da Bibl. Nac.)
[2] Id., id.

de Portugal e Castella, por timbre uma phenix, e o seguinte epitaphio :

Beatrix Portugaliæ Regina
Alphonsi quarti Uxor
Obiit diæ XXV. Octobris anno MCCCLXI.
Priori tumulo terræmoto everso,
Huc translata MDCCLXXXI.

Os dois tumulos, antes do terremoto de 1755, estavam a par na mesma capella, lendo-se n'elles unicamente :

Alphonsus Nomine quartus
Ordine septimus Portugaliæ Rex

Beatrix Portugaliæ Regina,
Alphonsi quarti Uxor

Cobria os sepulchros e o quadro em que se via um anjo embocando o clarim, unico despojo que o rei acceitára da batalha de Salado, um magnifico pavilhão em que se liam os seguintes versos : [1]

Hœc tuba, quam Mauris Alphonsus Nomine quartus
Abstulit, ut fama primus in orbe foret ;
Dum resonat Regem, partumque a Rege triumphum,
Attamen Alphonsum surgere voce jubet.

No segundo botareu ou gigante, do lado do Norte, eram visiveis não ha muito, se o não sam ainda uns restos de inscripçoens gothicas, cercadas de lavores entre os quaes umas aves, tudo já mui carcomido e gasto da acção do tempo. Eram provavelmente pedras que tinham tido collocação no interior, e que, depois de algum dos desastres, mais naturalmente o de 1344, passaram a ser empregadas como simples materiaes na obra externa.

[1] J. B. de Castro, *Map. de Port.*, Tom. III.

Varias outras inscripçoens muraes tem sido tambem descubertas, mas tam apagadas da mão dos seculos, ou tam injuriadas da mão da ignorancia, que não podem ler-se.

N'este breve summario referimo-nos apenas ás principaes entre todas, porque muitas d'ellas não tem maior importancia. Quem as quizer ver na sua integra póde consultar o repositorio de Moreira,[1] anteriormente citado, o mais digno de fé que em tal genero possuimos. Esta vasta compilação traz geralmente as inscripçoens de que se occupa trasladadas com fidelidade, e muitos enganos de Vilella, acham-se ali competentemente corrigidos.

Convém todavia acautellar n'essa obra dois pontos.

Na epigraphe respectiva ao conego Antonio Tavares de Tavora, fallecido em 1642, que padecera grandes perseguiçoens por seguir o partido de D. Antonio, Prior do Crato, e na sua sepultura mandára inscrever a Bulla da sua justificação, falta o seguinte que se lê depois da mesma Bulla, e cabe aqui accrescentar:

«*Dilecto filio Antonio de Tavares canonico Ecclesiæ Ulixbonensis. Obiit mense Februarii XVIII, anno domini MDCXLII.*»

Em torno da lapida vê-se uma cadeia levantada na propria pedra, com os ultimos élos partidos, e por baixo: *Laquens contritus est.* Sobre a porta de entrada do sepulchro avultam as armas de familia: cinco estrellas em aspa; timbre um cavallo enfreado; por divisa: *in anathema oblivionis!*

No epitaphio de Lopo Fernandes Pacheco ha tambem um erro de data, e ácerca do seu jazigo ficaram omnissas algumas particularidades. A capella dos Santos Cosme e Damião, onde repousa o cavalleiro e D. Brazilda

[1] *Collecç. de epithaf.*, etc., Tom. III e IV.

sua mulher, é uma das Affonsinas, e acha-se hoje profanada. Os tumulos sam dois, um ao lado do Evangelho, outro ao da Epistola, com a respectiva figura em cima, de pouco polido lavor; a de Lopo Fernandes em acção de levar da espada, que tem a bainha envolta n'uma fita onde se lèem as palavras da Ave-Maria; a de D. Brazilda sustentando na mão um livro, com a oração dominical gravada em caracteres onciaes, toda cheia de abreviaturas e de siglas. A data da inscripção, que Moreira copiou MCCCLXXXVI, é em verdade 1387.[1]

Vilella transcreveu talvez em maior numero as inscripçoens da cathedral do que Moreira, e o anno d'esta vem ali exacto. Para compensação, decifrou quasi sempre peior. Por exemplo, no que toca a estes tumulos, a D. Brazilda chamou Maria, e Theresa Maria, provavelmente por confusão na leitura do letreiro sepulchral, de caracteres allemaens maiusculos ou monachaes.

Em todo o caso não poucas memorias estam archivadas n'aquelle vasto recinto, e a consulta d'ellas póde aproveitar, não só como attestação de veneranda antiguidade, mas ainda, em mais de uma circumstancia, como authentico subsidio historico!

VII

Poderá ainda o observador achar informação particularisada, e mais ou menos plausivel, de diversas curiosidades da illustre cathedral, — como os quadros não

[1] Devemos estas rectificaçoens á esclarecida cooperação do sr. J. G. Goes, distincto paleographo, que obsequiosamente se encarregou de ir pessoalmente verificar as mais importantes epigraphes, bem como ao especial favor do douto academico, Deão da Sé Patriarchal, o Ex.mo Sr. D. José de Lacerda, que em tal proposito se dignou auxilial-o e guial-o, com tam superior competencia como patriotica boa-vontade.

sem rasão atribuidos a Nuno Gonçalves e a Amaro do Valle, — o antigo sino do relojo, chamado sino de D. Fernando, d'onde talvez procedeu o suppor tambem feitura sua as torres—etc.; poderá examinar, averiguar, verificar tudo isto; mas no que mais importa ao respeitavel monumento, sobre a sua origem e fundação, achará a escuridão e a duvida.

A este ponto, pois, convém chamar, quanto possivel, a claridade.

Tres sam as opiniões que tem vogado entre os eruditos ácerca de quem seja o verdadeiro fundador da Sé de Lisboa.

Miguel Leitão de Andrade, e com elle o author da Corographia portugueza, A. d'Oliveira Freire,[1] o beneficiado Bento Morgante,[2] e D. Nicolau de Santa Maria[3] inclinam-se a que fosse levantada nos primeiros seculos da egreja; subdividindo-se ainda em dois este parecer, pois que uns suppoem o edificio obra romana do tempo do proprio Constantino Magno, primeiro imperador christão, outros atribuem-n'o aos suevos ou godos, e por tanto posterior á invasão das tribus do norte.

Garibay,[4] Martim Carrilho,[5] Marinho d'Azevedo,[6] Duarte Nunes de Leão, Damião Antonio, etc. sustentam que a egreja era já mesquita principal dos mussulmanos quando a cidade foi resgatada por D. Affonso Henriques, não fazendo este senão consagral-a mudando-lhe o destino e o culto.

Por ultimo, Vilella, firmando-se no extracto d'um apontamento do Livro velho da Sé, chamado Livro dos obi-

[1] *Descripç. Corogr. do Reino.*
[2] *Descripção funebre das Exeq. de D. João V.*
[3] *Chronica dos Coneg. Regr.*, Part. II.
[4] *Compend. Historial.*
[5] *Anal. Cronolog.*
[6] *Fundaç. de Lisb.*

tos, mencionado por Brandão,[1] Jorge Cardoso,[2] e Fr. Agostinho de Santa Maria;[3] no texto do Relatorio da trasladação do corpo de S. Vicente, pelo chantre Estevão, transcripto egualmente na Monarchia Lusitana e por D. Rodrigo da Cunha;[4] finalmente no testimunho da Chronica de Acenheiro,[5] authoridades que tem por inconcussas e incontroversas, dá como assente e indubitavel ter sido a cathedral lisbonense construcção exclusiva do primeiro rei portuguez.

Parece-me, com a devida venia, que o douto cathedratico se decidiu com excessiva promptidão, e que vale a pena examinar, de per si e mais detidamente, cada uma das tres opinioens.

Os que levaram ao tempo da Hispanha romana a origem d'esta edificação, e chegaram a crel-a obra do proprio imperador Constantino, isto é, dos principios do IV seculo, allegando a similhança do seu desenho interior com o da famosa Basilica de Santa Sophia de Constantinopola, de certo esqueceram, ou desconheceram algumas particularidades essenciaes.

Os monumentos religiosos dos primeiros seculos christãos eram geralmente acanhados e pouco solidos, pois que muitas vezes na sua construcção entrava a madeira como elemento dominante e quasi unico.[6] A basilica erigida por Constantino pertencia provavelmente a esta classe, visto que teve já de ser accrescentada e fortalecida por Constante seu filho, e duas vezes n'um seculo foi incendiada e restaurada, uma sob a dominação de Arcadio, outra sob a de Theodosio-o-Moço, até que, totalmente destruida no 5.º anno do imperio de

[1] *Monarch. Lusit.*, Part. III.
[2] *Agiol. Lusit.*, Tom. III.
[3] *Sanctuar. Mariano*, Tom. I.
[4] *Hist. Eccles. da Egr. de Lx.ª*
[5] *Inedit. da Acad.*, Tom. V.
[6] De Caumont, *Abécéd. d'Archeolog.*

Justiniano (532), este a refez de marmore e tijolo, erguendo-a com pasmosa magnificencia, e ampliando-a por novo risco.[1]

O desenho da obra de Constantino é pois ignorado, e apenas se conjectura que fosse imitado do da egreja antiga de S. Pedro de Roma, construcção do mesmo imperador, mandada levantar no proprio logar em que o Santo Apostolo padecera martyrio, junto ás muralhas do circo de Nero,[2] a qual egreja tinha cinco naves, e no mais offerecia todos os caracteres das primeiras basilicas latinas, transformadas e apropriadas ao novo culto, como já se expoz.[3]

A basilica de Santa Sophia, reedificada por Justiniano, é um immenso edificio quadrado, com uma vasta cupola ao centro suspensa sobre quatro arcadas de volta inteira, que assentam em egual numero de pilastras, dispostas de maneira que figuram a cruz grega.[4] As varandas interiores da nossa cathedral, posto haverem servido para motivar a similhança imaginada por alguns escriptores, estam todavia muito longe das formosas galerias sobrepostas da grande basilica oriental.[5]

O edificio da Sé ainda hoje apresenta a feição mais geral das basilicas primitivas, isto é, a divisão interna da egreja em tres partes deseguaes, no sentido longitudinal, por meio dos dois renques de columnas, divisão todavia já modificada com as amplificaçoens lateraes do cruzeiro, peculiares ás egrejas do Occidente a começar do v seculo.[6] Esta feição porém é commum a

[1] Nicéphoro Callixto, *Hist. Eccles.*
[2] P. Buonanni, *Templ. Vatic. Hist.*; Costaguti, *Archit. della Basil. di S. Pietr. in Vatic.*
[3] Vide *Monum. Nac.*, IV, *Alpor.*
[4] Banduri, *Imp. Orient.*
[5] Id., id.
[6] De Caumont, *loc. cit.*

muitas cathedraes de origem relativamente moderna, e só por si nada conclue.

Se não parece plausivel que as tribus da primeira invasão septentrional fossem as fundadoras d'este edificio, attenta a ferocidade e rudeza dos alanos, apenas semi-christãos, que foram os que principalmente senhorearam o territorio da Lusitania, não se póde dizer o mesmo dos godos mais cultos e sociaveis; sobretudo dès que, por fins do VI seculo, abjurando Recaredo o arianismo, a religião catholica se tornou a da monarchia goda, e o clero, fazendo-se preponderante, começou a ter no paiz uma influencia que se não limitava ás cousas religiosas.

Perante as generalidades da historia esta opinião não encontra por tanto repugnancias. Os godos foram na Peninsula reconstituida a bem dizer os herdeiros da civilisação romana. D'elles aprenderam artes e leis, a que applicaram o cunho da sua indole e costumes. Já Leovegildo, pae de Recaredo, recebia em seus paços toletanos os grandes, os bispos e o povo, sentado n'um solio magnifico, empunhando o sceptro, vestindo o manto, cingindo a corôa, ostentando todas as pompas da magestade oppulenta.[1]

N'isto se haviam convertido os chefes guerreiros das hordas barbaras. O desenvolvimento intellectual seguira de parte a policiação dos costumes. A nação teve chronistas instruidos, desde Paulo Orosio, que testimunhou como a Peninsula de romana se fizera goda, até Isidoro de Beja, que presenciou a sua transformação de goda em arabe. A mesma poesia, apesar de parecer naturalmente futil em tempos como aquelles, achou no author do Hexaemeron, ou os Seis dias da creação, em Orencio de Illiberis, em Eugenio III de Toledo engenhosos affei-

[1] Viclarense, *Chronic.*

*

çoados. Com o famoso collegio de Sevilha adiantaram-se os prelados godos nove seculos á criação dos seminarios decretada em Trento. Os concilios de Toledo, de Braga, e de Mérida, foram outros tantos focos de luz. Nas sciencias canonicas e theologicas, na lithurgia e na philosophia moral, floresceram homens taes como Leandro de Sevilha, Julião de Toledo, Braulio de Saragoça, Toribio de Astorga, Martinho de Braga, e acima de todos o insigne Santo Isidoro, a quem os seus proprios emulos chamaram «doutor excellente», e que, na obra intitulada «Etymologia», manifesta para o seu tempo copia tal de conhecimentos, que um moderno escriptor a qualifica de «verdadeira encyclopedia.» Similhante desenvolvimento porém era relativo, e não deve d'aqui deduzir-se que esta fosse uma civilisação no apogeo.

N'aquella obra justamente trata o sabio prelado sevilhano das artes coévas, entre as quaes parece ter tido particular estimação a de colorir o vidro; e na propria legislação goda se acha a prova da grande quantidade de artistas estrangeiros que então nas Hispanhas residiam, pois que lhes concede juizes privativos, talvez a origem dos modernos consules.[1]

Sendo este o adiantamento da sociedade na Peninsula, ao passo que por fins do seculo VI em França se conferiam ordens sacras a pessoas que nem sabiam ler,[2] e em Italia, no ultimo quartel do VII, um Papa se queixava de não ter individuo bastante instruido para enviar como nuncio a Constantinopola,[3] não seria para admirar que um monumento, mais importante do que outros coetaneos, fosse elevado por suas mãos; muito menos sendo esse um edificio religioso, e por isso conforme á indole ascética d'essa sociedade, cujas gran-

[1] *Fuero Juzgo, Lib. XI,* Titul. III.
[2] *Concil. Narbon,* Canon. XI.
[3] Agathon, *Epistol.*

des assembléas ecclesiasticas, se não eram inteiramente o modello das modernas côrtes, exerciam todavia as mais graves funcções politicas. [1]

Só pois a investigação artistica poderá pôr duvidas sérias áquelle parecer, certificando que, posto haverem effectivamente os godos fabricado muitas egrejas, pouquissimas d'estas se conservam; [2] só a archeologia architectural póde com fundamento impugnal-o, examinando o aparelho do edificio, isto é, a disposição dos seus materiaes, e verificando como n'elle se não encontra o especial systema e ordennança que pelo commum caracterisa as construcçoens do estillo romão primordial, periodo a que responde a época da dominação goda.

Alguns escriptores nacionaes, seguindo Miguel Leitão d'Andrade, tem por inadmissivel a opinião de que o edificio da Sé podesse ter sido mesquita de mouros, fundando-se principalmente nas seguintes razões: 1.ª por ser esse edificio orientado de Poente a Levante; 2.ª, por ter cruzeiro; 3.ª, por não se achar no seu recinto letreiro algum arabigo, e só inscripçoens latinas, entre as quaes algumas de grande antiguidade; 4.ª, por que, prohibindo a lei de Mahomet a pintura ou esculptura de animaes, arvores, ou folhas, e vendo-se algumas esculpturas e pinturas d'este genero nos capiteis das columnas e em outras partes do edificio, esta circumstancia no seu entender significa absoluta impossibilidade de origem ou applicação mussulmana.

Estas objecçoens tem muito menos peso do que poderá acaso imaginar-se.

Não poucas egrejas, existentes ao tempo da invasão sarracena, converteram os conquistadores em mesquitas, sem que servisse de obstaculo a sua orientação e

[1] Marina, *Teoria de las Cortes*; Sempère, *Hist. del Derech.*; Lafuente, *Hist. Gen.*

[2] Ponz, *Viaj. de Esp.*

disposição interna, prova de serem elles n'esta parte menos exigentes do que os suppoem. Taes foram, entre outras, a que actualmente se denomina Christo de la Luz, a de Santa Maria la Blanca, e a de San Roman, todas de fórma analoga á das antigas basilicas, de trez naves, e ornamentadas no estillo byzantino [1] A cathedral de Toledo, posto existir já, no seculo VI, como consta de uma lapida authentica, serviu de mesquita maior aos mouros, que a melhoraram e accrescentaram consideravelmente, e volvendo depois ao dominio christão foi de novo consagrada ao culto sem notaveis modificaçoens, até que por ultimo se reconstruiu pelo systema ogival. [2] A' grande mesquita de Cordova, fundada pelos proprios sarracenos logo nos primeiros annos da conquista (786), segundo o testimunho de um escriptor arabe davam accesso dezoito portas, nove das quaes a Poente e nove a Levante, [3] cumprindo aqui notar que o seu magnificente fundador, o kalifa Abderahman, percorrendo parte da velha Lusitania, mandou levantar no Porto, em Braga, em Coimbra, em Santarem, e em Lisboa, não só aljamas, que eram como os paços do concelho no systema politico-religioso dos sarracenos, mas ainda mesquitas proporcionadas á grandeza e importancia de cada uma d'estas povoaçoens [4] A mesquita de Cordova, dividida em muitas naves, foi evidentemente modelada pelo plano geral das basilicas antigas [5] Quando o kalifa Walid erigiu a grande mesquita de Damasco (705) deixou comprehendida no vasto recinto a anterior egreja de S. João, cujas trez naves subsistem na sua disposição primitiva. [6] Se o culto mahometano fosse a tal ponto in-

[1] Becquer, *Hist. de los templ. de Esp.*
[2] Assas, *Cathedr. de Toledo.*
[3] Lafuente, *loc. cit.*
[4] Conde, *Hist. de la dominaç. de las arab. en Esp.*
[5] Ramée, *Hist. Gen. de l'Archit.*
[6] Id., id.

compativel com as condicçoens mais genericas dos edificios religiosos do christianismo, ter-se-hiam dado estes exemplos?

A falta de lettreiros arabigos, e a presença de inscripçoens latinas, ainda menos se ha de ter por concludente, pois que seguramente o primeiro cuidado dos restauradores christãos seria apagar todos os vestigios da procedencia ou da profanação mussulmana, mormente os d'esta natureza tam faceis de eliminar ou substituir. Accresce que, ao tempo em que Miguel Leitão escrevia, já aquella construcção havia sido duas vezes revolvida até aos fundamentos, o que bastaria para sepultar esses vestigios, quando algum podesse ter escapado á proscripção religiosa. Quanto ás inscripções latinas, naturalmente procuradas e restauradas pela veneração, com tanto empenho quanto seria o desprezo votado ás outras que em tal logar seriam consideradas sacrilegas, o peso de cinco seculos bastava para lhes dar o aspecto vetusto que o previnido antiquario pondéra, ainda quando não fossem além da época da reconquista.

Sabido já então egualmente como em grande parte este edificio fôra reconstruido no seculo XIV, a allegação do cruzeiro, suppondo não existirem as rasoens geraes acima compendiadas, seria aqui sem valor, por que evidentemente os reedificadores dariam á egreja a feição mais conveniente e conforme ao seu novo destino.

Contra a asserção da total incompatibilidade de esculpturas e pinturas representando animaes ou folhas, protestam — o bem conhecido pateo dos leoens na Alhambra, monumento do XIV seculo, — o Alcaçar de Sevilha, do mesmo periodo, onde os capiteis são todos imitados do antigo, — e os das columnas interiores da já citada mesquita de Cordova, que se ornam geralmente do acantho da ordem corinthia.[1]

[1] Murphy, *The Arabian antiquities of Span.*

Importa ainda recordar que a architectura mahometana, como já se demonstrou,[1] não procedeu de um grande sentimento popular, não tem um cunho de verdadeira originalidade. É apenas uma derivação da arte byzantina, que depois exagera com a ardencia propria de espirito oriental. Na Arabia não ha monumentos arabes. A mesquita de Mahomet II, na capital dos sultoens, posto ser do XV seculo, é ainda edificada pelo artista grego Christodulo. A necessidade de levantar edificios só se faz sentir áquelle povo nómada e guerreiro quando assenta pé nas suas conquistas; e ahi recorre forçosamente ás artes dos vencidos.

Este inevitavel influxo é visivel na Hispanha, como em todas as outras regioens que a torrente agarena percorreu no impetuoso trasbordar. Nos primeiros seculos do seu dominio sobre tudo, os alarifes, ou architectos arabes, timidos nos ensaios, imitam o que encontram do estillo romão dominante, tomam por modellos os monumentos que se lhes offerecem aos olhos. É por isso que nas arcaduras arabes do IX e X seculo se encontra mais de uma vez a ornamentação roman, que justamente abunda n'essas imagens reputadas inconciliaveis com o seu culto, como se vê nas construcçoens do VI seculo em Ravenna e nos capiteis merovingianos achados em Grenoble e em Poitiers.

Temos em ultimo logar o parecer, que dá como provado ter sido este monumento construido *a fundamentis* por D. Affonso I, parecer accreditado e diffundido modernamente pela monographia de Vilella[2] Estriba-se, como se disse, tal opinião, tida geralmente por definitiva, no testimunho da chronica de Acenheiro, do Livro dos obitos da Sé, e do Relatorio da trasladação do corpo de S. Vicente pelo chantre Estevão.

[1] Vide *Monum. Nac.*, IV, *Alpor.*
[2] *Mem. cit.*

O texto de Acenheiro, transcripto por Vilella, é o seguinte: «E loguo n'este comenos adoeceu o muito ca- «tolico Rey D. Affonso Énriquez, donde se finou em «Coymbra sendo da edade de *noventa e hum annos*; e «foi chamado Principe vinte e sete annos, avendo co- «renta e seis que fora levantado por Rey no campo de «Ourique, e assy que prouve a Nosso Senhor de o le- «var d'este mundo o nobre Catolico Rey D. Affonso «Enriquez o primeiro Rey de Portugal, que fez estas «cavallarias já ditas, e ainda o derradeiro anno da sua «vida venceu a Miramolym com treze reis mouros em «seu carro triumfal, e tomou todolos lugares da «Estremadura, e passou entre o Tejo, e Odiana, e to- «mou Evora, Serpa, Elvas e outros lugares. *Fez a Sée «de Lisboa*, etc.[1] »

O apontamento do Livro Velho da Sé, como Vilella o traslada reportando-se a Brandão, Jorge Cardoso, e Fr. Agostinho de Santa Maria, é do theor seguinte: «Idus Decembris sub E. MCCXXXIII obiit illustrissimus «Rex Portugalium Dominus Alphonsus an. *vitæ suæ 88.* «regni ejus 56. qui inter plurima inclita gesta Civita- «tem hanc a potestate sarracenorum eripuit, et operis «Ecclesiæ ad honorem Dei et B. Mariæ Virginis regali «munificentia extitit fundator et fautor.»

Se os dois testimunhos sam egualmente valiosos, como pretende o erudito que os invoca por decisivos, de que modo conciliar as mutuas e essenciaes divergencias de ambos ácerca da edade do soberano a que se referem? Dado que a affirmativa de um implique a demonstração do engano de outro, qual é o grau de credito que a este cabe nas demais circumstancias? Quan-

[1] Vilella transcreve incompleto este periodo, ommittindo a phrase «por que elle ficou por morte de seu pae de dezoito annos,» que se lê no texto da chronica, e torna ainda mais patente o equivoco d'esta authoridade, a que o auctor da Memoria dá tánto valor, e a sua contradicção com o *Liv. dos obit.*

do ambos hajam desacertado, que fé ham-de ficar merecendo?

Se Vilella houvesse comparado com mais cuidado e menos prevenção, teria para logo feito este reparo, que pelo menos atenua ou invalida a importancia de um em relação a este ponto. O desejo porém de fortalecer a opinião preconcebida offusca os mais claros juizos, e faz com que se não exerça uma critica sufficientemente rigorosa para aquilatar como cumpre a authenticidade das provas. Vilella olhou só ao facto que o interessava, e não applicou as indispensaveis regras hermeneuticas aos caracteres genericos dos documentos que lhe pareceu deverem cortar a pendencia.

D'esta mesma preoccupação vem provavelmente o ter copiado com tal precipitação ou descuido o extracto do Livro Velho, que lhe errou a era, pondo MCCXXXIII (anno de Christo 1195) em logar de MCCXXII (anno de 1184), que é a que se encontra, tanto no texto impresso a pag. 674 do 3.º volume do «Agiologio Lusitano» de Jorge Cardoso, como no «Sanctuario Mariano», de Fr. Agostinho de Santa Maria, dois dos escriptores de que se abona na citação d'esse texto; cumprindo advertir que a data, como vem em ambos, ainda mais aggrava a disparidade entre o Livro dos obitos e a Chronica de Acenheiro. Na edade do soberano se enganou egualmente o douto conego, pois que escreve «vitæ suæ 86» em quanto Cardoso traslada: «vitæ suæ 78». Factor e não fautor diz tambem o «Agiologio». Equivocos taes e tam frequentes inculcam manifestamente que não houve a necessaria attenção e escrupulo no exame das provas apresentadas, e portanto que sem rasão bastante se encareceu a sua valia.

Verifiquemos ainda mais.

Vilella não viu de certo no original o texto do Livro

dos obitos, primò porque julga necessario roborar a citação com as authoridades já mencionadas,[1] secundò porque naturalmente esse Livro foi consumido no incendio do cartorio em 1755.[2] O extracto publicado por J. Cardoso differe como já se viu. O douto Brandão apenas de passagem se lhe refere, posto ser tam affeiçoado á transcripção integral dos documentos importantes. Faltam pois áquelle texto as principaes condiçoens de authenticidade que lhe podiam dar peso.

Por outro lado, sendo a data averiguada da morte de D. Affonso Henriques 6 de dezembro de 1185, e o numero de annos do seu governo, como infante e principe 12, e como rei 45,[3] o apontamento, tanto na versão de Vilella como na de Cardoso, affasta-se das relaçoens coetaneas mais authorisádas,[4] justamente nas circumstancias capitaes do successo apontado, tornando-se por isso suspeita a sua genuidade, sem contar a linguagem do extracto, que um pouco destoa da rude concisão usual nos parcos memorandos d'aquelle tempo.

[1] J. B. de Castro, reportando-se ao texto publicado no *Sanctuar. Marian.*, designa o tom. VII d'esta obra, onde elle se não encontra. É engano. Vem no Tom. I, pag. 27.

[2] D'isto parece prova concludente que o mestre de investigaçoens J. Pedro Ribeiro, no vol. v das suas *Dissert. Chronol. e critic.* (Dissert. 22 ª, Collecç. da Acad.), indicando as fontes a que recorrera para fixar as épocas de governo dos prelados de Lisboa, e citando a cada passo antigos Livros de obitos, assim o de S. Vicente de Fóra como os dois do Mosteiro de Moreira, não faça a mais leve menção d'este da Sé, que em tal ponto do seu assumpto era certamente o primeiro que havia de consultar, se no seu tempo existisse. Concorre tambem para inculcar a pouca significação do extracto, impresso no *Agiolog.*, e repetido no *Sanct. Mar.*, o não alludir a elle, na determinação do anno do fallecimento do primeiro rei, tam grave e seguro escriptor como o sr. A. Herculano, o criador da nossa historia, sobretudo discrepando o apontamento publicado das authoridades de que o mesmo escriptor se serviu. Se os erros que se encontram n'esse impresso provém de má interpretação do perdido original, e impericia do copista, isso bastará para lhe tirar aqui a importancia que se lhe quiz dar.

[3] Alexandre Herculano, *Hist. de Port.*, Tom. I, L.° 2.°

[4] *Chron. Conimbr.*, extractada por Herculano.

Não menor vicio infirma e exauthora no caso subjeito a narração de Acenheiro, que escrevia tres seculos e meio depois da morte de D. Affonso, e evidentemente se guiava pela tradicção commum, como está indicando a particularidade phantasiosa do carro triumphal.

D'este modo desapparece o valor com menos seguro criterio attribuido a duas das authoridades que faziam força na asserção.

A terceira, o Relatorio do chantre Estevão, deverá reputar-se mais grave, e poderia effectivamente acceitar-se como deveras importante, se não achasse diante de si duvidas fundadas, e sobre tudo uma authoridade superior.

A narração de Estevão é com effeito bastante chegada aos successos da reconquista de Lisboa, bem que esse escriptor não os presenciasse, como parece inculcar Vilella.[1] servindo-se das palavras do arcebispo D. Rodrigo da Cunha,[2] e confundindo o facto da trasladação do corpo de S. Vicente com o da fundação da cathedral. Convém pois não despresar o periodo da sobredita narração, que é em verdade o que mais tem contribuido para dar a D. Affonso Henriques as honras exclusivas d'aquella construcção, e se exprime pelo theor seguinte:

«Gaudet et insuper Ecclesiam quam ipse ad honorem «Dei, et memoriam Beatæ Virginis Mariæ constituit, «et ditavit, manuque propria, sumptuque fundatam ædi-«ficavit, et beneficiis amplioribus successu temporis, «ædificatam profecto dotabit.»

Vertendo a passagem acima, e alludindo claramente á Sé de Lisboa, o arcebispo D. Rodrigo da Cunha, latinista excellente, diz «que o rei de seus proprios fundamentos a levantára.»

[1] *Memor.*
[2] *Hist. Eccles. de Lx.ª*

Terminante parece pois o documento que Fr. Antonio Brandão copiou com muitas viciaçoens, mas que n'esta parte, concorda inteiramente com o texto accuradissimo ultimamente publicado pela Academia das Sciencias, sob a zelosa e esclarecida direcção do sr. Alexandre Herculano.[1]

Confrontando porém esta declaração com as mais antigas chronicas, e as que se referem com maior larguesa aos successos da conquista e seus resultados, mal se comprehende o silencio d'estas ácerca da tal fundação, quando tam explicitamente mencionam a do mosteiro de S. Vicente e a da egreja dos Martyres. O «Indiculum fundationis Monasterii Sancti Vicenti,» chronicon importante de Santa Cruz, provavelmente do seculo XIII, é totalmente ommisso a respeito da construcção da Sé, com ser uma cathedral, e só por esta qualidade bem mais importante do que o edificio dos Martyres. A «Chronica de S. Vicente», paraphrase do Indiculo, e texto do seculo XIV, poem na bocca do proprio D. Affonso estas palavras:

«Bispo, eu edifiquey em esta cidade dous mosteiros «em tempo que eramos em oste sobre a dita cidade.»

Mais adiante accrescenta:

«E feito esto disse elrei ao dito bispo (Gilberto, já «nomeado pelo soberano) em como queria dotar a egre«ja de Santa Maria dos Marteres: — E depois que es«to houver feito nos ditos mosteiros, quero logo partir «(repartir) com a egreja cathedral que ha de ser em «esta cidade de Lisboa, etc.»

Ácerca das outras duas casas religiosas a expressão é terminante: «edifiquei», isto é, comecei a edificar, por que ao tempo em que se figura pronunciada a phrase, immediatamente á entrada na cidade, ainda essas edi-

[1] *Port. Monum. Hist.*

ficaçoens não podiam estar concluidas. Referindo-se á cathedral, o termo é pelo menos ambiguo: «ha de ser.» Este *ha de ser* não significaria antes a jurisdicção e jerarchia, ainda dependente da confirmação de Roma, do que uma construcção projectada? Parece apoiar esta interpretação outro periodo da mesma Chronica, que é como se segue:

«E depois que o muy nobre rey dom Afonso todo «esto ouue ordenado em que maneira a terra e outrosi «a dita cidade (Lisboa) fosse poboada, fez vir a seu «conselho todas aquellas naçoens dos christãaos que «com el eram na dita cidade, e disse-lhes assi: — Ami«gos, vós bem sabedes em como eu atáaqui ordenei e «destrebuy os beens temporaes a todos vós outros: e «ora nos he compridoiro de auermos de tornar ao ser«uiço de Deos, e fazer em esta nobre cidade egreja «cathedral, e enlegermos bispo e pastor que aja de ser «prelado e regedor das nossas almas, e ordenador da «dita egreja e crelizia della.»

Fazer egreja cathedral não será aqui instituir Sé correspondente a uma nova diocese? Não estarão indicando tam natural significado aquell'outras palavras «e elegermos bispo»? Não seriam estas palavras, mal interpretadas, a origem da tradicção vulgar, e não determinariam ellas a formula repetida por Acenheiro?

«Mas o texto é positivo!» dirão. Todavia esse texto nunca de todo convenceu os mais illustrados espiritos. Fr. Antonio Brandão, apesar de transcrevel-o, foge-lhe a penna para esta duvida: «o modo antigo da construcção persuade ter sido mesquita de mouros.»[1] Antonio Paes Viegas, posto opinar que D. Affonso «fundou a Egreja-Maior» n'outra parte deixa cahir «sagrou a mesquita.»[2] Jorge Cardoso, sem embargo das authoridades

[1] *Mon. Lus.*, Part. III.
[2] *Principios del Regn. de Port.*

contrarias, mostra-se pelo menos perplexo quando repete «sagrou a mesquita»[1] D. Nicolau de Santa Maria quasi nem vacilla onde diz: «restituiu á egreja principal da cidade a dignidade episcopal.»[2] Finalmente E. Garibay affirma resolutamente: «fez cathedral a mesquita.» A phrase da chronica de S. Vicente reproduz-se explicada no douto e atilado historiador!

Eis-aqui porém uma authoridade que termina de vez todas as hesitaçoens. Posto que o chantre Estevão escrevesse em época pouco affastada da reconquista, a sua exposição, ainda quando se julgue immediata ao acto da trasladação que relata, (1173), é já do tempo do bispo D. Alvaro, successor de Gilberto, e dista 26 annos pelo menos da restauração da cidade. N'esses 26 annos, no meio da obscuridade dos tempos, na infancia tempestuosa d'uma sociedade como era então aquella, bem podia haver-se já começado a diffundir uma errada opinião, tanto mais quanto o clero, dependente da munificencia do rei conquistador, lucrava em lisongeal-o pessoalmente encarecendo-lhe as glorias, e não menos em estimular com o exemplo das suas magnificencias a generosidade dos seus successores. Fr. Rafael de Jesus escreveu tambem que D. Affonso IV levantou «a fundamentos» a capella mór![3]

A testimunha que vem esclarecer-nos é verdadeira testimunha. Não foi só contemporaneo; assistiu aos acontecimentos que poem em memoria; teve papel activo no grande drama cuja desenlace conta; achou-se presente nos actos e logares a que se refere. O seu texto é claro, acha-se devidamente authenticado, concorda com outros não menos authorisados e com muitas circumstancias notorias. A critica mais severa é

[1] *Agiolog. Lusitan.*, III.
[2] *Chron. dos Coneg. Regrant.*
[3] *Monarch. Lusit.*, Part. VII.

forçada a reconhecer-lhe condiçoens de credito infinitamente superiores ás que se dam no author do Relatorio da trasladação. É esse testimunho o do cruzado inglez, que esteve na expugnação da cidade, e a que já anteriormente se fez referencia. Expressa-se elle n'estes termos:

«Die veró qua omnium memoria sanctorum celebra-«tur, ad laudem et honorem nominis Christi et sanctis-«simæ ejus genitricis *purificatum est templum* ab archie-«piscopo et coepiscopis IIII, et *reparatar inibi sedes «episcopatus*, etc.»[1]

«No dia em que se celebra a festa de todos os «Santos, em honra e louvor do nome de Jesu Christo, «e de Sua Mãe Santissima, *foi purificado o templo* pelo «arcebispo acompanhado de quatro bispos, *e n'elle se «restabeleceu a Sé episcopal.*»

Um arcebispo e tres bispos acompanhavam effectivamente D. Affonso no assedio de Lisboa: o arcebispo era o de Braga, o famoso D João Peculiar; os bispos eram o do Porto, o do Lamego, o de Vizeu. O quarto, aqui mencionado como co-officiante no acto, era Gilberto, nomeado para a nova diocese já depois de entrada a cidade.

Havia sido esta rendida a 21 de outubro. Nada mais natural do que fixar-se para tal cerimonia a mais proxima solemnidade da egreja, como era a do 1.° de novembro. Nem os nove ou dez dias, que decorrem, podem parecer de mais para dispor o necessario, n'uma povoação que em cinco mezes consecutivos padecera as estreitezas de um cerco e os horrores de uma lucta porfiada.

Tudo aqui se ajusta, tudo se explica, tudo é natu-

[1] *Crucesignati Anglici Epist. de expugnatione Olisip.* (A. Hercul., *Port. Monum. Hist.* — Collecç. da Acad.)

ral. Para nada faltar, até o que das antigas dimensoens do edificio se tem hoje podido colher vem a achar-se conforme ao precioso texto. Segundo a descripção do proprio Vilella, que n'esta parte merece pleno credito como curioso, e familiar com a casa, essas dimensoens eram muito mais vastas que as actuaes. Atraz da capella-mór existem ainda os embasamentos em que se estribavam os arcos de prolongação da abobada. Nas salas dos conegos e officinas interiores tem apparecido troços de columnas. As capellas affonsinas communicavam com a egreja, e na actual sachristia continuavam as capellas. É pois evidente que se effectuou notavel reducção no edificio, caso nada novo, e vê-se que o seu ambito era dos mais consideraveis. «O que não padece duvida — conclue Villela — é constar elle de cinco naves.» [1] O cruzado inglez, descrevendo o que vira na cidade depois do assalto e entrega, e referindo-se ao principal templo d'ella, diz textualmente:

«.... in eorum templum quod *VII columpnarum ordinibus* cum tot cumalis in altum consurgit....»

Haverá a tal distancia de seculos, mais positiva, mais insuspeita, e mais completa confirmação?

Póde pois sem temeridade affirmar-se que a fundação d'este monumento é indubitavelmente anterior á restauração da cidade por D. Affonso I.

VIII

D'aqui para diante só conjecturas, mais ou menos fundadas em probabilidades.

Os edificios d'esta classe não sam de ordinario obra de uma geração, nem ainda de um seculo. Summamen-

[1] *Memor.*, Cap. V.

te difficil é pois discernir as suas feiçoens originaes e caracteristicas atravez das modificaçoens que lhes imprimiu, ou no principal ou nos accessorios, cada idéa cada systema, cada escóla. Quanto mais remotos mais repetidas tem sido necessariamente essas modificaçoens, quando mais não seja, para atalhar ou remediar os estragos do tempo. Se ardua é pois na generalidade a decifração do typo primordial de taes construcçoens, que n'estas successivas mudanças vem muita vez a perder-se, impossivel se ha de reconhecer onde, além da commum instabilidade dos homens e da acção dissolvente dos seculos, tres grandes convulsoens do solo baralharam e confundiram todos os elementos primitivos.

Fundada uma diocese em Lisboa, e desaffrontadas as christandades da sanguinolenta oppressão do paganismo, natural era levantar-se egreja, ou apropriar ao culto algum dos edificios romanos, que o imperador Constantino a esse fim applicára (as antigas basilicas tribunaes). Não deve portanto parecer impossivel ter sido esta a origem longinqua do monumento, depois transformado.

Restaurado na Peninsula goda o catholicismo apoz a longa perseguição dos reis arianos, crescendo e dominando a influencia do alto clero, é tambem provavel que se multiplicassem e augmentassem as construcçoens religiosas, e n'este caso os prelados de Lisboa não deixariam de seguir o exemplo. Cumpre todavia repetir que raros monumentos dos godos subsistem hoje na Peninsula, e esses, como a basilica de Santa Eulalia de Toledo, do VII seculo, de aspecto semi-rustico, e nunca de grandes dimensoens.[1]

Conservando a congregação christan de Lisboa a liberdade do culto, conforme as estipulaçoens da sua

[1] Becquer, *Hist. de los templ. de Esp.*

entrega ao conquistador sarraceno, sendo naturalmente essa congregação rica pelo commercio favorecido da posição geographica, e ainda por virtude d'esta achando-se em permanentes e faceis relaçoens com o movimento europeu, não admira que o templo fosse ampliado e melhorado ainda sob o dominio dos mouros, sem totalmente se desviar do serviço catholico, posto que este viesse a entibiar-se em consequencia das causas já atraz indicadas. Os termos do texto acima citado (onde este diz: «foi purificado o templo») não destroem, como póde parecer, esta inducção a que não falta a authoridade do exemplo. Não destroem, porque o mesmo texto, n'outro paragrapho, pinta com terriveis côres as abominaçoens e catastrophes que n'esse recinto haviam accumulado as cruezas da guerra; e para a restauração do culto tanto devia ser elle purificado d'estas profanaçoens, como das praticas do rito execrado. Nos dois periodos mais demorados da temporaria occupação asturo-leonesa, os da cidade seriam provavelmente estimulados por homens novos, animados de fervor religioso, e, apezar das guerras continuas, é bem de presumir que não deixasse então de merecer sérias attençoens o principal templo de tal provação. Portanto não repugna absolutamente admittir que o primitivo edificio se fosse desenvolvendo, em intervallos favoraveis, pela acção privativa do christianismo, desde o VIII até ao XII seculo, o que resolveria muitas duvidas.

Diz-nos a historia, como já se viu, que o sumptuoso fundador do kalifado de Cordova mandára levantar em Lisboa aljama e mesquita.[1] Seria tambem de todo inverosimil que este fosse o edificio de Abderahman, quer por elle erigido de novo, quer ampliado da egreja christan, como outros muitos na Peninsula? A aljama costu-

[1] Conde, *loc. cit.*

mava ficar nas immediaçoens da mesquita maior, quando não communicava com ella, ou d'ella fazia parte. O bairro contiguo á Sé ainda hoje com leve alteração se chama Alfama, nome que muito bem podia herdar transmittido da casa consistorial da cidade arabe.[1]

Escolha quem quizer entre estas hypotheses, que todas ellas vam por diversos caminhos dar á mesma solução: origem remota e obscura; transformaçoens successivas e diversas.

IX

Se fosse exacto, como asseveram Jorge Cardoso e outros, que nas reconstrucçoens se respeitára sempre a traça anterior, algumas indicaçoens mais positivas poderia obter uma laboriosa investigação archeologica. Tal affirmação não parece porém compativel com a reducção manifesta que teve o edificio. Esta reducção necessariamente alterou as proporçoens do todo, as relaçoens das diversas partes entre si, as linhas e os caracteres geraes, actuando inevitavelmente no proprio exterior.

O que pela escripta consta do desenho das antigas torres tende a caracterisal-as como construcção do XII ou XIII seculo. Seria porém necessario ter presente esse desenho, para se poder tirar alguma conclusão plausivel da sua comparação com a actualidade do edificio, pois que não poucas vezes taes construcçoens

[1] O arabista Fr. João de Souza, nos seus *Vestigios da Ling. arabig. em Port.*, deriva o nome de Alfama de «alhama», couto ou lugar de refugio, e n'essa interpretação concorda Viterbo; mas Souza muita vez diverge d'este, e outro arabista, Fr. José de Santo Antonio Moura, nas annotaçoes ao primeiro, affasta se de ambos n'aquelle ponto, derivando Alfama, addiccionado o artigo, de «hamma», fonte quente, caldas. Phonicamente, Alfama tanto póde vir de «alhama» ou «al-hamma» como de «aljama», e a favor d'esta ultima origem não militam menos poderosos argumentos. Bergança chama positivamente á Alfama «juncta do consistorio», o que roborá e mais authorisa a conjectura exposta.

sam muito posteriores ao monumento a que as aggregaram.

Effectivamente, só do VIII ao IX seculo o augmento de volume dos sinos determinou a necessidade dos campanarios nas egrejas. O primeiro que se construiu na propria capital do christianismo foi na basilica de S. Pedro, por ordem do Papa Estevam III [1] Os architectos, receiosos ainda, collocavam-n'os ao lado das egrejas, e separados. A sua associação aos edificios religiosos começa apenas nos principios do seculo XI, e ainda então pouco elevados, permanecendo hoje incompletos muitos, não só d'essa época, mas das seguintes. Do seculo XII é a sua collocação aos lados do portal. Pelo correr d'esta edade foi-se ganhando ousadia com a experiencia, e levantaram-n'os em corpos sobrepostos, ou andares, accrescentados ás bases existentes, [2] posto que não cheguem ao seu inteiro desenvolvimento senão do seculo XIII por diante.

Convem aqui advertir que a menção do desenho especifica exactamente a divisão das torres em andares. Seria essa uma das obras naturalmente emprehendidas por D. Affonso Henriques para melhorar, apropriar ou enobrecer o edificio, como estava pedindo a cathegoria que lhe dera? Nada contraria a supposição.

O torreão central assente sobre as pilastras do cruzeiro, de que falla Miguel Leitão de Andrade, concorda com os que ainda hoje apresentam alguns monumentos do XII seculo. Não seria essa construcção tambem um addicionamento do restaurador com o mesmo intuito? Não seria essa a traça que se diz reproduzida nas duas reedificaçoens ulteriores, sem o que não teria chegado até ao escriptor que se lhe refere? Não seria esta pro-

[1] «Stephanus III, an. D 770, fecit super basilicam Sancti Petri turrem «in qua tres posuit campanas etc.» (Anastacio, *in vita Stephani III.*

[2] De Caumont, *Era roman secundaria.*

jecção, talvez excessiva para os antigos supportes, a causa principal da reiterada ruina em todos os trez abalos, ruina — pondere-se! — procedente sempre d'esta parte do edificio? Não daria finalmente o conjuncto d'estes accrescentamentos, ou apropriaçoens, occasião e pretexto para se atribuir áquelle soberano a exclusiva fundação da cathedral? Não faltam, ao que parece, probabilidades a taes inferencias, e forçoso é recorrer a estas para nos aproximarmos da verdade, quando faltam provas mais terminantes.

As confusas e mescladas feiçoens actuaes do edificio que poderão dizer? Não sam já de certo as primitivas, e se alguma resta acha-se desfigurada. É porém provavel que entre estas subsista uma ou outra das que necessariamente lhę imprimiria o primeiro restaurador.

A época de D. Affonso I é porém para a architectura uma época de transicção. Desponta hesitante o systema ogival; revoluciona-se e transforma-se o romão no seu ultimo periodo. A luneta ou espelho (*rosace*), criada no seculo XI para dar luz á nave central, o campanario, as portas da entrada principal levadas ao numero symbolico de tres, começaram já a metamorphosear o typo generico da antiga basilica; mas ainda não está definido o novo estillo.[1] Quando pois, n'uma ou n'outra parte, principal ou secundaria, effectivamente se conserve alguma cousa do anterior, como determinar com segurança o que pertence a um periodo tam variavel e incerto?

Uma reflexão occorre porém: a fachada, que hoje se vê, nem dá suspeitas da ogiva, que no tempo do reedificador Affonso IV dominava sem opposição. Distingue-se ella pela quasi rude sobriedade, e todavia está longe do rusticismo dos monumentos godo-romãos. Occupan-

[1] Gaillabaud, *L'Architect. du* V *au* XVI *siecl.*; John Britton, *Dictionnary of the Architect. and Archoel. of the Middl. Ag.*

do quasi todo o espaço entre as duas torres de aspecto macisso, o arco do portal, de volta inteira, é singelo, assim como a luneta, mas tem magestosa elegancia. [1] Pena é que estampilhassem esta frontaria austera com a sacadinha e as janellinhas modernas, que de modo tão deploravel lhe cortam a decorosa harmonia, e parecem estar ali boçalmente motejando aquella hombridade veneranda. Como que faz lembrar um adereço de capelista sobre o arnez de ferro de um guerreiro ancião vestido em suas armas. Dirieis tambem uma nota desafinada n'uma symphonia de Beethoven!

O interior — o corpo da egreja principalmente —, com a solemnidade das suas grandes linhas, tem o dom de attrahir a alma e de inspirar o que quer que seja de mystico e profundo. Não se póde entrar ali sem verdadeiro sentimento de respeito, o que nem sempre succede em mais primorosas edificaçoens.

Na ultima e recentissima restauração perpetrada na gloriosa cathedral, julgou-se conveniente alegrar-lhe de mais luz o recinto!

Francamente, preferiamos a esta innovação prazenteira o antigo tom mysterioso, aquella penumbra augusta, que tão bem se casa ao recolhimento e á meditação!

Tal porém como existe, e sem embargo das repetidas deformaçoens, a Sé de Lisboa, pela sua antiquissima origem, pelas suas respeitaveis memorias, pelo seu caracter monumental, é ainda um dos mais nobres edificios se de que pode desvanecer a capital do reino!

[1] Esta fachada é a que a nossa photographia representa, e que só poude ser obtida com grande custo, em rasão da difficuldade de collocar convenientemente a machina.

PROVAS SUPPLEMENTARES

RELATIVAS Á

BASILICA DE SANTA MARIA MAIOR

(SÉ DE LISBOA)

Na *Primeira parte das antiguidades da mui nobre cidade de Lixboa* [1], pelo licenciado Antonio Coelho Gasco, capitulo 68, acha-se o periodo seguinte, que em tudo fortalece a opinião anteriormente emittida ácerca da procedencia e origem do venerando monumento:

«Tomada Lixboa, o virtuozo, e sancto Rey, se foy «apousentar nos passos delrej mouro, que são hoje os «d'Alcaceva, nome corrupto de alcaçer, que quer dizer, «em lingoa Arabea, Castello. E á mesquita dos mouros, «que estaua dentro nesta alcaceua, a mandou sanctifi-«car, e alimpar, e chamou-lhe Sancta Cruz, por amor «do dia da tomada desta Cidade. Despois que a sancti-

[1] Mss. da Bibliothec. Nac., copioso em noticias. Deve de ter sido composto por principios do seculo XVII, pois que o author, que segundo Diogo Barbosa Machado morreu no Pará em 1666, o dedica ao principe de Parma, Odoardo, ou Eduardo Farnesio, fallecido em 1646, como se vê nos *Annaes* de Muratori.

«ficarão, ficou nella o Bispo Dõ Gilberto, a quem o mes-«mo rey tinha dado o Bispado, onde ficou o Bispo re-«sidindo, athe se reparar a See, *que era a Mesquita môr*, «por estar inmunda dos barbaros.»

O texto que fica transcripto vai plenamente de accordo com a relação contemporanea apresentada no precedente fasciculo [1], roborando-a com lhe accrescentar algumas particularidades em extremo plausiveis.

A aposentação temporaria na alcaçova, ou castello, e a sagração de Santa Cruz, que ainda hoje conserva o nome, sam circumstancias summamente verosimeis, vista a necessidade, aqui tambem reconhecida, de preparar e purificar a mesquita principal da cidade para o restabelecimento da Sé episcopal n'esse edificio.

Que effectivamente foi só de dias a residencia jurisdiccional do prelado em Santa Cruz, é egualmente confirmado no capitulo 75 da mesma obra, no qual capitulo se encontra o claro trecho que vai ler-se:

«Tanto que se alimpou *a mesquita maior* desta Cidad', «que agora he a *See Cathedral della*, cellebrou o sancto «rey Dom Affonso, hua grãd', e solemn' procissão co' «muyta Cleregia e Bispos; indo todos vestidos de ricas «capas, de flores e boninas coroados, indo elrey em-«pessoa nella, com a mais victoriosa gent', asi decava-«lo, como depé, hião todos postos em sua ordem mili-«tar, com suas lustrosas e victoriosas bandeiras alevan-«tadas, e co' as muytas que alcançarão dos mouros ar-«rastadas, e leuadas pelos mais honrrados captivos que «nesta gloriosa empresa tomarão. Acompanhauão tao bem «a tal solemn' procissão os soldados estrangeiros, e fi-

[1] Mon. Nac., V, *Crucesignati Angelici Epist., De expugtione Olisip.*

«dalguos de Monsiur Guilherm' de Lõga espada, seu ca-«pitão General, Dom Childe Rolim, Dom Liberch, e Dom «Liguel, e outros muytos grandes senhores della, e ca-«pitães, com muytos trombetas, sacabuxas, e atabales, «e entrarão com grand' triumpho *na Mesquista maior*, «e logo pelos Bispos com muytas lagrimas, e demais «povo, foj *consagrada e dedicada á Virgem Sacratissima «Senhora Nossa*, etc.»

*

Henrique Nunes, phot.

TORRE DE S. VICENTE DE BELEM

VI

TORRE DE S. VICENTE DE BELEM

I

Fez já nove annos, por occasião de lavrar em nome do paiz um protesto solemne contra um acto violento, a mão que escreve estas linhas traçava as seguintes modestas strophes, inspiradas pelo justamente indignado sentimento nacional:[1]

..... Belem, sentinella
Solitaria do Rastello,
Padrão glorioso e bello
Da nossa edade mais bella!
D'essas rendadas ameias
Espreitas as vellas cheias
Dos galeoens d'alem mar?
Não; que o teu vulto guerreiro
Ficou só. Mas o estrangeiro
Ha-de inclinar-se ao passar!

Ergueu-te ahi, monumento,
O braço que o ignoto Oriente

[1] Pavilh. negr., a proposito das reclamaçoens francesas ácerca do navio *Charles et George*.

Deu ao mundo de presente
Co'o sangue, que é teu cimento.
Para que a data ficasse,
Esculpiu-te sobre a face
O rijo ferro de Ormuz
(Brasão que inda assombra as eras!)
As quinas sobre as espheras,
E por cima... só a cruz!

Antes que as armas perfilles
Ao Franko, diz' que mysterio
Te abriu de Alexandre o imperio
Ganho co'as armas de Achilles;
Como viste ante as armadas
Cem nações ajoelhadas
Ao portuguez pavilhão,
Quando ia, as ondas fendendo,
Povos e mares varrendo
Do Zaire além de Ceylão.

Brada-lhe mais: «Vinte frotas
«Impelli, com fim diverso,
«Para os confins do Universo,
«Traçando novas derrotas.
«Quando voltavam cad'anno,
«Vinham, — dos feudos do oceano
«Cheios da quilha ao convez —
«Gemendo os baixeis profundos;
«E armas e dons de dois mundos
«Trazia o mar a meus pés.

«Os meus nautas, vendo os lares
«No pendão das caravellas,
«Crusavam, rindo, as procellas
«Quer dos homens, quer dos mares.
«D'essa illustre e forte raça
«Conto o destino a quem passa.
«Vedeta de um povo rei,
«Eu sou a torre princesa:
«Excedi Tyro e Veneza,
«Carthago e Roma egualei.

«Hoje, pálida memoria,
«Com o gesto de um proscripto
«Cinjo aos hombros de granito
«O manto da minha gloria.
«Resta-me só, é verdade,
«Esta herança e a da saudade;
«Mas, na fronte marcial,
«D'outros tempos pregoeira,
«Conservo a livre bandeira
«Como uma flor virginal!

A guerreira visinha do sumptuoso monumento manuelino, a gloriosa testimunha de esplendidos feitos e longos desastres, a antiga sentinella do Rastello emfim, ahi está ainda, restituida ao primitivo e desassombrado primor, e em estado de conservação bastante para dar idéa cabal da traça originaria!

II

Na épocca da sua construcção, a fortaleza de Belem, destinada a cruzar os fogos com a torre velha levantada por D. João I, erguia-se inteiramente das ondas;[1] hoje levanta-se na extremidade do pontal de areia, que a revessa das agoas com o tempo lhe formou ao sopé.

Diversas edificaçoens, accessorias e desgraciosas, lhe tinham sido successivamente addicionadas, sem nenhum sentimento do bello nem a minima relação com o primordial plano architectonico, sem gosto e sem arte, indignando justamente os que ainda respeitavam o engenho e a gloria, e em homenagem aos vestigios do

[1] Certifica-o positivamente Damião de Goes, que assim se exprime: «de«fronte d'este edificio (Jeronymos) mandou el-rei fazer a torre de S. Vi«cente que se chama de Bethelem, *fundada dentro na aguoa* etc.»

saber e á magestade das tradicçoens protestavam contra os vandalismos da ignorancia.[1]

O chumaço e o reboco haviam effectivamente tentado o possivel para desfigurar a torre de Belem, como desfiguraram o mosteiro. Se em grande parte porém o conseguiram, amputando e entupindo em varios pontos aquelle feixe de lavores, lançado á beira do rio como joia de pedra cahida ao diadema da cidade, não lograram todavia destroçar o monumento de tal modo que ficasse de todo impossivel a sua restauração.

Os justos brados e queixumes, que a imprensa esclarecida fizera ouvir em 1840, não soaram baldadamente.

[1] No *Panorama* de 1860 (Tomo IV, N.° 73) encontra-se o significativo periodo que vai lêr-se: «este edificio acha-se hoje entulhado com casas e remendos bem caiados». Foi essa profanação que certamente fez exclamar ao sempre chorado visconde d'Almeida Garrett, alludindo ao mesmo edificio: «é o primeiro edital que está á entrada de Lisboa para dizer ao estrangeiro que chega — aqui moram barbaros!» — O consciencioso investigador, o sr. Vilhena Barbosa (*Arch. Pit.*, vol. IV), d'este modo especifica as alteraçoens effectuadas: «na lucta do prin-«cipio d'este seculo com os francezes, construio-se, juncto da torre de «Belem, o forte do Bom Successo, e, infelizmente, querendo-se ada-«ptar o monumento manuelino ao serviço da guerra, fizeram-lhe extra-«ordinario destroço nos seus principaes ornamentos; mutilaram, reduzin-«do a meia altura, as ameias e guaritas que cercam a bateria superior; «edificaram na plataforma d'esta bateria uma casa de dois pavimentos «para quartel da guarnição, obstruindo assim quasi todo aquelle espa-«çoso eirado; desfizeram as pyramides e mais ornatos das grades de «pedra que circumdam a grande abertura que está no centro d'aquella «plataforma, e que dá luz para a bateria inferior, e taparam com alve-«naria os sete arcos da varanda do primeiro andar da torre, bem como «a maior parte das janellas dos outros andares.» Esta informação, já pela authoridade da pessoa, já pelas indicaçoens da boa rasão, é de todo o ponto digna de fé. Entretanto vem a proposito mencionar que n'uma das gravuras que ornam a obra de Colmenar, intitulada *Annaes de Hisp. e Port.* (Tom. III), gravura dos meiados do seculo XVIII (1741), se vê já a plataforma obstruida e a frente de edificio remendada de casaria irregular, provavelmente quarteis tambem. É possivel que estas obras accessorias fossem renovadas ou ampliadas no principio d'este seculo, e para o fim citado, o que tudo concilia. Convirá porém ficar-se sabendo que o emplastamento fora já começado antes, e acaso sem a mesma justificação.

Em 1845, sendo ministro da guerra e governador da torre o illustre marechal duque da Terceira, a quem tanto deveu a patria e a liberdade, foram emfim ordenados os trabalhos d'aquella restauração, e levados a cabo em 1846, sob a activa e intelligente direcção do coronel de engenharia Antonio de Azevedo e Cunha,[1] que reconstituiu o edificio, e o refez com muito acerto e proficiencia, segundo a sua antiga e bellissima feição.

Entre os principaes escriptores que mais particularmente se tem occupado da torre de Belem, contam-se o insigne sr. Rebello da Silva[2], e o douto sr. Vilhena Barbosa[3], já citado. No volume IV do *Panorama* (1840) acha-se um desenho representando o estado da torre n'aquella épocca.

A photographia, que d'este fasciculo faz parte, apresenta o lado norte do monumento no seu estado actual. Um lançar de olhos bastará para apreciar o esbelto e elegante de suas linhas. A face que olha ao rio é mais ornada e superior em magestade.

A cantaria das quadrellas tem duas braças de espessura.[4] Esta robustez de muralhas, excepcional ao tempo da fundação, em presença do desenvolvimento da artilheria de bater tornou-se hoje nulla para a defeza.

Considerada pois como fortificação, a torre de Belem pouco vale ao presente. O que d'ella poderia ainda militarmente servir com proveito, é o que menos se recommenda aos olhos.

Com effeito, só a bateria á flor d'agoa, sendo munida de projectis convenientes, e acaso dos ventiladores poderosos que provavelmente lhe serão indispensaveis, po-

[1] Contas do Minist. da Guer. de 1847.
[2] Arch. Univ. vol. III.
[3] Arch. Pit. *loc. cit.*
[4] Panor., *loc. cit.*

deria ainda efficazmente offender as esquadras que lograssem atravessar a barra.

As cortinas do edificio, em quasi todos os angulos, sam rematadas por guaritas de pedra, curiosamente abertas e lavradas. As ameias tem por ornamento uniforme o escudo com a cruz de Christo. Abundam dentro e fóra os rendados e os relevos em bossetes e floroens.

Seguindo o systema das praças de guerra da Meia-Edade, o alto adarve superior assenta sobre uma larga fieira de cachorros de pedra, de excellente effeito, no intervallo dos quaes ficam as aberturas perpendiculares, ou agulheiros *(machicoulis)*, destinados a despedir virotes e outros arremessos, bem como preparados inflammaveis e materias incandescentes, sobre o inimigo que, tendo entrado o baluarte inferior, se aproximasse á raiz do corpo principal. Um amplo eirado ou miradouro corôa a fortaleza, cujas metas sam esculpidas como o resto. A galleria do primeiro andar, e as demais janellas em arcadas, são de grande formosura.

É ainda notavel, no piso nobre, a sala denominada «Regia», que abre sobre a varanda que deita para o rio, por cima da qual se vêem as armas de Portugal e as divisas do sr. D. Manoel. É uma grande casa quadrada, com o tecto elliptico. D'aqui procede que dois individuos, collocando-se em cantos oppostos e mutuamente correspondentes, se fallarem com o rosto contra a parede, podem entre si conversar em voz baixa ouvindo-se perfeitamente, sem que outra pessoa collocada no meio, e por tanto mais proxima de ambos, perceba o que dizem. No pavimento subterraneo de Mafra ha tambem uma salla com a mesma particularidade, que as sabidas leis da acustica muito facilmente explicam.

III

O governo da torre de Belem foi até ha pouco tempo considerado entre os de maior preeminencia militar. Provinha isso, não da importancia actual d'aquella fortificação, mas das grandes tradicçoens que lhe andam vinculadas, se não dos grossos emolumentos annexos ao cargo. Todos os navios, fosse qual fosse o seu lote, no acto de sahirem, eram obrigados a pagar para a torre 3$800 rs., dos quaes 1$600 rs. liquidos tocavam ao governador.[1] Esta portagem anachronica, sem rasão de ser e com seu sabor de feudal, só veiu a ser abolida em 1833, depois da restauração liberal.

A torre de Belem foi a primeira edificação intentada por el-rei D. Manoel,[2] sem ser, como o convento seu visinho, especial commemoração dos descobrimentos effectuados no Oriente.

Todavia é tambem singular padrão do estillo então dominante no reino, e mais um attestado valioso do adiantamento a que n'elle haviam chegado as artes.

IV

A historia da origem d'este monumento ha muito corre authentica e sem contrariedade, o que naturalmente a abrevia.

É author do risco o famoso Garcia de Rezende, o poeta chronista, que nos seguintes versos nos confirma

[1] Panor., *loc. cit.*

[2] Alguns escriptores pertendem que D. João II lhe havia já lançado os fundamentos. Segue este parecer o author da *Hist. e descripç.* do mosteiro de Belem, mss. citado pelo sr. Vilhena.

aquelle adiantamento, dando-nos clara prova da abundancia e variedade que então havia de bons artistas, e do apreço e estima em que eram tidos.[1]

«Pintores, luminadores
«Agora no cume estão,
«Ourivizes, escultores
«Sam mais sotis, e melhores
«Que quantos passados são:
«Vimos o grão Michael,
«Alberto e Raphael,
«E em Portugal ha taes,
«Tam grandes e naturaes,
«Que vem quasi ao olivel.

Garcia de Rezende, se copiosas attestaçoens não illudem, era da grande familia dos Alberto Durer e dos Miguel Angelo, que a sua lyra celebrava. O secretario particular, ou pagem da escrivaninha, de D. João II, cultivava com talento egual as musas, as letras, e as artes.[2] Como historiographo, temos d'elle a Chronica do seu regio patrono[3], o relatorio da trasladação do corpo d'este para o mosteiro da Batalha, a descripção da ida da infanta D. Beatriz para Saboya, etc; como poeta o Cancioneiro, repositario precioso, e a Miscellanea, curiosissima collecção de rimas em que fielmente se retratam os costumes contemporaneos; como architecto e engenheiro,

[1] *Miscellanea* (edicç. de 1752).
[2] Raczynski, *Diction. hist. artist.*
[3] N'esta Chronica, segundo o parecer do sr. Innocencio *(Dicc. bibliogr.*, tomo III) G. de Rezende copiou em grande parte a Ruy de Pina. Effectivamente, cotejando com aquella a Chronica d'este relativa ao mesmo reinado de D. João II, já escripta posto que muito posteriormente publicada (1792, *Ineditos da Hist. port.*, collecção de Acad.) encontram-se tam frequentes e manifestos plagiatos, que não podem ser attribuidos a acaso. Se tal aberração é porém lastimavel, não invalida ella todavia as altas faculdades do individuo, provadas n'outras obras e narrativas, e mais especialmente no Cancioneiro Geral.

o magnifico monumento que ainda attrahe a attenção e justifica o louvor.

Deve crer-se que estas variadas prendas não bastaram para lhe occupar a actividade, pois que o achamos incluido na lista dos pintores nacionaes [1], mencionado ainda como tangedor ou musico da côrte [2], e a final empregado por el-rei D. Manuel, na qualidade de secretario de embaixada em Roma, com Tristão da Cunha, junto ao Summo Padre Leão X, apreciador competente de homens de merito. [3]

[1] Vicente Cardunho, *Dial. de la pint.* (1633) — J. da Cunha Taborda, *Ens. pict.* menciona tambem o nosso Rezende como desenhador, e Ferdinand Denis, um dos estrangeiros melhor informados das nossas cousas, chama-lhe o chronista por excellencia dos fins do seculo XIV, e habil architecto.

[2] Na Noticia da Vid. e Obr. de G. de Rezende, pelos srs. Castilhos, (*Livrar. Class.*, tomo X) lê-se: «não só á historia e poesia se appli-«cou, segundo nos estam declarando os documentos, se não tambem «á musica e ao desenho em que foi primoroso para o seu tempo.» — Gil Vicente, contemporaneo de Rezende, e provavelmente seu camarada no Paço, diz d'elle graciosamente:

«E Garcia de Rezende,
«Feito peixe tamboril,
«E inda que tudo entende,
«Irá dizendo por onde:
«Quem me dera um arrabil!»

J. M. da Costa e Silva, no *Ens. biogr. e crit.* (Tom. I) plenamente confirma as authorisadas indicações precedentes. No *Catal. de auth.*, que precede o começo do *Dicc. da Acad.*, vê-se que Duarte de Rezende, enviando-lhe a traducção dos *Tractados de Cicero*, o consulta como um dos (então) mestres da lingua «segundo per o que falla, e per as «obras que escreve e compoem», d'onde bem se infere o apreço e estimação em que era tido. Na sequencia do já mencionado capitulo CLXXXI da *Chron.*, alludindo ás prendas de musico, o proprio Rezende estampa: «e «por que eu começava de tanger bem, me mandava ensinar, (el-rei) e «me ouvia muitas vezes na sesta, e de noute na cama, e me gabava tan-«to e tantas vezes, que eu não cuidava em outra cousa senão em ser-«vir, e aprender.»

[3] Damião de Goes, *Chron. de D. Manuel*, Part. III. O texto de Goes que formalmente diz: «com esta embaixada partiu Tristão da Cunha «de Lisboa per mar, levando par accessores os doutores Diogo Pacheco «e José de Faria, e por secretario Garcia de Rezende», refuta positiva-

Que o poeta chronista era effectivamente bom desenhador, elle mesmo nol-o communica sem hesitação, como quem tinha consciencia do proprio valor, e andava affeito a reconhecerem-lh'o. No capitulo CCI da Chronica acima citada claramente o diz n'estes termos: «E eu «debuxava muito bem, e elle (el-rei D. João II) folgaua «muito com isso, e me occupaua sempre, e muitas ve- «zes o fazia perante elle em cousas que me elle man- «daua fazer, etc.»

D'aqui se vê tambem quanto o sollicito rei lhe avaliava e utilisava as diversas capacidades.

Fica anteriormente indicado que a torre de Belem, posto edificada em tempo do sr. D. Manoel, não foi, como se podéra crêr, padrão memorativo do prospero exito das navegaçoens emprehendidas no reinado d'este soberano. Não foi de certo, pois que a encontramos já projectada e traçada em vida do sr. D. João II; isto é, annos antes da primeira expedição de Vasco da Gama.

No ultimo periodo do illustrado governo d'este principe incansavel o movimento maritimo era já grande no Tejo, e tendia a crescer. Nada mais natural do que pensar elle em proteger e segurar, por meio de fortificaçoens respeitaveis, o surgidouro de Belem, onde então ancoravam as frotas de commercio. Outras construcçoens analogas certificam este pensamento. [1]

D'ahi nasceu evidentemente a idéa e plano do monumento, que ao successor deixou com grande instancia recommendado, e a este, como outras muitas cousas, coube fazer executar.

mente a affirmação do P.e Balthasar Guerreiro, que, na *Corôa gloriosa*, attribuiu aquella embaixada a Duarte Galvão perante Julio II. Além de Goes merecer mais fé, desnecessario será apurar a differença de versão, que não influe no essencial do facto aqui significativo.

[1] No intuito de deffender as boccas do rio, edificára já tambem D. João II a torre de Cascaes e a de Caparica, acima referida no texto. (Rez., *Chron.*, loc. cit.)

Prova até agora não contrariada d'esta origem, e ao mesmo passo designação formal de quem foi o primeiro author do risco, é ainda o trecho que vae lêr-se, fielmente extrahido do capitulo CLXXXI da chronica já referida: «e tinha ordenado de fazer (el-rei D. João II) «uma forte fortaleza, onde está a fermosa torre de Be«lem, que elrei dom Manoel, que santa gloria aja, man«dou fazer, para que a fortaleza de uma parte e a tor«re (de Caparica) da outra tolhessem a entrada do rio. «A qual fortaleza eu por seu mandado debuxei, e com «elle ordenei a sua vontade.»

Ainda que posteriormente o architecto dos Jeronymos, (como parece provavel, considerando o aspecto do monumento) interviesse pelo menos na ornamentação, — este contemporaneo e publico testimunho, de homem tal, collocado em tal posição, parece decisivo, sobre tudo não apparecendo protesto em contrario ou documento que annulle esse testimunho.

Além pois do valor intrinseco do monumento, — além das grandes memorias successivas n'elle como representadas, — além da admiravel previdencia que inspirou a sua feitura, advinhando já no seculo XIV os destinos do Tejo no seculo XV, destinos tam altos como desaproveitados, — concorre para recommendar a torre de Belem á attenção e veneração geral, esta particularidade de ser concepção militar de um principe como D. João II, e concepção artistica de um engenho como Garcia de Rezende!

V

A torre de Belem — licito será insistir-se — tal como é, de pouco poderá servir no systema de defesa do porto.

Não poderia aproveitar-se-lhe o recinto para n'elle se instituir um museu technico, recolhendo-se dos differentes pontos do reino, onde jazem dispersos, colligindo-se e archivando-se ali, como em local apropriadissimo, todos os padroens, modellos, armamentos, machinas, e utensilios bellicos, dos diversos seculos, classificado tudo, distribuido tudo chronologicamente, de modo que podesse aproveitar ao estudo da historia e archeologia especial, como é uso nos paizes onde se praticam e estimam as sciencias, derivando d'ellas verdadeiros e uteis progressos?

Preside ao ministerio da guerra um illustre veterano, tam versado como respeitavel, a quem a idéa compendiada n'esta breve interrogação de certo não parecerá extravagante nem irrealisavel, e que póde, querendo, realisal-a. Seria verdadeiro serviço, e digna corôa de um passado glorioso.

Na grande galeria dos Jeronymos o Pantheon Nacional! na torre de Belem o Museu Militar! Dupla criação! criação esplendida! E sem necessidade de maior dispendio, pois que o difficil e custoso está feito; e o verdadeiro desperdicio, o que tem sabor de impiedade, será sempre deixar esquecer e arruinar sem proveito edificios tam notaveis!

PHOTOGRAPHIA FILLON

9, RUA DAS CHAGAS, 9

HENRIQUE NUNES

PHOTOGRAPHO DE SUAS MAGESTADES

PREMIADO

NA

Exposição Internacional Portugueza

Tendo concluido as obras que fez no seu estabelecimento, seguindo escrupulosamente todos os aperfeiçoamentos que estudou em Paris, adoptados nas primeiras photographias, e obtendo alli a compra dos melhores instrumentos, póde affiançar que na sua officina, cujo credito é de ha muito bem conhecido, se executa todo e qualquer trabalho photographico como os que exclusivamente acaba de fazer, e se acham expostos nas salas e gabinetes que fazem parte do estabelecimento onde podem ser examinados.

É certo que os preços das suas photographias são um pouco mais elevados que em outra qualquer casa, porem a empreza que vae encetar offerece uma

REDUCÇÃO DE 50 POR CENTO

que dá em resultado ficarem os trabalhos produzidos neste estabelecimento excessivamente modicos.

EMPREZA PHOTOGRAPHICA E LITTERARIA

nos

MONUMENTOS NACIONAES

Parte Litteraria — Exm. Sr. Conselheiro Mendes Leal.

Parte photographica — Henrique Nunes

Havendo em Portugal tantos monumentos, cujas tradicções nos relembram glorias que os tornam eternamente respeitados, e que apesar de esquecidos, nenhuns haverá mais dignos de copia e historia, uns pelos grandes commettimentos de que são verdadeiro testemunho, outros pela sua remota antiguidade, e outros em fim pela magestade e riqueza da sua architectura, e contando a empreza que o pensamento de os vulgarisar aos olhos de todos pelo meio da photographia, será recebido, conforme o merecer, com a protecção publica, abre uma assignatura que custará 6$000 réis annuaes, pagos aos trimestres adiantadamente, e que terá as seguintes

Vantagens para os assignantes

Receber cada mez uma photographia nitidamente acabada d'um dos nossos monumentos mais importantes, com a sua historia escripta pelo exm.º sr. conselheiro Mendes Leal, que faz um volume no fim de cada anno de publicação. Além disto o assignante fica com direito ao abatimento de 50 POR CENTO, em qualquer trabalho photographico que deseje para si ou para a sua familia.

Este estabelecimento não obstante procurar que os seus trabalhos tenham sempre o mais escrupuloso acabamento, offerece com tudo fazer qualquer repetição das suas photographias, quando não agradem absolutamente.

A assignatura é por um anno, e está aberta neste estabelecimento.

Lisboa 1865 — Typ. Franco-Portugueza.

Special 90-B
26776

THE GETTY CENTER
LIBRARY